

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANTONIO AUGUSTO LOPES FERRO**

**A LITERATURA DE CORDEL NA TERCEIRA REPÚBLICA:  
tradições de injustiça e resistência social no imaginário cordelista  
(1945-1964)**

São Luís  
2022

**ANTONIO AUGUSTO LOPES FERRO**

**A LITERATURA DE CORDEL NA TERCEIRA REPÚBLICA:  
tradições de injustiça e resistência social no imaginário cordelista  
(1945-1964)**

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção  
do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Julia Constança Pereira  
Camêlo

São Luís  
2022

Ferro, Antonio Augusto Lopes.

A literatura de cordel na terceira república: tradições de injustiça e resistência social no imaginário cordelista (1945-1964) / Antonio Augusto Lopes Ferro. – São Luís, 2022.

115 f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Julia Constança Pereira Camêlo.

1. Terceira República. 2. Literatura de cordel. 3. Injustiças sociais. 4. Resistências sociais. I. Título.

CDU 82-91:94(81)“1945/1964”

**ANTONIO AUGUSTO LOPES FERRO**

**A LITERATURA DE CORDEL NA TERCEIRA REPÚBLICA:  
tradições de injustiça e resistência social no imaginário cordelista  
(1945-1964)**

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção  
do grau de Licenciatura em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Julia Constança Pereira  
Camêlo

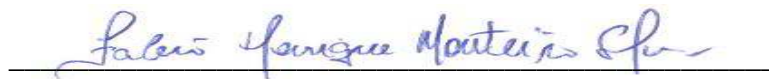
Aprovado em: 18 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Julia Constança Pereira Camêlo (Orientadora)**  
(Uema)



---

**Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (1<sup>o</sup> Membro)**  
(Uema)



---

**Prof<sup>o</sup> Dr. Carlos Alberto Ximendes (2<sup>o</sup> Membro)**  
(Uema)

Esta pesquisa é dedicada à minha esposa Ana Rosa que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão, em primeiro lugar, a Deus que me fortaleceu durante todo período de pandemia, que por muito tempo me roubou a motivação para terminar o meu curso de Licenciatura em História.

Agradeço em especial, à minha esposa Ana Rosa Sá que sempre me motivou durante os quatro anos de graduação e principalmente pelo apoio em terminar o curso e ao exercício da docência em História que escolhi como paixão para minha vida. Sou grato ao meu pai Agostinho Ferro, às minhas irmãs Claudia Ferro e Patrícia Ferro pelo apoio em me tornar professor de História e ao meu amigo e cunhado Rogério Galvão que sempre dialogou comigo sobre a beleza que é a historiografia, me motivando a deleitar-me nela cada vez mais.

Agradeço, também em especial, a todos os meus professores que me fizeram amar profundamente a historiografia e a desejar alcançar a beleza que é ser um professor de História. Em especial, agradeço à minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Julia Constança Pereira Camêlo pelas instruções na elaboração dessa pesquisa e por ter encarado esse desafio de me orientar e me motivar.

Em fim, agradeço a apaixonante Universidade Estadual do Maranhão pela riquíssima oportunidade de ter ingressado no curso de História e por toda sua estrutura e recursos educacionais que não deixam a desejar em nada a nenhuma outra instituição de ensino.

“Soli Deo Gloria”

*“Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.*

*Aristóteles*

## RESUMO

O período que ficou conhecido na história republicana como a Terceira República (1945-1964) ou a redemocratização, ironicamente, foi inaugurado com a deposição de Getúlio Vargas pelas elites liberais conservadoras, unidas com o alto comando das Forças Armadas, pois já não enxergavam em Vargas e no Estado Novo (1930-1945) a concretização dos seus anseios econômicos, que fossem ao encontro dos seus interesses. Período esse, que também teve o seu fim com a deposição do presidente João Goulart pelas elites e o alto comando dos militares em 1964. Essa “ironia” histórica nos mostra que esses dezenove anos de redemocratização foi de extrema turbulência político-institucional em torno do modelo político varguista, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, com a sua ênfase na intervenção plena do Estado em todo o processo de desenvolvimento socioeconômico da nação e a intensa implementação do trabalhismo, com a finalidade de ampliar os direitos trabalhistas às classes operárias. Assim sendo, essa efervescência político-institucional pode ser notada pelas excessivas disputas políticas entre as próprias elites e entre elas e as classes operárias, devido a distintos projetos de nação que se chocavam e a busca incansante de diversos atores sociais pela apropriação das estruturas de poder. Escolhemos, portanto, os poemas de cordéis elaborados no período da Terceira República, com o intuito de extrairmos deles, temas como injustiças e desigualdades sociais, que de certa forma, mostram-nos a presença da luta de classes nas tradições do imaginário cordelista e como estava tão presente nesse imaginário poético, o despojamento das classes operárias e sertanejas pelas elites, escancarando, assim, a extrema desigualdade social. Por outro lado, destacamos também a forte presença de resistência social na tradição cordelista através da criação de “mitos messiânicos” e da convocação das camadas populares ao despertar político, que visavam levar os menos favorecidos a lutarem pelos seus interesses e a participarem ativamente do processo político-institucional na Terceira República.

Palavras-chave: terceira república; literatura de cordel; injustiças sociais; resistências sociais



## ABSTRACT

The period that became known in republican history as the Third Republic (1945-1964) or redemocratization, ironically, was inaugurated with the deposition of Getúlio Vargas by conservative liberal elites, united with the high command of the Armed Forces, as they no longer saw in Vargas and in the State (1930-1945) that of their economic aspirations, which would meet their interests. This period, which also ended with the deposition of President João Goulart by the elites and the high command of the military in 1964. This historical “irony” shows us that these nineteen years of redemocratization were of extreme political-institutional turmoil around Vargas political model, known as national-developmentalism, with its emphasis on the full intervention of the State in the entire process of socioeconomic development of the nation and the intense implementation of laborism, with the purpose of expanding labor rights to the working classes. Therefore, this political-institutional effervescence can be noticed by the excessive political disputes between the elites themselves and between them and the working classes, due to different national projects that clashed and the incensing search of several social actors for the appropriation of power structures. We chose, therefore, the cordel literature elaborated in the period of the Third Republic, in order to extract from them, themes such as injustices and social inequalities, which, in a way, show us the presence of the class struggle in the traditions of the imaginary cordelist and how was so present in this poetic imaginary, the dispossession of the working classes and country people by the elites, thus opening up the extreme social inequality. On the other hand, we also highlight the strong presence of social resistance in the cordelist tradition through the creation of “messianic myths” and the summoning of the popular layers to political awakening, which aimed to lead the less favored to fight for their interests and to actively participate in the political-institutional process in the Third Republic.

Keywords: third republic; literature of twine; social injustices; social resistance

## LISTA DE SIGLAS

CGT: Comando Geral dos trabalhadores  
CIA: Agência Central de Inteligência)  
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB: Conselho Nacional dos Bispos do Brasil  
CPC: Centro de Cultura Popular  
FEB: Força Expedicionária Brasileira  
FMP: Frente de Mobilização Popular  
FPN: Frente Parlamentar Nacionalista  
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
JANGO: João Goulart  
JK: Juscelino Kubitschek  
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
PSD: Partido Social Democrático  
PSP: Partido Social Progressista  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN: Partido Trabalhista Nacional  
TEB: Teatro Brasileiro de Comédia  
UBES: União Brasileira dos Estudantes  
UDN: União Democrática Nacional  
UNE: União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OS PILARES DA TERCEIRA REPÚBLICA: AS BASES SOCIOECONÔMICAS E AS ESTRUTURAS DE PODER.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Política e Economia: A radicalização político-ideológica e o nacional-desenvolvimentismo.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Sociedade e cultura: cultura brasileira e massificação .....</b>	<b>50</b>
<b>3 A LITERATURA DE CORDEL COMO EXPRESSÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO: DESENVOLVIMENTO E CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 O desenvolvimento do cordel no Brasil .....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Cordel: classificações temáticas e estrutura literária.....</b>	<b>66</b>
<b>4 POEMAS DE CORDEL NA TERCEIRA REPÚBLICA: Tradições inventadas no imaginário cordelista.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Cordel e as tradições de injustiça e desigualdade social .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 Cordel e as tradições de resistência social .....</b>	<b>91</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE A – CORDÉIS SELECIONADOS COMO FONTE HISTÓRICA.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO A – IMAGEM DIGITALIZADA DA CAPA DE ABERTURA DUM CORDEL IMPRESSO EM TIPOGRAFIA (ABC DA CARESTIA – 1946 DE RODOLFO CAVALCANTE).....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO B – IMAGEM DIGITALIZADA DOS VERSOS DUM CORDEL IMPRESSO (JESUS CRISTO E SÃO PEDRO NA CASA DOS POBRES – 1957 DE MANUEL D’ALMEIDA FILHO) .....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO C – IMAGEM DIGITALIZADA DA PARTE FINAL DUM CORDEL IMPRESSO EM TIPOGRAFIA (ABC DA CARESTIA – 1946 DE RODOLFO CAVALCANTE).....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que durante as últimas décadas, o uso da literatura de cordel contribuiu significativamente na produção de trabalhos historiográficos e na produção de artigos científicos em pesquisas recentes na historiografia brasileira. Ora, muito pela influência da chamada “História cultural” que a partir da década de 1970, aproximou a literatura do “fazer histórico”, levando em conta os gêneros literários como crônicas, poesias, contos e romances, como produções artísticas que refletem o imaginário sócio-cultural dum determinado período histórico.

Acerca disso, Martins (2015, p. 3891) afirma que “[...] já nos anos 1960 e 1970, a literatura estava engajada em compromissos definidos com o social, cabendo também à História um perfil crítico e uma missão de denúncia das injustiças sociais”. Portanto, a literatura de cordel muito difundida no período republicano como poesia de caráter popular e nordestina, passou a ser utilizada, também, como fonte histórica na produção historiográfica devido a mesma conter elementos do imaginário sócio-cultural do poeta cordelista refletidos pelo próprio contexto histórico que está inserido em diálogo com o seu próprio público.

Sendo assim, diante duma gama de produções acadêmicas que se utilizaram da literatura de cordel como fonte histórica na produção historiográfica, faz-se necessário destacar alguns trabalhos historiográficos produzidos nas duas últimas décadas que de certa forma se aproximam muito da proposta da nossa pesquisa, devido ao manuseio dos cordéis como fontes históricas e a abordagem metodológica para a hermenêutica de tais, que a partir do domínio da “História cultural” utilizaram em suas respectivas pesquisas historiográficas. Extraindo assim da literatura de cordel, mesmo que em suas respectivas especificidades, elementos do cotidiano sócio-cultural dos autores de cordéis e seus respectivos públicos, produzindo assim, suas narrativas historiográficas a partir do imaginário social cordelista dentro do seu próprio tempo.

O primeiro desses trabalhos acadêmicos que destacamos é a dissertação da historiadora Júlia Constança Pereira Camêlo com a temática “*Os poetas populares de cordel e seu público: Na trajetória da poesia do nordeste ao Rio de Janeiro (1960-1990)*”. Nesse trabalho, a autora destaca a crise na produção de cordéis, mais precisamente na década 1960, devido a migração intensa que ocorreu dos poetas nordestino ao Rio de Janeiro e o aumento da produção de cordéis nas décadas de 1980 e 1990, devido a produção de cordéis urbanos que destacavam biografias de autores ilustres como políticos, escritores, cientistas e autores voltados para a cultura popular (CAMÊLO, 2000). Assim, Julia Camêlo utilizando-se de catorze poetas de cordéis entre anos de 1960 a 1990, com uma vasta gama de cordéis como fontes históricas a sua disposição, extraiu

delas as experiências de vida dos poetas populares de origem nordestina, refletidas em seus poemas de cordéis, que se identificam com o seu conterrâneo que também migrou do nordeste ao Rio de Janeiro e sua própria realidade social na capital fluminense, assim como, o saudosismo da sua terra natal, o nordeste, que passa a ser inspiração na produção desses cordéis no Rio de Janeiro. (CAMÊLO, 2000).

Por fim, finalizando sua pesquisa, a autora Júlia Camêlo afirma que os poetas de cordéis adaptam a sua literatura ao seu contexto, agora também para um público urbano, pois essa literatura passa a penetrar em meios acadêmicos. No entanto, tais cordéis não se distanciaram do público migrantes nordestinos, pois os mesmos continuam escrevendo sobre romances, pelejas, discursões, características que eram do agrado nordestino. (CAMÊLO, 2000).

Outro trabalho acadêmico que podemos destacar é a dissertação do autor Geraldo Magella de Menezes Neto (2012) com a temática “*Por uma história do livro e da leitura no Pará: o caso da Guajarina, editora de folhetos de cordel (1922-1949)*”. Nessa pesquisa, o autor busca analisar os folhetos de cordéis produzidos pela editora Guajarina no Pará, buscando a partir da história do livro e da leitura, elementos das representações do mundo social que emergem a partir dos poemas de cordéis.

Assim, utilizando-se dos conceitos dos autores Robert Darnton e Roger Chartier, Magella Neto chega à conclusão que a literatura de cordel não deve ser reduzida aos conceitos de “cultura popular” e “folclore”, pois significa “marginalizá-la”, dando um caráter de “exótico”. Contudo, a literatura de cordel deve ser tratada como uma obra literária digna de consideração e respeito como qualquer outra, pois em comparação com as literaturas dos “grandes escritores” e os diversos movimentos literários mais tradicionais, o erudito Magella Neto conclui em sua pesquisa, a partir da produção dos folhetos de cordéis no Pará, como tendo maior alcance a um público, inclusive analfabetos, que tinha acesso às histórias produzidas pelos cordéis. (NETO, 2012).

Destacamos, também, o trabalho de conclusão de curso do autor Gliverton Almeida Alves (2017) com a temática “*Na terra, no céu e no inferno: o cangaço na literatura de cordel (1905-2001)*”, com uma proposta bem interessante de utilizar a literatura de cordel para se pensar acerca da construção do imaginário social do movimento de cangaço ao longo do período republicano. Nota-se, então, que o autor Gliverton Alves analisará como a poesia de cordel representou o movimento de cangaço ao afirmar, a partir duma gama de cordéis como fontes históricas, que dependendo do seu período histórico específico, a poesia de cordel representará o movimento de cangaço sendo “positivo” ou “negativo”. Ou seja, ora essa literatura de cordel

criará o mito do cangaço como um movimento de resistência social, ou, essa mesma literatura criará o mito do cangaço como sendo um movimento marginal. (ALVES, 2017).

Portanto, diante dos trabalhos elencados, não pretendemos de maneira nenhuma exaurir o campo de pesquisa e nem mesmo problematizar tais trabalhos já apresentados, propomos apenas acrescentar mais uma pesquisa que busca utilizar a literatura de cordel como fonte histórica na produção dum trabalho historiográfico a partir da abordagem do campo da “História Cultural” com a seguinte delimitação temática: *“A literatura de cordel na Terceira República: tradições de injustiça e resistência social no imaginário cordelista (1945-1964).”*

Conforme expomos, escolhemos como recorte temporal o período da Terceira República que se inicia com o fim da ditadura do Estado Novo varguista em 1945 até o golpe militar em 1964. Esse período é marcado por uma tentativa de (re)democratização da República brasileira, porquanto, após quase uma década de ditadura, o povo voltou a escolher diretamente por meio de sufrágio, o seu representante ao poder executivo. Nesse ínterim, portanto, o povo brasileiro elegeu diretamente os presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961), o que nos mostra que o período de 1945 a 1964, mesmo marcado por intensas tensões políticas e por disputas de poder fortemente polarizada por fatores ideológicos, pode ser considerado como uma democracia representativa em consolidação.

É exatamente esse o nosso segundo objetivo: demonstrar que o período republicano que se estende de 1945 até 1964 possui grandes tensões, assinalando continuidades com o processo político anterior, mas igualmente descontinuidades relevantes. Ou seja, se o sistema partidário e as práticas eleitorais do pós-45 mantêm vínculos com a dinâmica política do Estado Novo e da Primeira República, também demarcam transformações muito importantes, mas pouco assinaladas, na história política do Brasil. Nesse sentido, a despeito de suas ambiguidades, pode-se dizer que, nesse período, o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa. Aliás, justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação de direitos de cidadania, a Terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964. (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 254).

Portanto, sendo a Terceira República um período em que a democracia estava em processo de consolidação, houve nesse período uma fragmentação maior de partidos políticos com projetos distintos para o Brasil que levou a uma polarização política radical em torno da figura de Getúlio Vargas, o que nos leva a afirmar que esse período, politicamente, pode ser resumido pelas disputas políticas entre “getulistas” e “antigetulistas”.

Vale ressaltar também que o período da Terceira República é caracterizado no âmbito político-econômico pelo trabalhismo, o forte estatismo e o programa nacional-desenvolvimentista. O trabalhismo surge desde a política estabelecida por Getúlio Vargas no

período do Estado Novo (1937-1945) que buscava uma forte valorização dos trabalhadores brasileiros a partir duma série de políticas reformistas e legislações implementadas pelo Estado. Refletindo-se, portanto, acerca do projeto trabalhista como marca na Terceira República, postula-se que:

O PTB, fundando naquela conjuntura, correspondeu ao projeto trabalhista de Vargas, que visava imiscuir a política eleitoral na política sindical, com o objetivo maior de dar suporte e continuidade ao projeto trabalhista e social do varguismo plantado nas décadas de 30 e 40. (NEVES, 2001, p. 182).

Acerca da forte ênfase do trabalhismo nesse período republicano, elenca-se que:

Mas o discurso de João Goulart, aqui traduzido por citações exemplares de suas palavras, não foi algo desprezado da realidade de suas administrações à frente do Estado. Pelo contrário, traduziu-se em ações e medidas, de caráter distributivista, que incorporaram desde aumentos salariais para os trabalhadores - cujo caso exemplar foi o aumento do salário mínimo em 100% quando ministro do Trabalho [...]. (NEVES, 2001, p. 199-200).

Outra marca que podemos denotar no período da Terceira República é o forte estatismo imbricado com a política econômica do nacional-desenvolvimentismo, também, como resquícios da política estadista de Getúlio Vargas desde o Estado Novo. Assim, o Estado brasileiro nesse período passou a concentrar em si toda riqueza nacional através da criação do banco estatal BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e empresas estatais como a Petrobrás e Eletrobrás, sendo que tais autarquias, criadas no período do governo democrático de Vargas tinha como objetivo financiar projetos no campo da industrialização, energia e combustível através duma política que valorizasse o capital nacional.

Durante todo o período governamental houve dificuldades, a começar pela crise econômica herdada do antecessor. Entretanto, houve avanços, em especial no setor de energia e na ampliação da infraestrutura do país. A fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Petrobrás, entre outros órgãos estatais, são bons exemplos. (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 269).

No governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) a política econômica nacional-desenvolvimentista chega ao seu auge, sendo JK, um saudosista da política econômica de Getúlio Vargas, através do chamado “Plano de Metas”, consolidou o processo de industrialização através de investimentos cooptados por capital estrangeiro. Nesse sentido, entretanto, o presidente JK distanciou-se da política econômica varguista que privilegiava o capital nacional. Refletindo acerca da política econômica desenvolvimentista de JK, observar-se que:

No passado, Vargas pudera negociar o apoio do Brasil aos países aliados em troca de benefícios norte-americanos para a indústria. Juscelino faria algo parecido: manteve-se alinhado aos Estados Unidos, mas demandou o apoio norte-americano por meio de iniciativas diplomáticas mais incisivas e, talvez, mais importante, abriu a economia brasileira aos capitais estrangeiros europeus – o que certamente chamou a atenção das empresas e do governo norte-americano. [...] O presidente recorreria ao capital estrangeiro e a empréstimos públicos e privados. [...] O Plano de Metas foi a primeira iniciativa brasileira mais sólida de planejamento econômico e, mais especificamente, de industrialização. (FICO, 2019, p. 34-35).

Assim, podemos afirmar que a Terceira República, período em que a democracia representativa começou a se consolidar foi marcado por intensa disputas políticas em decorrência de distintos projetos de nação que de certa forma giravam em torno da figura política de Getúlio Vargas e dos seus projetos ideológicos do trabalhismo e reformismo socioeconômico, período que também, paralelamente a essas tensões políticas, destaca-se pelo crescente processo de industrialização a partir de investimentos maciços de capitais nacionais e estrangeiros.

Portanto, pretendemos através da literatura de cordel produzida nesse período republicano verificar e analisar elementos socioeconômicos, políticos e culturais que os poetas cordelistas criam em suas poesias, que de certa forma refletem o imaginário político, econômico e cultural dessa época. Assim sendo, poderíamos indagar, a partir desse eixo que norteará nossa pesquisa como desdobramentos da nossa análise: Quais os posicionamentos políticos dos poetas cordelistas num tempo de acirradas disputas políticas? Por que eles se posicionam dessa forma? Há elementos de desigualdade social no imaginário cordelista nesse período, mesmo sendo um tempo marcado por transformações de natureza econômica e trabalhista? Como os cordelistas imaginam o Nordeste e as zonas sertanejas nesse período? Há elementos de resistência social na construção do imaginário social cordelista? Portanto, afirmamos que esses são alguns dos objetivos traçados em nossa pesquisa.

Na presente pesquisa, então, utilizaremos o conceito de “tradição inventada” elaborado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm na obra *“As invenções das tradições”* (2008), organizada em conjunto com o erudito Terence Ranger, onde buscaremos a partir dela, interpretar as fontes selecionadas para o desenvolvimento dessa pesquisa. Quanto ao conceito de “tradição inventada”, Hobsbawm (2008) afirma que elas devem ser pensadas a partir do conjunto de práticas realmente inventadas e formalmente institucionalizada através da repetição que tem como objetivo impor certos valores e comportamentos.

Segundo Hobsbawm (2008), o conceito de “tradição inventada” está diretamente ligado a um passado histórico que através da repetição liga-se a esse passado por meio da continuidade através de práticas de natureza simbólicas e ritualísticas. Portanto, podemos perceber que



Hobsbawm entende que “tradição inventada” deve se distinguir radicalmente dos conceitos de “costumes” e “convenções”. Portanto, para o historiador a “tradição inventada” tem como finalidade estabelecer padrões de caráter invariável, ao contrário de “costumes” e “convenção” que estão direcionados a aspectos de natureza mutável das sociedades.

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume” vigente nas sociedades tradicionais. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. (HOBSBAWM, 2008, p. 10).

Quanto ao conceito de “costumes”, nota-se que:

O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. (HOBSBAWM, 2008, p. 10).

O historiador Eric Hobsbawm também afirma que “tradição inventada” se difere daquilo que podemos chamar de “convenção” ou “rotina”, porquanto, a “convenção” ou “rotina” não possui nenhum caráter simbólico ou ritual importante, pois as redes de “convenção” e rotina não tem característica ideológica, como é a “tradição inventada”, pois a “convenção” tem justificativas puramente “técnicas”. (HOBSBAWM, 2008). O historiador britânico, portanto, afirma que “tradições inventadas” se refere ao processo de natureza formal e ritual que através da repetição imposta produz “novos padrões”, destruindo, assim, “velhos padrões” quando necessário, ou então, repete-se “antigos padrões” nas sociedades em transformações, ainda que, readaptando-os.

Mais interessantes, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais – religião e pompa principesca, folclore e maçonaria (que, por sua vez, é uma tradição inventada mais antiga, de grande poder simbólico). (HOBSBAWM, 2008, p. 14).

Hobsbawm entende que muitas instituições políticas, grupos e movimentos ideológicos, como o nacionalismo, ligam-se ao passado antigo dando um caráter de continuidade histórica por meio da tradição inventada que muitas vezes podem surgir seja pela lenda ou pela própria invenção. (HOBSBAWM, 2008).

Portanto, o historiador britânico conclui que as “tradições inventadas” tem três categorias superpostas: a) aqueles que estabelecem ou simbolização coesão social; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, 2008).

Portanto, Eric Hobsbawm indaga acerca da importância de se aplicar o conceito de “invenção das tradições” nas pesquisas historiográficas pelos historiadores de ofício, concluindo assim, que as “tradições inventadas” são sintomas importantes de problemas sociais que não seria de outra forma detectável no tempo. Assim, em primeiro lugar, é importante estudar as “tradições inventadas”, pois a própria narrativa histórica produzida pelos historiadores pode se tornar instrumento de “invenção de tradição” imposta a uma sociedade. (HOBSBAWM, 2008).

Em segundo lugar, o estudo das “tradições inventadas” estão presentes até mesmo em movimentos sociais revolucionários que fazem referências ao “passado de um povo” (saxões contra normandos, “nos ancêtres les Gaulois contra os francos, Espártaco), a tradições de revoluções (“o povo alemão também tem suas tradições revolucionárias, afirma Engels no início de seu livro *A guerra dos camponeses alemães*) e a seus próprios heróis e mártires. (HOBSBAWM, 2008). O historiador britânico Erick Hobsbawm pode ser identificado com o materialismo histórico crítico pertencente a chamada “escola inglesa do marxismo” naqueles anos de 1950 e 1960, no qual, faziam parte os historiadores como E.P. Thompson, Christopher Hill, Rodney Hilton, Maurice Dobb, dentre outros. Discutindo-se sobre isso, afirma-se que:

Eric Hobsbawm é um historiador ligado a “escola inglesa de historiadores marxistas” que assim como E.P. Thompson, entendia que a sucessão dos modos de produção que entretece a história não deve ser analisada de forma sucessiva, única e previsível, ou que certos modos de produção devem aparecer necessariamente no decurso da história). Portanto, os historiadores devem analisar os modos de produção nas suas especificidades do devir histórico, não postulando assim, um modo de produção único para toda história humana. (BARROS, 2011, p. 95-96).

O materialismo histórico crítico pode ser definido como uma série de reelaborações conceituais posterior do chamado materialismo histórico clássico desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) em obras como “A sagrada família” (1845); “A ideologia alemã (1846), “O manifesto do partido comunista” (1848) e “O capital” (1867). Assim, destacam-se como adeptos ao materialismo histórico crítico eruditos como Antônio Gramsci (1891-1937), György Lukács (1885-1971), Pierre Villar (1906-2003) e,

posteriormente, a “escola inglesa do marxismo” (1950-1960), no qual, Eric Hobsbawm (1917-2012) se identificava.

Os eruditos do materialismo histórico crítico, mesmo que em suas distinções conceituais em relação aos conceitos teóricos do materialismo histórico como “luta de classes”, “modos de produção”, “infraestrutura” e “superestrutura”, alinhavam-se quanto ao conceito de “modo de produção” e “determinismo” entre as bases socioeconômicas (infraestrutura) sobre a “superestrutura”, porquanto, afirmavam que o “determinismo” entre as bases socioeconômicas sobre a “superestrutura” não poderia ser extremamente radical e teleológica e questionavam se um modo de produção, necessariamente e determinadamente, deveria se transformar em outro. Acerca disso, nota-se que:

Verificamos também que o conceito de “modo de produção” foi adquirindo novas elaborações particularmente à medida que os historiadores foram confrontando o modelo criado com situações históricas específicas. Lucáks, Gramsci, Pierre Villar, Edward Thompson, Eric Hobsbawm são apenas alguns dos nomes que se integraram a este grande esforço de reformulação teórica de um conceito que ocupa uma posição tão central na concepção do Materialismo Histórico. A questão-chave a ser ajustada quando se fala em “Modo de Produção” é a do papel que deve desempenhar o “determinismo”, seja no que se refere as relações do modo de produção com outras instâncias da sociedade, seja no que se refere à transformação de um modo de produção em outro. Até que ponto a passagem de um “modo de produção” a outro, no decorrer da história, pode ser entendida como “determinada” - como algo que ocorrerá em uma certa direção, e não em outra? Ao mesmo tempo, até que ponto a maneira como uma sociedade se estrutura em suas condições mais imediatas de produção – em sua base fundamental, por assim dizer – impõe características que afetam o mundo humano em outras instâncias como a arte e a religião? (BARROS, 2011, p. 69).

Ainda sobre isso, entende-se que:

A “Escola inglesa do marxismo”, que Eric Hobsbawm se identificava, também estava intimamente ligada a chamada “história social”, no qual, Hobsbawm dizia que estava ligada a “história das classes pobres ou inferiores e mais especificamente, a história dos movimentos sociais. Portanto, é a partir daí que Eric Hobsbawm insere o seu conceito de “banditismo social” dentro da “história dos movimentos sociais”, dialogando assim com o erudito Antônio Gramsci que dizia que a história e suas especificidades deveriam ser estudadas de “baixo para cima”, refletindo assim, “a parte de baixo” como agente em transformação social”. (SOARES, 2013, p. 219-220).

É, por assim dizer, importante destacar também o método de análise histórica adotado por Eric Hobsbawm dentro da abordagem do materialismo histórico crítico. Assim, o historiador britânico ao analisar os movimentos sociais procurava destacar a importância das estruturas sociais em constantes transformações interpretadas de forma estrutural. Acerca do método hermenêutico de Eric Hobsbawm, elenca-se que:

Ao se debruçar sobre o banditismo, Hobsbawm está interessado nas transformações, mas as transformações estas, explicadas de forma estrutural. E para isso, importa tanto os condicionamentos econômicos e sociais como a sublevação pelas ideias,

subvertendo assim, a maior crítica feita ao materialismo histórico: seu suposto determinismo entre a base (estruturas econômicas e sociais, grosso modo) e superestrutura (aspectos ideológicos e culturais em geral, a grosso modo). (SOARES, 2013, p. 223).

Portanto, quanto ao método hermenêutico de Eric Hobsbawm, chega-se à conclusão que ele buscava considerar a “superestrutura” como base também, dando importância a todo sistema de “ideias” e “lógica de sistemas de pensamento e comportamento”, no qual para Hobsbawm, se adequam ao modo em que a sociedade vive em sua classe particular ou nas “lutas de classes” contra “aqueles de cima ou de baixo”.

Sabendo-se que a partir das décadas de 1960 e 1970, com o surgimento e desenvolvimento da chamada “História cultural”, a historiografia começa a se reaproximar das obras de literatura como fontes históricas, dentre elas, crônicas, poesias e contos, passando assim, a usá-las como análise histórica do imaginário sociocultural do período histórico que deram origem as mesmas. Escolhemos, portanto, nessa pesquisa, os cordéis produzidos na Terceira República (1945-1964) com o intuito de interpretar essas fontes a partir do olhar hermenêutico conceitual de “tradições inventadas” de Eric Hobsbawm desenvolvida na obra “*Tradições Inventadas*” (2008).

A autora Martins (2015, p. 3891) postula que “já na década de 1960 e 1970, a literatura estava engajada em compromisso definidos com o social, e cabia também, a história, um perfil crítico de denúncia das injustiças sociais”. Porquanto, acerca do uso da literatura como fonte histórica, Martins (2015, p. 3889) nos diz que “o trabalho com tais fontes pode ser objeto de análise historiográfica privilegiada, pois abre um leque de possibilidades de se extrair questões relacionadas ao imaginário da época estudada”.

Dessa forma, num extremo, o literário é tomado como substrato de inquirição pelo historiador, tendo em vista a reconstituição do que é identificado pelo nome de História, como algo que o antecede; no outro, o literário é tomado como substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal. (CAMILLOTTI; NAXARA, 2009, p. 28).

Por isso, sem desconsiderar a principal característica do gênero literário poesia que é o aspecto ficcional, buscaremos extrair da literatura de cordel elementos do imaginário sociocultural desenvolvido pelos poetas e os seus leitores, procurando identificar as origens sociais dos cordelistas e seu público, o custo dos cordéis e o seu alcance, como locais de vendas, como eram impressos tais poemas, identificando as tipografias ou editoras de publicações e as suas cidades. Tudo isso, com o objetivo de criticarmos as fontes com o intuito de dialogar e

problematizar os elementos extraídos do imaginário sociocultural cordelista com os aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais da Terceira República.

A literatura de cordel pode ser caracterizada como “literatura predominantemente popular”, o que faz com que suas narrativas sejam de fácil leitura e compreensão pelas camadas mais populares, pois há uma interação mais íntima entre o poeta cordelista e seus leitores, fazendo com que a vida deles e suas experiências cotidianas sejam observadas nas histórias contadas pelos cordéis em forma de rimas, facilitando assim, a memorização das narrativas mesmo por pessoas sem muita profundidade intelectual. Acerca disso, observa-se que:

O fato de ser um texto de fácil acesso escrito em versos curtos que rimam entre si facilita a leitura e a memorização da narrativa mesmo por aquelas pessoas que não possuem intimidade com os livros. O cordel está repleto de narrativas de histórias de vida e de narrativas transmitidas pela oralidade e pela poesia cantada de improviso pelos violeiros. Os folhetos de cordel abordam os mais diversos assuntos, sejam questões sociais, políticas, de gênero ou religiosas, daí a riqueza dessa literatura para a pesquisa histórica. (ALVES, 2017, p. 17).

Portanto, ao escolhermos como recorte temporal a Terceira República (1945-1964), necessariamente, isso nos levou a selecionar os chamados cordelistas da “segunda geração”, identificando, portanto, catorze poetas no acervo digital da Casa Rui Barbosa<sup>1</sup> da chamada “segunda geração”, sendo eles: João Martins de Athayde (1880-1959), Manoel Camilo dos Santos (1905-1987); Manoel D’Almeida Filho (1914-1995), Minelvino Francisco da Silva (1926-1999), José Pacheco (1890-1954), Manuel Pereira Sobrinho (1918-1995), João Ferreira de Lima (1902-1973), José Costa Leite (1927-), Jose Soares (1914-1981), José João dos Santos (1932-), Raimundo Santa Helena (1926-), Gonçalo Ferreira da Silva (1937), Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1986) e Francisco Sales Arêda (1916-2005).

Destarte, conforme a coleta de dados no acervo digital da Casa Rui Barbosa<sup>2</sup>, desses catorze cordelistas, selecionamos os cordéis dos poetas João Martins de Athayde (1880-1959), Manuel D’Almeida Filho (1914-1995) e Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1986), pois conforme a nossa pesquisa no acervo digital da Casa Rui Barbosa, o número de cordéis produzidos por tais autores, destacam-se em maior relevância em relação aos temas relacionados com desigualdades e resistências sociais no período da Terceira República (1945-1964). Portanto, catalogamos dezesseis poemas de cordéis<sup>3</sup> de autoria dos poetas supracitados que tratam de diversos temas como política, economia, tensões sociais, religião e demais temas

<sup>1</sup> Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/janela\\_poetasSegunda.html](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/janela_poetasSegunda.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>3</sup> Todos digitalizados e disponíveis no site [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/janela\\_poetasSegunda.html](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/janela_poetasSegunda.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

do imaginário sociocultural dos poetas e seu público entre anos 1945 a 1964 que estão diretamente relacionados com a proposta do presente trabalho.

Acerca do poeta cordelista João Martins de Athayde nasceu no povoado de Ingá do Bacamarte no Estado da Paraíba em 1880 e faleceu em Limoeiro, Estado de Pernambuco em 1959. De acordo com o autor Roberto Benjamim<sup>4</sup> que discorre sobre sua biografia, João Martins de Athayde publicou o seu primeiro folheto de cordel em 1905 que fora impresso na Tipografia Moderna com o título “*Um preto e um branco apurando qualidades*”. Athayde foi um grande admirador do poeta cordelista Leandro Gomes de Barros, fazendo com que adquirisse todos os direitos de publicação de autoria de Leandro Gomes, iniciando assim, uma série de republicações desses folhetos, dando início a sua carreira de editor em 1921.

O autor Roberto Benjamim, ainda postula, que com Martins de Athayde houve profundas mudanças na edição e publicação de folhetos de cordéis, pois através dele a relação entre os autores de cordéis e as gráficas mudou drasticamente e também na apresentação dos folhetos, o que fez com que João Martins de Athayde criasse contratos de edição de pagamentos de direitos de propriedade intelectual, o uso de subtítulos e preâmbulos em prosa, fixando-se assim, o padrão dos folhetos pelo número de páginas em múltiplo de quatro. Assim, conforme identificamos na Casa Rui Barbosa<sup>5</sup>, foram encontrados cento e vinte e oito (128) cordéis datados e digitalizados pela Casa Rui Barbosa entre os anos de 1937 até 1959, ano da morte de Martins de Athayde.

Durante o período de 1945 a 1959, período que se encaixa dentro da Terceira República (1945-1964), identificamos noventa e nove cordéis digitalizados pela Casa Rui Barbosa<sup>6</sup> e desses, selecionamos para nossa pesquisa dois cordéis entre os anos 1945 a 1960, de autoria de João Martins de Athayde. São eles: “*O retirante*” (1946) e “*O homem que nasceu para não ter nada*” (1946).

Quanto ao poeta Manuel D’Almeida Filho, nasceu em 1914 no município de Alagoa Grande, próximo a Campina Grande no Estado da Paraíba e veio a falecer em Aracajú-SE. Acerca da sua biografia, a autora Vilma Mota Quintela<sup>7</sup> nos diz que esse cordelista fora filho de agricultores e logo cedo, desejou aprender o “ABC” com o objetivo de ler os folhetos de

---

<sup>4</sup>Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/JoaoMartins/joaoMartinsdeAtaide\\_biografia.html](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/JoaoMartins/joaoMartinsdeAtaide_biografia.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>5</sup>Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Joao>. Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>6</sup>Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=JoaMartinsAtaide>. Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>7</sup>Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/ManuelDalmeida/manuelDalmeida\\_biografia.html](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/ManuelDalmeida/manuelDalmeida_biografia.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

cordéis. Manuel D’Almeida Filho era um admirador nato do cordelista João Martins Athayde que o influenciou muito na produção dos seus poemas de cordéis.

Assim, já por volta do ano de 1936, vivendo como um operário paraibano, publicou seu primeiro poema de cordel com o título “*A moça que nasceu pintada com unhas de ponta e sobranceiras raspadas*”. Logo depois, Manuel D’Almeida Filho se tornou autor-proprietário e mercador ambulante de folhetos de cordéis nas feiras populares de Pernambuco e Paraíba, fixando residência como poeta cordelista na cidade de Aracajú-SE, tornando-se assim, um dos mais respeitados poetas cordelistas na década de 1950. Seus poemas de cordel passaram a partir de 1955, a serem publicados pela Editora Preludio (atual editora Luzeiro) da cidade de São Paulo.

Portanto, diante duma gama de poemas de cordéis de autoria de Manuel D’Almeida Filho sobre diversos temas como romances de amor, aventuras de cangaceiros, histórias diversas sobre cultura das camadas populares, religião, contos e dentre outros, selecionamos quatro poemas de cordéis que foram produzidos entre os anos 1945 a 1964. São eles: “*O sofrimento do povo no facão da carestia (1952)*”, “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas (1954)*”, “*A vitória getulista nas eleições (1954)*” e “*Jesus Cristo e São Pedro na casa dos pobres (1957)*”.

O poeta cordelista Rodolfo Coelho Cavalcante nasceu em Rio Largo-AL em 1919 vindo a falecer em 1986. Segundo a autora Maria do Rosário Pinto, discorrendo sobre sua biografia<sup>8</sup>, quando adolescente percorre o norte e nordeste trabalhando como camelô e artista de circo, tornando-se assim, um bom versejador participando de “pastoris”, “cheganças” e “reisados”. Em 1945, instalou-se na cidade de Salvador-BA, firmando-se como defensor e líder da classe dos poetas de cordéis. Em Parnaíba-PI, no ano de 1945, o poeta Rodolfo Cavalcante adquiriu os direitos autorais dos folhetos do poeta e editor João Martins Athayde começando sua vida de folheteiro na cidade de Salvador-BA. Em 1955, Rodolfo Cavalcante realizou na Bahia o Primeiro Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros e como jornalista, fundou também, os periódicos “A Voz do Trovador”, “O Trovador” e “O Brasil poético”.

Segundo a autora Pinto, os cordéis de Rodolfo Cavalcante, destacam-se por percorrer em temas como “abecês”, “biografias”, “cantorias” e “fatos do cotidiano”. Seus folhetos tinham como característica marcante a quantidade de oito páginas com capas e xilogravuras ou clichês. Ele, portanto, publicou os seus primeiros folhetos com os títulos “*Os clamores do incêndio em Teresina*” e o “*ABC de Otavio Mangabeira*”, ambos em 1949. A autora Maria do Rosário Pinto

---

<sup>8</sup>Disponível em: [http://antigo.casaruiarbarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho\\_biografia.html](http://antigo.casaruiarbarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho_biografia.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

postula que o seu primeiro cordel de grande sucesso foi de cunho político com o título “*A volta de Getúlio Vargas*” (1950). Escreveu, também, poemas impressos e vendidos pela Editora Preludio de São Paulo no ano 1959 com os títulos “*ABC dos namorados, ABC do amor, ABC do beijo e ABC da dança*” e a “*A chegada de Lampião no céu*”.

Logo, diante duma variedade de folhetos de cordéis de autoria de Rodolfo Cavalcante produzidos entre os anos de 1945 a 1964, selecionamos dez cordéis de sua autoria para a nossa pesquisa. São eles: “*Quem acaba a carestia*” (1945), “*A vida do pobre hoje em dia*” (1946), “*A vida do sertanejo*” (1946)”, “*ABC do Pão*” (1946), “*Inundação do Rio São Francisco*” (1946), “*ABC da Carestia*” (1947), “*A vida de Carlos Prestes*” (1948), “*O que Getúlio fez pelo Brasil*” (1955), “*As belezas de Brasília e as misérias do Nordeste*” (1960) e “*O que Jânio Quadros está fazendo no Brasil*” (1962).

No primeiro capítulo, então, analisaremos a dinâmica político-institucional da Terceira República e suas bases socioeconômicas que nos mostram que tal período foi marcado por distintos projetos de nação que de certa trouxeram instabilidade política que afetou praticamente todos os atores políticos das distintas classes sociais. No segundo capítulo, discutiremos a gênese da literatura de cordel no Brasil e como ao longo do tempo ela foi se tornando um tipo de gênero literário popular, predominantemente nordestina, que refletia o imaginário sócio-cultural do sertanejo. Nesse capítulo, também, analisamos as características das estruturas literárias do cordel como a rima, a métrica, a sextilha, setilha e o “martelo agalopado”, que nos mostram que o cordel pode ser considerado como um riquíssimo gênero literário, dentre muitos presentes na tradição literária brasileira. Enfim, no terceiro capítulo, analisamos os cordéis que selecionamos como nossas fontes históricas a partir do conceito de “tradição inventadas” com o intuito de extrairmos elementos do imaginário cordelista que refletem as injustiças, as desigualdades e as resistências sociais presentes na tradição cordelista, que nos mostram que os cordelistas se utilizavam dos seus poemas para denunciarem e resistirem a opressão social que os menos favorecidos experimentaram em seus dias.



## 2 OS PILARES DA TERCEIRA REPÚBLICA: AS BASES SOCIOECONÔMICAS E AS ESTRUTURAS DE PODER

### 2.1 Política e Economia: A radicalização político-ideológica e o nacional-desenvolvimentismo

Com o fim da Segunda Guerra (1939-1945), a política do Estado Novo começou a ser contestada pelas elites conservadoras que já não enxergavam mais em Getúlio Vargas sua representatividade em termos políticos e econômicos. Essa contestação se dá por dois fatores observados pela polarização político-ideológica em torno da figura de Vargas.

O primeiro de natureza interna, voltado mais para questões de natureza político-econômica, evidenciada na política trabalhista de Vargas que chegou ao seu auge próximo ao fim do Estado Novo com a aproximação íntima do seu governo com a classe operária e sindicais através de medidas reformistas de valorização do trabalho.

O segundo fator, voltado mais ao âmbito da política externa, observado pela contradição entre a ditadura varguista do Estado Novo no desenvolvimento da política interna e a participação do Brasil na Segunda Guerra, ao lado das nações Aliadas, que combatiam contra os regimes ditatoriais nazifacistas, representadas pela nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu justamente durante o Estado Novo, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália. A contradição entre lutar, externamente, contra o nazismo e o facismo e viver, internamente, uma ditadura, foi a principal causa da queda de Getúlio Vargas, que acabaria deposto pelo Alto Comando do Exército em 1945. (FICO, 2019, p. 14).

Ora, como era possível o governo Vargas lutar contra as ditaduras nazifacistas no âmbito da política externa e ainda assim manter a ditadura do Estado Novo? Acerca desse paradoxo político que impossibilitava a continuidade da ditadura do Estado Novo em torno da conjuntura internacional é possível afirmar que:

Em outubro de 1943, membros da elite liberal das Minas Gerais lançaram o *Manifesto dos Mineiros*, documento que teve grande impacto político. O manifesto destacava a necessidade de redemocratização com base nas eleições livres e na volta das liberdades civis básicas, denunciando a contradição em que o governo estava mergulhado, ao lutar pela democracia na Europa, mas não praticar dentro do seu próprio país. (NAPOLITANO, 2020, p. 160).

Ainda sobre isso, nota-se que:

Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, vista como inevitável, do nazismo e dos fascismos na Europa, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político. Estudantes, comunistas, liberais, empresários que enriqueceram sob a ditadura e coalizões de civis e militares, organizados em grupos de resistência, surgiram no cenário político. Em contatos e articulações diversas, o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, em outubro, foi confirmado pelas oposições como candidato a suceder Vargas no governo. Mais alguns meses e o aparato repressivo do Estado não daria mais conta dos protestos que surgiam dos grupos organizados da sociedade. (FERREIRA, 2019, p. 16).

Sendo assim, o presidente Getúlio Vargas perdendo cada vez mais apoio político da sua outrora base aliada, representada pela elite liberal conservadora e pelos militares, que o ajudaram na revolução de 1930 e no golpe ditatorial do Estado Novo em 1937, ele se sente na obrigação de buscar outra base de apoio político a fim de se sustentar no poder ou pelo menos garantir a sua candidatura ao pleito presidencial caso o Estado Novo viesse a desmoronar.

Portanto, sendo um político carismático, personalista e estadista, Vargas buscara apoio na classe operária, cooptando os sindicatos a sua burocracia estatal através da implementação de políticas de cunho trabalhista como a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, a criação da Justiça do Trabalho (1939), a fixação do salário mínimo (1940) e a Lei da Previdência (1944). Tais medidas, portanto, ficaram conhecidas como a “invenção do trabalhismo”. Comentando-se acerca da aproximação de Vargas com a classe trabalhadora com o intuito de cooptação política para sua base de apoio, argumenta-se que:

Vargas enfrentava oposição crescente de grupos liberais que em fins de 1944 passaram a contar com o apoio nos quartéis. [...] Percebendo ser impossível lutar contra o processo de redemocratização, exigência para a legitimização do governo assim que a guerra acabasse, e vendo setores influentes da sociedade adensar as críticas liberais, Getúlio Vargas e seus principais assessores começaram a procurar novas bases sociais de apoio. É nesse momento que surge o trabalhismo e se consolida a imagem de um Getúlio Vargas “líder de massa”, pela qual ele seria lembrado na História do Brasil. (NAPOLITANO, 2020, p. 156-157).

Com a aproximação cada vez mais íntima do governo Vargas com a classe operária e os sindicatos trabalhistas cada vez mais entrelaçados ao seu governo por meio das políticas implementadas pelo Ministério do Trabalho, as elites conservadoras juntamente com uma parcela considerável dos militares, começaram a se organizar em torno da deposição de Getúlio Vargas através da propagação de ideias acerca da necessidade de redemocratização por meio da convocação duma Constituinte sem a participação de Vargas em novas eleições, pois a junção do governo Vargas com a classe operária e os sindicatos era visto pela elites conservadores e parte dos militares como altamente “subversivas” em relação a “unidade nacional”. Refletindo sobre isso, afirmar-se que:

Os militares, em grande parte compartilhando a visão de mundo das oligarquias (criticadas por eles em outros aspectos, como seu regionalismo desagregador), desconfiavam de que a mobilização de operários sob a liderança de Vargas colocaria em risco a ordem social e a “coesão nacional”. (NAPOLITANO, 2020, p. 161).

Para isto, portanto, as elites conservadoras antigetulistas organizaram-se em torno do lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes ao cargo de presidente da República em meados de 1944. Gomes era aquele herói tenentista que sobreviveu a Revolta do Forte de Copacabana em 1922. Destarte, com a candidatura de Eduardo Gomes eclodindo, as forças antigetulistas organizaram um partido que ficaria conhecido como UDN (União Democrática Nacional), o primeiro dos grandes partidos nacionais surgido pós-Estado Novo.

Portanto, tal partido, representado pelos oligarcas tradicionais oriundos da Primeira República (Octavio Mangabeira, Júlio Prestes), por alguns dissidentes da Revolução de 1930 (Hermes Lima e João Mangabeira) e liberais declarados, oriundos do “*Manifesto dos Mineiros*” (Afonso Arinos, Virgílio de Mello Franco e Pedro Aleixo), começaram a difundir ideias antigetulistas como a tese que Vargas deveria ser derrubado e só depois a nova Constituição deveria ser elaborada sem a sombra do ditador. Acerca das características ideológicas que a UDN militava, argumenta-se que:

O udenismo é a maneira como determinado grupo político conservador no Brasil se apropriou do liberalismo. Entre algumas das suas características estão: a restrição à participação popular na política; o elitismo; o antigetulismo; o liberalismo econômico; o antiestatismo; o moralismo; o bacharelismo e o anticomunismo. Seus líderes, por exemplo, explicavam as derrotas eleitorais do partido pela incapacidade e ignorância do povo para a prática político-eleitoral. (GOMES, 2018, p. 260).

Ainda sobre a natureza político-ideológica da UDN, postula-se que:

O primeiro partido político foi fundado em 7 de abril de 1945. Com o nome de União Democrática Nacional (UDN), o partido, nesse momento, abrigava diversos grupos políticos heterogêneos, nem sempre afinados ideologicamente, mas unidos pelo mesmo rancor a Vargas. Aglutinando nomes como Arthur Bernardes, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Osvaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Isidoro Dias Lopes, a família Caiado, entre tantos outros, tinham o apoio da PCB Esquerda Democrática e de comunistas dissidentes da linha oficial do – todos, no entanto, com os mesmos anseios políticos: além do fim do Estado Novo e da luta pela democratização do país, nutriam um combate sem tréguas a Vargas. (FERREIRA, 2019, p. 15).

Contudo, as bases de apoio getulista formada pelo sindicatos trabalhistas cooptados pela burocracia “estado-sindicato” e previdenciária, fortalecidos pelo Ministério do Trabalho desde 1942, organiza um partido conhecido como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em maio de 1945. Refletindo-se sobre a natureza político-ideológica do PTB, elenca-se que:

O PTB, fundado naquela conjuntura, correspondeu ao projeto trabalhista de Vargas, que visava imiscuir a política eleitoral na política sindical, com o objetivo maior de dar suporte e continuidade ao projeto trabalhista e social do varguismo plantado nas décadas de 30 e 40. (NEVES, 2001, p. 182).

Ainda sobre a característica político-ideológica do PTB, afirma-se que:

O PTB tinha como interlocutor privilegiado os trabalhadores urbanos, e sua grande bandeira, naquele momento, era garantir os direitos sociais dos trabalhadores. Inspirado no modelo do Partido Trabalhista inglês e depositário do grande prestígio de Vargas junto aos trabalhadores. [...]” (DELGADO, 2003 *apud* FERREIRA, 2019, p. 15).

Por outro lado, as interventorias estaduais, oriundas do Estado Novo, com um apoio discreto de Getúlio Vargas, funda o partido PSD (Partido Social Democrático) em julho de 1945 que para se contrapor a candidatura de Eduardo Gomes pelas forças antigetulistas, com o intuito de lançar outro militar a candidato à presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra.

Refletindo acerca da característica essencial do PSD, “Hippólito nos diz que recorrendo à herança política de Vargas, mas mantendo seu perfil conservador, a característica central do PSD foi ser partido ‘solidamente instalado no *centro* político’”. (HIPÓLITO, 2005 *apud* GOMES, 2018, p. 260). Ainda sobre a natureza político-ideológica do PSD, nota-se que:

Atuando como fiador da democracia-liberal brasileira, o partido deu o tom da moderação política, pelo menos até a virada dos anos 1950 para os 1960. Sua força vinha do voto para conquistar maiorias parlamentares e governos estaduais. Por essas razões, o partido apostou no regime de democracia representativa, inclusive nos momentos de radicalização política. (GOMES, 2018, p. 260).

Mesmo com a forte pressão que o governo Vargas vinha sofrendo por parte dos seus opositores, que compunham as elites liberais conservadoras em conjunto com uma parcela dos militares alinhados com uma visão de governo voltado ao conservadorismo político-econômico com forte influência do liberalismo norte-americano, Vargas, contudo, ainda detinha o amplo apoio político das massas populares, conforme observada pelo movimento de rua pró-Getúlio que ficara conhecido como “queremismo”, em decorrência do *slogan* – “Queremos Getúlio!”.

Esse movimento se deu em 18 de julho de 1945 quando a FEB (Força Expedicionária Brasileira) retornou da Segunda Guerra após batalhas vitoriosas ao lado das nações aliadas, recebida no Rio de Janeiro com forte clamor de apoio popular. Contudo, os udenistas, nesse ínterim, esperavam que a população se manifestasse contra Vargas e sua continuidade política mesmo no período da redemocratização. Entretanto, as manifestações populares nas ruas demonstraram apoio também a continuidade de Getúlio Vargas no cenário político e sua

posterior candidatura. Assim, com forte clamor popular, ouviam-se nas ruas a expressão: “Queremos Getúlio!”. Quanto ao movimento “queremismo”, observa-se que:

O queremismo deslanchou no segundo semestre de 1945, espalhando por várias capitais estaduais. Os queremistas defendiam a tese da convocação de uma Constituinte e da realização das eleições presidenciais com a manutenção de Getúlio Vargas no poder. Mais do que isso, defendiam a legitimidade de sua candidatura à presidência e prometiam lutar pela sua vitória eleitoral. (NAPOLITANO, 2020, p. 166).

Analisando ideologicamente o movimento “queremismo” em torno construção “mítica” de Getúlio Vargas, dentro desse cenário de tensões políticas quanto a destituição do Estado Novo e a polarização política em torno de Vargas, é possível afirmar que:

[...] o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas – e o movimento que decorre dele, o “queremismo” – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores. (FERREIRA, 2019, p. 14).

Dessa forma, visto que Vargas era apoiado massivamente nas ruas, conforme observado pelo movimento “queremismo” e a nomeação do seu polêmico irmão Benjamim Vargas ao cargo de chefe da Polícia do Distrito Federal, além dos administradores estatais, fortemente alinhados ao governo getulista, que substituiriam os interventores que sairiam para concorrer as eleições ao governo dos estados, os udenistas com receio dum “golpe continuista” de Vargas, pressionaram em 19 de outubro de 1945, o Alto Comando do Exército, articulado pelos generais Goés Monteiro e Cordeiro de Freitas, com o apoio do futuro presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, a dar um ultimato ao presidente Vargas para demitir o seu irmão da chefia da Polícia do Distrito Federal. Entretanto, para a surpresa de todos, Getúlio Vargas aceita o ultimato do Exército Brasileiro, acantado assim, a sua deposição do cargo de presidente da República.

Portanto, com a deposição de Vargas pelos militares com o apoio da UDN, restou ao ex-presidente de última hora, apoiar ao candidato Eurico Gaspar Dutra, lançado oficialmente pelo PTB contra o candidato udenista Eduardo Gomes, Gaspar Dutra venceria a eleição presidencial, muito mais pela popularidade de Vargas que o apoiara que pelos os seus próprios méritos políticos. Acerca disso, Napolitano (2020, p. 171) postula que “impedido de se candidatar para as eleições presidenciais, Getúlio manifestou oficialmente apoio ao PTB de Eurico Dutra, candidato sem carisma que não tinha a preferência dos operários”.

Após um breve período de cinco anos de retirada do cenário político presidencialista, no qual, seu sucessor e ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que fora presidente durante o período de 1946 a 1950, Vargas retorna para concorrer e vencer as eleições presidenciais em outubro 1950, apoiado pela coalisão “PTB -PSP”. Seu governo, então, que surgira agora, por via democrática, duraria até agosto de 1954, quando de forma trágica Getúlio Vargas sai do cenário político por meio do seu suicídio, depois de ter sido pressionado pela alta cúpula das Forças Armadas a renunciar a presidência da República.

Contudo, com o lançamento da candidatura de Vargas a presidência, intensas disputas políticas de natureza institucional é instaurada durante o processo eleitoral, porquanto os udenistas não se conformaram com a possibilidade de vitória de Getúlio Vargas e o regresso do projeto nacional-desenvolvimentista e da ampliação dos direitos trabalhistas por meio de reformas sociais. Argumentando-se sobre essas tensões em torno da candidatura e possibilidade de regresso de Vargas a presidência da República, elenca-se que:

A segunda eleição presidencial ocorreu em outubro de 1950 e, nesse caso, vê-se o desenho de uma crise política que se inicia quando da apresentação das candidaturas, mas não cessa durante o governo do eleito. Isso porque Getúlio Vargas se lançou candidato pela coligação do PTB com o Partido Social Progressista (PSP), retomando em sua campanha o discurso trabalhista e nacionalista construído após 1942, no Estado Novo. A promessa era dar curso ao projeto nacional-desenvolvimentista e estender a política de benefícios sociais aos trabalhadores. (GOMES, 2018, p. 267).

Os udenistas na esperança de derrotarem Vargas, lançam mais um vez o brigadeiro Eduardo Gomes, pois segundo postula Gomes (2018, p. 268) “a eleição presidencial de outubro de 1950 era decisiva para os antigetulistas da UDN que afirmavam que Vargas não poderia vencer e se vencesse não poderia governar, mostrando que o projeto varguista era rechaçado pelas elites liberais conservadores”.

Entretanto, para a desolação dos opositores de Vargas, ele vence a eleição de outubro de 1950 com 48,73% dos votos válidos contra 29,66 % do candidato udenista Eduardo Gomes. Assim, depois do Superior Tribunal Eleitoral não acatar o recurso dos udenistas contra a posse de Vargas, alegando que o mesmo não tivera a maioria absoluta dos votos válidos, o caminho estava aberto para o ex-ditador regressar ao posto de presidente da República.

Todavia, nem só de pressão política por parte dos seus antigos adversários udenistas e pelas Forças Armadas, caracterizou-se o governo democrático de Vargas. Esse período também é marcado pela solidificação da política econômica “nacional-desenvolvimentista” que fortalecia mais a intervenção do Estado na política econômica, fomentando o processo de industrialização a partir da valorização de capital nacional intermediado pelo Estado e a criação de estatais como

a Petrobrás sob o monopólio da nação, com o *slogan* “O petróleo é nosso!”. Acerca da definição de “nacional-desenvolvimentismo”, postula-se que:

Formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2007 *apud* FONSECA; SALOMÃO, 2019, p. 110).

Refletindo sobre os avanços do governo Vargas no âmbito da infraestrutura e da economia, como resultado imediato da sua política econômica “nacional-desenvolvimentista”, elenca-se que:

Durante todo o período governamental houve dificuldades, a começar pela crise econômica herdada do antecessor. Entretanto, houve avanços, em especial no setor de energia e na ampliação da infraestrutura do país. A fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Petrobrás, entre outros órgãos estatais, são bons exemplos. (GOMES, 2018, p. 269).

Argumentando-se sobre a criação da Petrobrás como resultado da política econômica nacional-desenvolvimentista varguista de caráter estritamente “nacionalista”, Moreira (2003, p. 170) postula que “a criação da Petrobrás, em 1953, coroou as jornadas em defesa do petróleo nacional. Desde então, o nacionalismo se identificou cada vez mais com a ideia de apoiar um processo de desenvolvimento centrado nas ‘forças sociais e econômicas da nação’”. Contudo, isto não seria capaz de eximir as intensas disputas entre aqueles que defendiam a participação ou não do capital estrangeiro nesse processo de industrialização do país.

Getúlio Vargas, então, seguindo a sua “velha” política nacionalista, característica oriunda do Estado Novo, opta por controlar o monopólio do processo de industrialização do país por meio de uma política econômica voltada a proeminência do capital nacional em detrimento do capital estrangeiro. Conseqüentemente, isso levará a uma relação diplomática de natureza paradoxal entre o governo Vargas e os governos norte-americanos nessa conjuntura. Refletindo-se sobre isso, postula-se que:

[...] a campanha de criação da Petrobrás acirrava os ânimos internamente. A relação ambígua que Vargas manteve com os governos norte-americanos durante seu segundo mandato também foi permeada pelas imperiosidades desse momento de radicalização. Se as agruras das contas externas sugeriam a sucumbência diante das pressões norte-americanas, por outro lado, a índole nacionalista de seu governo não apenas bancou a campanha de “O petróleo é nosso!”, como viabilizou a criação de uma empresa eminentemente brasileira, estatal e monopolista. (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p. 122).

Acerca disso, também comenta-se que:

Uma das principais iniciativas dessa fase, a criação da Petrobrás, expressou o confronto entre “nacionalistas” e “entreguistas”, isto é, lideranças contrárias e abertas à participação do capital estrangeiro. Com a pressão da campanha “O petróleo é nosso!”, a Petrobrás recebeu o controle monopolista de todas as etapas da exploração do petróleo. (FICO, 2019, p. 14).

Outra marca do governo democrático de Vargas que podemos notar, também, oriunda do Estado Novo, é a intensa valorização do trabalhismo através de medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho que viesse a consolidar e aplicar as leis trabalhistas oriundas da CLT e o aumento do salário mínimo proposto pelo Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart.

Consequentemente, tais medidas de natureza político-econômica, ditadas pelo governo Vargas, principalmente aquelas voltadas ao fortalecimento do trabalhismo, farão com que as elites liberais conservadoras e parte considerável das Forças Armadas, representadas pela UDN, visse com extrema necessidade a saída de Getúlio Vargas da presidência da República, seja por via da sua própria renúncia, ainda que pressionado pelo Alto Comando das Forças Armadas ou pela sua deposição por meio dum golpe de Estado. Acerca disso, Gomes (2018, p. 269) nos diz que “a tentativa de reforma ministerial, com João Goulart no ministério do Trabalho, e de aumento de salário mínimo, resultou em tensão ainda maior. Um terreno propício à explosão contra Vargas [...]”.

Em fevereiro de 1954, 81 oficiais superiores protestaram contra o governo com chamado “Manifesto dos Coronéis”. Reclamavam contra o desaparecimento do Exército e a proposta de aumento do salário mínimo defendida pelo Ministério do Trabalho sob a alegação de que o salário mínimo quase atingia os vencimentos dos graduados – o que consideravam uma “subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores”. (FICO, 2019, p. 14).

Argumentando-se acerca da crise inflacionária no governo Vargas e a política de aumento salarial surgerida pelo seu Ministro de Trabalho, João Goulart, postula-se que:

Além do mais, Vargas também colhia os frutos amargos da crise econômica. A escalada inflacionária, cujo o ônus se fazia ainda mais pernicioso sobre a classe trabalhadora, levou à multiplicação das greves por aumento de salários, tendo sido a Greve dos 300 mil, em São Paulo, a maior e mais conhecida delas. O ministro do Trabalho, João Goulart, uma das principais lideranças trabalhistas e historicamente ligado aos sindicatos, propôs, como medida emergencial, um aumento de 100 % para o salário mínimo, o que reforçou mais ainda a rejeição patronal a seu nome. (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p. 122-123).

Com as críticas ao governo Vargas cada vez mais se inflamando por parte dos seus adversários políticos, as elites liberais conservadoras, chega ao seu auge com o atentado ao



jornalista e opositor ferrenho a Vargas, Carlos Lacerda. Este era um entusiasta e admirador político do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato derrotado nas eleições de 1945 e 1950 e ferrenho adversário político do governo Vargas. Acerca da figura de Lacerda e sua oposição sistemática ao governo Vargas, elenca-se que:

[...] a crise política não fora inteiramente vencida. Se Vargas fora o candidato vencedor, rezava o dito udenista, ele não deveria governar. A estratégia da UDN foi a da oposição sistemática, com acusações e denúncias diárias no Congresso Nacional. O destaque ficou com o udenista e jornalista, Carlos Lacerda, dono da Tribuna da Imprensa. (GOMES, 2018, p. 268).

O atentado contra Carlos Lacerda se deu em agosto de 1954 quando estava na companhia do major Ruben Vaz que acabou sendo assassinado. Carlos Lacerda, principal alvo, entretanto, acabou sofrendo ferimentos leves. Contudo, isso acabou sendo um “gatilho” para os opositores de Vargas acusá-lo e incriminá-lo pelo atentado ao seu desafeto Carlos Lacerda, levando o seu outro desafeto, o brigadeiro Eduardo Gomes, a interceder junto a Aeronáutica para que ela investigasse o crime contra Carlos Lacerda e o major Ruben Vaz.

Essa investigação, portanto, por parte da Aeronáutica ficara conhecida como “República do Galeão”, formidável grupo antigetulista, que acabou concluindo por meio de inquérito policial-militar que um integrante da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas participou diretamente do atentado a Carlos Lacerda, além de outras investigações que concluíram que o chefe da guarda pessoal de Vargas estava envolvido em diversas práticas ilícitas, causando uma instabilidade política dantesca em seu governo, que levou os seus ferrenhos opositores a pedir sua renúncia ou deposição imediata do cargo de presidente da República. Discutindo sobre isso, observamos que:

Logo depois, um integrante da guarda pessoal do presidente foi acusado. Ademais, as investigações comprovaram atividades de corrupção e troca de favores patrocinadas pelo chefe da guarda pessoal, cujos arquivos foram apreendidos, o que levou Getúlio Vargas a dizer que estava em um “mar de lama” – expressão que Lacerda e outros opositores usaram para criticar ainda mais seu governo. (FICO, 2019, p. 15).

Ainda sobre isso, afirma-se que:

Se Vargas nada teve com o atentado, muito dificilmente poderia provar. Aliás, pode-se dizer que sua inocência, naquele contexto, era irrelevante. O cerco ao presidente aumentou rapidamente e as acusações de Lacerda sobre “o mar de lama” em que o governo se encontrava, passou a fazer todo o sentido. A crise política em que o governo e Vargas mergulharam parecia incontornável. Políticos udenistas e militares da Aeronáutica, atuando no que ficou conhecido como a “República do Galeão”, estavam determinados a depor e prender Vargas. (GOMES, 2018, p. 269).

Entretanto, não fora apenas os udenistas e militares da Aeronáutica que clamaram pela renúncia ou deposição de Vargas. O seu governo estava impopular devido a crescente inflação e conseqüentemente, a alta carestia do custo de vida.

Havia manifestações pedindo a renúncia de Vargas inclusive na TV, no rádio e em jornais como *O Estado de São Paulo*. Em frente ao catete, centenas de cuirosos esperavam sua destituição. Na faculdade de direito em São Paulo, os estudantes portavam um “R” (de “renúncia”). (FICO, 2019, p. 18).

Dessa maneira, não restou outro caminho aos ministros varguistas a não ser, após uma reunião ministerial em 24 de agosto de 1954, informar que o presidente Getúlio Vargas se licenciaria do cargo devido ao cerco contra o seu governo evidenciado pela exigência dos militares a sua renúncia. Vargas, então, após sair daquela reunião, naquele mesmo dia, decidiu tirar sua própria vida com um tiro no seu coração.

À vista disso, logo após o suicídio de Vargas, rádios divulgaram sistematicamente e de forma dramática sua morte, levando a um forte clamor popular nas ruas que promoveu um verdadeiro “quebra-pau”, levando populares a comportar-se com extrema violência, demonstrando alarmante tristeza com a morte de Vargas. Tudo isto, devido a leitura duma suposta “carta-testamento” deixada por Vargas, no qual, afirmara que estava lutando a favor do seu povo contra aqueles que desejavam continuar sugando o povo brasileiro. Argumentando sobre esse forte clamor popular nas ruas por causa da morte de Getúlio Vargas, entende-se que:

Esses cidadãos tinham também um grande receio: de que a morte do presidente pudesse facilitar ações políticas destinadas a pôr fim ao modelo nacional-desenvolvimentista e trabalhista que vinha sendo implantado no Brasil pelas ações planejadoras e intervecionistas dos dois governos Vargas. O primeiro, iniciado em 1930 e finalizado em 1945, e o segundo, iniciado em 1951 e finalizado, com a tragédia do suicídio do presidente, em 1954. (DELGADO, 2005, p. 485).

Refletindo sobre esse evento fatídico, a autora Gomes (2018, p. 269-270) afirma que “uma carta, conhecida como Carta-Testamento, deixada ao lado de seu corpo, denunciava o complô de grupos políticos brasileiros e de monopólios norte-americanos para explorar os trabalhadores e as riquezas do Brasil”. Assim, com a morte de Vargas, Café Filho, do PSP, assumiu a presidência da república preparando o país para as eleições que aconteceria em outubro de 1955.

Ao se aproximar a eleição presidencial de outubro de 1955, o governo Café Filho, de caráter transitório, foi marcado por uma intensa instabilidade política gerada pelos oposicionistas ao projeto varguista, que mesmo morto, ainda pairava sobre a política brasileira, pois exerciam na coligação “JK-Jango”, uma continuidade aos projetos varguistas “nacional-

desenvolvimentista” e trabalhismo, tão combatidos, desde o fim do Estado Novo, pelos udenistas e parte da alta cúpula das Forças Armadas.

A elite liberal conservadora, odiosa aos projetos varguistas, representada pelo jornalista e agora, deputado federal udenista, Carlos Lacerda, assim como, pelo ministro da Aeronáutica e Marinha, Eduardo Gomes e Amorim do Valle respectivamente, começaram a pressionar o presidente Café Filho a liderar um movimento que chamaram de “união nacional”, com o intuito de lançarem um único candidato à presidência da República. Café Filho, portanto, ao se vê pressionado pelas forças oposicionistas a candidatura de Juscelino Kubitschek, lançado pelo PSD, tentou convencê-lo a renunciar sua candidatura a presidência da República.

No entanto, JK com sua base aliada, a coalizão PSD-PTB, rechaça a ideia de renunciar ao pleito de 1955, começando uma intensa campanha de viagem por todo Brasil, apresentando-se como aquele que iria iniciar um projeto de modernização do Brasil, erradicando assim, os problemas sociais como analfabetismo, pobreza e falta de infraestrutura. Sobre o lançamento da campanha eleitoral de JK, postula-se que:

JK soube traduzir expectativas e ocupar o espaço político que Vargas deixara. Viajou por todo Brasil com apoio de empresários que cediam aviões, divulgando sua ousada proposta de modernização que pretendia dá ao Brasil “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. Seu ambicioso “Plano de Metas” previa investimentos públicos e privados, sobretudo em energia, transportes e industrialização. (FICO, 2019, p. 24).

Outro fator que fez enfevercer a instabilidade política durante o governo Café Filho causada pelos udenistas e parte da alta Cúpula das Forças Armadas, numa corrida obstinada contra a candidatura de Juscelino Kubitschek, foi o lançamento de João Goulart, ex-ministro do trabalho de Vargas - que durante o período do seu ministério propôs o aumento do salário mínimo em 100% - ao cargo de vice-presidente da República pelo PTB, formando assim, a fortíssima e vitoriosa coalizão PSD-PTB, deixando as elites liberais conservadoras e parte dos militares, extremamente amedrontados com a possibilidade do retorno definitivo do projeto varguista.

Começa-se, a partir de então, uma campanha de arruinação da campanha eleitoral de “JK-Jango” por parte dos udenistas e alguns militares do alto comando. Através dos discursos do deputado Carlos Lacerda, opositor ferrenho a coalizão JK-Jango, começou a propagar notícias falsas como a que Jango levaria o Brasil a um regime de esquerda apoiado por sindicatos, tal como, na Argentina de Perón. Os militares do alto comando da Marinha e Aeronáutica, também, através de ameaças, começaram a insinuar, por meio de discursos de caráter golpista, que se JK ganhasse as eleições, este não deveria de modo nenhum assumir o

posto presidencial, causando uma instabilidade político-institucional irascível. Quanto a isso, comenta-se que:

Sem citar diretamente JK, o general Canrobert atacou os “herdeiros políticos” do getulismo por não aceitarem a tese da candidatura única e garantiu que, após as eleições, qualquer que fosse o resultado nas urnas, haveria intranquilidade e desordem. Disse também que o sistema político brasileiro era uma “mentira democrática” e que se vivia uma “pseudolegalidade imoral e corrompida”. (FICO, 2019, p. 27).

Todavia, nem todos da alta Cúpula das Forças Armadas apoiavam uma tentativa de intervenção militar pós-eleição de 1955, mostrando que não havia coesão entre todos os militares da alta cúpula das Forças Armadas para se instaurar um golpe militar caso a chapa “JK-Jango” saísse vitoriosa na eleição presidencial. O general Henrique Lott, um adepto a legalidade e a não intervenção das forças militares na política, com o apoio do marechal Odílio Denis, liderara uma resistência contra a tentativa de golpe dos militares da Aeronáutica e Marinha, Eduardo Gomes e Amorim Valle. Estes, por meio de manobras políticas e ameaças golpistas, com o apoio declarado do interino presidente da República, Carlos Luz, que assumira após o licenciamento de Café Filho, tentaram impedir a posse presidencial de Juscelino Kubistchek após a sua vitória nas urnas.

No entanto, o general Lott junto com suas tropas do Exército cercou o palácio do Catete e os pontos estratégicos da capital federal e depôs o presidente Carlos Luz com o intuito de garantir a posse do candidato vitorioso, Juscelino Kubistchek. Quanto a isso, postula-se que:

Além da questão da legalidade da posse de JK, outros componentes os estimulavam: um coronel estava “derrubando” um general. Além disso, a espera que Carlos Luz submeteu Lott terminou por humilhar o próprio Exército. Ademais, havia um conflito potencial entre as três forças, já que os ministros da Aeronáutica e da Marinha eram favoráveis a tese da ilegalidade da eleição de JK. (FICO, 2019, p. 31).

Após tomar a posse em 1956, JK daria início ao processo de aceleração do desenvolvimento através da industrialização baseada em bens de consumo duráveis. Como prometera, outrora em campanha eleitoral, “cinquenta anos em cinco” de desenvolvimento, Juscelino Kubitschek dá início ao seu “Plano de Metas”, com a finalidade de investir maciçamente na indústria de base, energia, siderurgia, alimentação e educação. Discutindo-se sobre o “Plano de Metas” do governo JK, afirma-se que:

[...] Juscelino implementou passo a passo seu programa de governo, então, considerado bastante ambicioso tendo em vistas as condições nacionais. (...) De fato, o êxito na implementação do Plano de Metas foi inegável. As metas de energia e transporte, investimentos em infraestrutura considerados indispensáveis ao aprofundamento da industrialização, alcançaram resultados notáveis. (MOREIRA, 2003, p. 160).

Desse modo, como podemos notar, JK obteria sucesso na implementação da maior parte do seu “Plano de Metas”, principalmente nos setores de energia elétrica, rodovias e siderurgia. Acerca disso, nota-se que:

Boa parte das metas foi alcançada ou superada. Em relação aos exemplos anteriormente citados, temos que meta n.1, relativa à energia elétrica, foi quase integralmente alcançada (95,4%); no que se refere às rodovias (meta n.9), as expectativas foram superadas em 24,8%; a meta n.19, sobre siderurgia, também foi superada em 14%. (FICO, 2019, p. 37).

O sucesso de implementação de parte considerável do Plano de Metas realizado no governo JK, só foi possível pela sua implacável habilidade política de articulação que visou coadunar o seu projeto nacional-desenvolvimentista de caráter capitalista, liberal e burguês com os interesses das “velhas” oligarquias rurais. Estas, não se opunham ao processo de industrialização do nacional-desenvolvimentista de JK, pelo contrário, havia um interesse muito claro na ampliação do mercado interno, com o intuito de haver uma maior integração entre produtos industrializados que escoavam as zonas rurais e produtos agropecuários que abasteciam as demandas das zonas urbanas. Ora, isto seria possível, graças a meta número dezenove do “Plano de Metas”, no que se referia a ampliação de rodovias que ligasse a futura capital federal Brasília ao centro-oeste brasileiro.

Com o impacto dessa expansão do mercado interno, novas terras vão surgindo nas zonas sertanejas, outrora não exploradas, que serão objetos de interesses da oligarquia rural, que aumentarão consideravelmente, suas áreas latifundiárias, muita delas, por meio de práticas de “grilagem”, claramente com o apoio do nacional-desenvolvimentismo de JK, que na sua essência, omitia qualquer política que protegesse as populações rurais mais vulneráveis como as etnias indígenas, posseiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

O projeto social ruralista defendia, portanto, maior interação entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e, finalmente, a manutenção da grande propriedade rural. Excluía, contudo, a grande maioria da população rural, formada por pequenos posseiros e trabalhadores sem terra. (MOREIRA, 2003, p. 181).

A política econômica “nacional-desenvolvimentista” de JK, mesmo tendo adipsa influência do nacional-desenvolvimentismo varguista, distinguiu-se dessa, com a abertura do mercado brasileiro aos capitais estrangeiros, principalmente capitais europeus, já que nessa conjuntura, a Europa estava vindo duma recuperação econômica pós-Guerra, corroborando, assim, no processo aceleração da industrialização brasileira com a chegada de máquinas e equipamentos importadas, principalmente, para o setor automobilístico que teve um foco mais

proeminente no governo JK. Refletindo-se sobre a distinção sutil do “nacional-desenvolvimentismo de JK e Vargas, postula-se que:

Normalmente, a historiografia reserva a qualificação “desenvolvimentista” à política econômica executada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O primeiro está associado ao nacional-desenvolvimentismo – com ênfase na industrialização substitutiva de importações com predomínio de capitais nacionais, estatais ou privados – em contraste com a maior associação com o capital estrangeiro que se impôs a partir de 1956, com a ascensão de JK. (FONSECA; SALOMÃO, 2019, p. 107).

Outra distinção que podemos notar entre os nacionais-desenvolvimentismos de JK e Vargas está exatamente na ampliação do mercado interno, a chamada “Marcha para o Oeste” varguista e a “Nova Marcha para o Oeste” de JK, ambos, frutos dos dois projetos desenvolvimentistas. O primeiro, intencionava uma distribuição de terras a pequenos agricultores e posseiros por meio de reformas agrárias e que a legislação social trabalhista, já fortalecida nas zonas urbanas, chegasse também aos trabalhos rurais. Contudo, o segundo, excluía completamente os pequenos agricultores e posseiros do acesso a essas novas terras, além de não oferecer nenhum benefício social, presente na legislação trabalhista, aos trabalhos sertanejos. Portanto elenca-se que:

A Marcha para o Oeste visava combater a formação de latifúndios nas fronteiras agrícolas, ampliar a integração física e econômica da nação e transformar as condições de vida e de trabalho da população pobre do campo, tornando-os pequenos produtores e proprietários rurais com capacidade de consumo de bens industriais. A opção juelinista foi bastante diversa. Se ele, tanto quanto Vargas, buscou uma maior integração nacional, graças à implementação de Brasília e do cruzeiro rodoviário, suas opções de organização fundiária e de ampliação do mercado interno foram radicalmente diversas. [...] Os maiores prejudicados da opção juelinista foram as populações politicamente frágeis e preexistentes do Norte e Centro-Oeste. Posseiros, populações ribeirinhas e povos indígenas assimilados ou ainda totalmente isolados da sociedade nacional estavam não apenas desprotegidos, mas até mesmo excluídos da “Nova Marcha para o Oeste”. (MOREIRA, 2003, p. 186).

Como podemos notar, o expansionismo do nacional-desenvolvimentista de JK as zonas interioranas do território nacional, outrora, não exploradas, viabilizou o pleno controle do domínio das novas terras recém descobertas pela elite oligarquica rural, fortalecendo-a, cada vez mais, economicamente e politicamente. Assim, é exatamente nisso que o governo JK vai apostar para que o seu quinquênio, diferente dos outros governos democráticos, que o antecedeu e sucedeu, obtivesse a maior estabilização política que lhe desse considerável governabilidade a fim de implementar o seu “Plano de Metas”, como de fato houve, já que o

governo JK, entre os anos de 1945 a 1964, fora o único que conseguiu ter início e fim, sem que tivesse qualquer intervenção externa que interrompesse seu mandato.

Para além dos debates teóricos, políticos e ideológicos que marcaram os anos JK, a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses ruais e o capital industrial, de origem nacional, internacional ou uma combinação entre ambos. É nos parâmetros desse pacto que se torna explicável a relativa estabilidade do governo JK [...] (MOREIRA, 2003, p. 190).

Conforme Fico (2019, p. 36-37), “o setor automobilístico nos governos anteriores era escasso devido as políticas restritivas quanto às importações, contudo, por causa do ‘Plano de Metas’ estabelecido por JK, houve um notável impulso nos setores de automóveis, caminhões e motores”. Além do “Plano de Metas”, outro marco notável que se observa no governo JK, resultado de sua política nacional-desenvolvimentista, foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil na região centro-oeste. Brasília, então, tornou símbolo do seu governo que visava o desenvolvimento econômico por meio do aceleramento das importações financiadas por capitais estrangeiros, nacionais e privados, ainda que, o país cada vez mais se endividara, deixando um legado de dívidas externas ao seu sucessor.

Fico (2019, p. 38), postula que “Brasília fora a ‘meta-símbolo’ ou ‘meta-síntese’ do Plano de Metas. Entretanto, sua construção criticada por muitos, consumiu 2,3% do PIB brasileiro deixando vários impactos negativos na economia”. Já Moreira (2003, p. 176) entende que “o sucesso de Juscelino Kubitschek na implementação do Plano de Metas ficou particularmente evidente na condução da ‘operação Brasília’, isto é, na construção e inauguração da nova capital e do ‘cruzeiro rodoviário’ [...]”.

Destarte, com o sucesso da implementação do “Plano de Metas” em setores específicos e notáveis, além da construção de Brasília e sua inauguração em 1960, JK deixaria uma boa imagem na opinião pública, associado às ideias de progresso, otimismo e democracia, de fato, aspectos notáveis em seu governo, tanto que planejava voltar à presidência da República candidatando-se nas eleições de 1965, que não ocorreria, devido ao golpe militar de 1964. Contudo, junto com a sua boa imagem, JK deixaria um legado pesado aos governos que o sucederia, uma dívida externa notável e uma inflação que corroeria o salário do trabalhador.

Contudo, se economicamente o governo JK teve um sucesso esplendoroso em decorrência da implementação do seu “nacional-desenvolvimentismo”, que de fato, acelerou o processo de industrialização, em aspectos sociais, “os anos JK” não se mostraram verdadeiramente eficaz, porquanto, se houve uma grandeza no campo econômico, esta não fora transformada eficazmente em benefícios sociais as populações mais vulneráveis,

principalmente, as que viviam em zonas sertanejas. Discutindo sobre isso, Moreira (2003, p. 188) postula que “em termos de cidadania, não houvera avanços nos “anos JK” como se pode notar no âmbito econômico, pois grande parcela da população continuou distante dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento econômico”.

No dia 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros toma posse ao posto de presidente da República, sucedendo JK e João Goulart, novamente, fora eleito a vice-presidente da República pela coligação “PSD-PTB”. Jânio Quadros, então, elegeu-se pelo PTN com o apoio da UDN, derrotando os candidatos marechal Lott pela coligação “PSD-PTB, ex-ministro da Guerra do governo JK e o candidato Adhemar de Barros pelo PSP. Acerca disso, Fico (2019, p. 40-41) elenca que “[...] com discurso moralista, conseguiu o apoio vasto do eleitorado paulista e popular [...]. Diante dessa notável trajetória eleitoral, sua candidatura à presidência da República se impôs. Jânio venceu as eleições conquistando mais de 5 milhões e 600 mil votos”.

Jânio Quadros fizera uma campanha utilizando-se dos seus inflamados discursos anti-corrupção, através do “*slogan*” “varre, varre, vassourinha” e anti- governo JK, no qual, acusara de extremamente “inflacionário”. Comentando sobre isso, Fico (2019, p. 41) nos diz que “no dia da sua posse, Jânio fez um discurso violento contra Juscelino Kubitschek, acusando-o pela inflação e dívida externa e afirmando ser terrível a situação financeira do Brasil.” Desse modo, antes de chegar a presidência da República, Quadros já vinha numa longa e experiente carreira política pelo Estado de São Paulo, pois desde 1947 em diante, já tinha sido vereador, deputado estadual, prefeito e governador de São Paulo, o que lhe deu um cabedal político considerável, levando-o a presidência da República, além do seu carisma personalista e habilidade de articulação com diversas forças políticas.

Sua candidatura, entretanto, não gravitava apenas em torno de seu personalismo; Quadros também propunha programas políticos. Em seus discursos, afirmava que daria continuidade ao desenvolvimento econômico acelerado do governo Kubitschek. Contudo, criticava o surto inflacionário dele decorrente, o qual acarretara considerável custo humano. (QUELER, 2019, p. 303).

Assumindo o governo federal, Jânio Quadros, imediatamente, teve que lidar com a alta inflação herdada do governo JK e para isto, adotou uma política econômica de reajuste cambial de caráter mais “ortodoxa”, através de restrição ao crédito, contenção de gastos públicos e de incentivos a exportação, além de suspender os subsídios para importação que fora dado por JK para favorecer uma série de produtos básicos para consumo, acarretando num descontentamento por parte dos empresários nacionais, que antes se beneficiaram com a política econômica de JK.



Em função dos problemas na economia, Jânio adotou um plano ortodoxo de estabilização, o que lhe garantiu o imediato apoio da comunidade financeira internacional e do governo norte-americano. A moeda foi desvalorizada, os gastos públicos foram contidos e a expansão monetária controlada. O Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, havia sido presidente do Banco do Brasil durante a gestão de Eugênio Gudin. Houve redução de subsídios para o trigo e o petróleo. Com isso, foi possível renegociar a dívida e contratar novos empréstimos externos. (FICO, 2019, p. 41-42).

Quanto a política externa, Quadros adotou um discurso de “independência” política do Brasil quanto as suas relações diplomáticas com outros países numa conjuntura internacional de polarização político-econômica entre Estados Unidos e União Soviética, a chamada Guerra Fria, não se alinhando ideologicamente a nenhum dos dois blocos político-econômico, seja o capitalista ou socialista. Refletindo sobre isso, Queler (2019, p. 303) afirma que “não havia um projeto externo ligado à sua candidatura, pois no cenário de Guerra Fria, Quadros buscou autonomia do Brasil diante das superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética.”

As iniciativas de Jânio Quadros no campo externo foram outras marcas de seu governo: a chamada “política externa independente” reafirmava a busca de posicionamento autônomo em relação aos Estados Unidos da América. O principal problema era Cuba, que havia optado pelo comunismo e se encontrava sobre forte pressão do governo norte-americano. A diplomacia brasileira tentou afirmar suas tradicionais posições em favor da autodeterminação dos povos e do princípio da não intervenção. (FICO, 2019, p. 42).

Portanto, nota-se que Jânio adotou uma política externa de “neutralidade”, recusando-se nos primeiros anos do seu governo em compor uma frente com os Estados Unidos contra o regime socialista de viés cubano. Por isso, com o princípio da autodeterminação dos povos, Quadros buscou ampliar as relações diplomáticas do Brasil com maior número possível de países.

Ademais, em busca de uma maior leque de alianças e de mercados, o governo criou embaixadas em países africanos, como Zaire, Nigéria, Gana e Senegal, ao mesmo tempo em que criticava o colonialismo remanescente naquele continente; e enviou missões comerciais a países do Leste Europeu como União Soviética, Iugoslávia, Bulgária, Hungria e Romênia. (QUELER, 2019, p. 308).

O governo Quadros, se em sua política externa buscou ao máximo ter uma relação harmônica com ambos blocos econômicos, mantendo relações diplomáticas e comerciais com o máximo de países, em sua política interna, entretanto, foi marcada por relações instáveis com o Congresso Nacional que de certa forma acarretará numa instabilidade governamental e posteriormente, sua renúncia ao cargo presidencial.

Mesmo sendo eleito a presidência da República, vencendo o candidato marechal Lott, da outrora, vitoriosa coligação “PSD-PTB”, o Congresso seria composto no quinquênio de 1961

a 1965, pela maioria de deputados daquela coligação, gerando conflituosas relações governamentais entre Jânio Quadros e o Parlamento, principalmente em se tratando de aprovação de projetos presidenciais. “Quadros já começara seu governo com consideráveis restrições políticas, pois não possuiria a maioria no Congresso, o que levaria buscar sua base de apoio governamental através da formação do seu próprio Ministério”. (QUELER, 2019, p. 304).

À vista disso, cada vez mais se tornava instável o governo Quadros em decorrência das relações conflituosas com o Congresso, isso era observado na restrição de aprovação de projetos e também, por causa de acusações que o presidente Quadros aplicaria um golpe de Estado com apoio de uma parcela das Forças Armadas. Refletindo sobre isso, Queler (2019, p. 306) afirma que “é possível perceber como seus inimigos, defendendo interesses corporativos, tentaram desqualificar as referidas sindicâncias ao taxá-lo de ditador em momento em que não havia conspiração golpista”.

O presidente Jânio Quadros, então, diante de uma instabilidade política fomentada pela relação conflituosa com o Congresso, numa tentativa de manobra política com o intuito de obter mais poderes presidenciais frente àquela instituição, com apenas sete meses de governo renunciou ao cargo de presidente da República, pois acreditava que teria o apoio dos militares, que não aceitariam em hipótese alguma, João Goulart como presidente, em decorrência da própria relação bélica entre grande parcela da alta cúpula dos militares e Jango, que vinha desde o governo democrático de Vargas, pois era visto, por uma parte considerável dos militares, como alguém próximo ao comunismo.

Sobre essa relação bélica entre o vice-presidente da República João Goulart e grande parte da alta cúpula das Forças Armadas, Fico (2019, p. 42) afirma que “Jango era malvisto pelos militares por seu passado getulista, pela proposta de aumento do salário mínimo de 100% quando foi Ministro do Trabalho (1953-1954), por suas conexões com sindicatos e por ter tido como esquerdista ligado aos comunistas”. Discutindo-se sobre isso, postula-se que:

Naquela data, João Goulart encontrava-se em missão na China. Temido pelos setores conservadores e militares em razão de suas supostas intenções de implantar uma “República sindicalista” no Brasil, o vice-presidente, como certamente tinha consciência o presidente, dificilmente seria aceito pelas Forças Armadas no cargo político mais importante do país, ainda mais pelo fato de encontrar-se num país comunista. (QUELER, 2019, p. 313).

Por outro lado, Jânio Quadros também renunciou a presidência da República por acreditar que se o apoio dos militares falhasse, ele voltaria a presidência com o apoio maciço

do povo que acredita veemente ter. Portanto, refletindo sobre essa relação conflituosa entre Quadros e o Congresso, e a sua busca pelo apoio dos militares a fim de se impor frente ao Congresso, causando uma instabilidade político-institucional, que acarretou na sua renúncia ao cargo de presidente da República, observar-se que:

Ora, o fechamento do Parlamento seria provável, dados os diversos ataques de Jânio àquela instituição nos meses que precederam a renúncia. Ao que tudo indica, Jânio esperava conquistar poderes extraordinários pela intervenção militar para “salvar” o país da esquerda e do comunismo; caso esse projeto falhasse, cogitava retornar ao poder nos braços do povo para se colocar acima dele, dos partidos e do Congresso Nacional [...] (QUELER, 2019, p. 314).

Entretanto, contrariando o objetivo de Quadros que acreditava que sua renúncia presidencial seria temporária, pois voltaria com maiores poderes frente ao Congresso Nacional e as outras estruturas de poder, o presidente Jânio vê frustrado o seu plano quando os militares não aceitaram apoiá-lo em seu anseio autocrático, pois o povo não clamou pelo seu retorno ao cargo presidencial e o próprio Congresso aceitou imediatamente sua carta de renúncia.

Jânio planejava dar um golpe de Estado para obter maiores poderes presidenciais diante do Congresso, e para isto, enviou o seu vice-presidente Jango para uma missão diplomática na China. Assim, enquanto Jango estava em missão na China, Jânio Quadros renunciou ao posto presidencial esperando um forte clamor popular nas ruas e o apoio direto dos militares, acabaram não se materializando. O Congresso Nacional, então, aceitou sua renúncia de imediato. (FICO, 2019, p. 42).

Conseqüentemente, com a renúncia de Jânio Quadros homologada pelo Parlamento, o vice-presidente João Goulart toma posse em 07 de setembro de 1961, mesmo debaixo de intensas contestações e pressões por parte das elites conservadoras e ministros militares, que pressionaram o Congresso Nacional, a não dar posse a Jango, com o argumento que Jango “comunizaria” o Brasil. João Goulart, então, agora no posto presidencial, teria que lidar com esse quadro de crise política devido a extrema radicalização político-ideológica, que envolveu, praticamente todos os atores políticos, dentre eles, os próprios militares. Refletindo-se sobre isso, elenca-se que:

A oposição de alas mais conservadoras das Forças Armadas a Goulart, reitera-se, a se tentar impedir a sua posse na presidência da República, com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Na ocasião, através de um “Manifesto”, acusaram Goulart de aliar-se desde 1954, com “os conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elmos esquerdistas” e, como vice-presidente da República, de “tornar clara e patente sua incontida admiração aos regimes de governo da Rússia e China Comunista, exaltando o êxito das comunas populares”. Tal manifestação militar contava com o apoio de setores civis liderados pela UDN. (CASALECCHI, 2020, p. 94).

Tal crise político-institucional é notada quando o Congresso Nacional se vê pressionado pela polarização político-ideológica, pois dum lado, estavam as forças de esquerda e reformistas, lideradas por Leonel Brizola e o seu PTB, em conjunto com os órgãos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), UNE (União Nacional dos Estudantes) e CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), e a maioria da imprensa, exceto os jornais “*Estado de São Paulo*”, “*A Tribuna da Imprensa*” e “*O Globo*”, que pressionaram o Congresso pela manutenção da ordem constitucional, defendendo a posse de Jango. Refletindo sobre isso, Casalecchi (2020, p. 94) postula que “a pronta reação dos setores populares, nacionalistas, e reformistas, inviabilizava o golpe que impediria a posse de Jango”.

Por outro lado, o Congresso Nacional é pressionado pelas elites conservadores e pelos ministros militares para a deposição de João Goulart, o que acarretou, como solução político-institucional, a implementação temporária do parlamentarismo. Assim, Jango tomaria posse presidencial tendo seus poderes limitados.

Das esquerdas aos partidos conservadores, formou-se ampla coalização pela manutenção da legalidade democrática. Para superar o impasse, os partidos políticos chegaram a um acordo: Goulart assumiria a Presidência da República, mas sob regime parlamentarista. A solução de compromisso com o parlamentarismo garantiu a continuidade do processo democrático, mas restringiu seus poderes políticos. (FERREIRA, 2019, p. 320).

Assim diante dessa turbulência político-institucional e uma vez instaurada o Parlamentarismo, o presidente Jango procurou ao máximo instaurar a chamada “política de conciliação” entre o PSD, que nessa conjuntura, era a maioria no Parlamento e o PTB, partido de caráter síndico-trabalhista, que defendia abertamente as profundas reformas de bases. Com essa “política de conciliação”, Goulart buscava obter governabilidade tendo a maioria de sua base política no Congresso pela coligação PSD-PTB.

O presidente buscou obter a maioria no Congresso Nacional, articulando uma aliança entre o PTB e PSD, coligação esta, que deu estabilidade política ao governo JK. Enquanto o PTB, desde 1950 aproximava-se da esquerda, o PSD procurou manter-se no “centro político”. (HIPÓLITO, 2005 *apud* FERREIRA, 2019, p. 320).

Economicamente, João Goulart herdara dos seus antecessores uma nação que se encontrava numa profunda crise inflacionária e fiscal, em decorrência do elevado endividamento externo e interno, o que lhe restringia na busca por investimentos estrangeiros e empréstimos bancários, devido a falta de credibilidade fiscal.

Para isto, portanto, Jango procurou adotar, internamente, uma política econômica mais “ortodoxa” por meio dum programa rígido de combate a inflação e, externamente, procurou

uma reaproximação com o governo norte-americano na tentativa de buscar mais credibilidade com o capital internacional, com a finalidade de captar investimentos e empréstimos de capitais estrangeiros, e também, procurou ampliar as relações comerciais com outros países, incluindo os do bloco socialista, China e União Soviética. No entanto, João Goulart, não obteve muito sucesso na captação de recursos estrangeiros que pudessem estabilizar a economia da nação, acarretado assim, um agravamento da crise econômica brasileira.

O presidente retornou ao Brasil com grande prestígio pelo encontro com Kennedy, reduzindo, inclusive, as apreensões dos grupos políticos mais conservadores. No entanto, sem os recursos externos, a situação econômica deteriorou-se ainda mais com o aumento dos índices inflacionários. (FERREIRA, 2019, p. 323).

Outro problema que Jango teria que lidar até ser deposto pelo golpe cívico-militar, são as intensas disputas no campo em torno da reforma agrária. Desde os “anos JK”, a população ruralista procurou se organizar em busca daquela, o que vai dá origem, por exemplo, na criação da Liga Camponesa, composta por trabalhadores rurais de Pernambuco. O debate girava em torno do parágrafo 141 da Constituição, que em seu artigo 16, afirmava que em caso de desapropriação de terras, por necessidade, interesse social ou público, o proprietário deveria receber justa indenização monetária.

Para o governo Goulart, no já descrito quadro de tensões do período, seria necessário decidir a natureza da reforma agrária proposta, as formas institucionais para o seu encaminhamento e os mecanismos jurídicos para a sua execução; as tarefas nada fáceis diante de posições muito polarizadas. Se existia consenso razoável a respeito da necessidade de uma reforma agrária, não havia possibilidade de acordo em torno de alguns pontos. O mais relevante deles refere-se à obediência ao princípio constitucional que exige a indenização prévia e justa, em dinheiro, das terras desapropriadas. (CASALECCHI, 2020, p. 96).

Assim, os ruralistas da Liga Camponesa e trabalhadores do campo, assim como, os partidos de esquerdas, defendiam uma reforma agrária sem indenização, portanto, o que levaria a extinção do artigo 16 da Constituição. Todavia, a elite conservadora ruralista se opunha ferozmente a essa proposta e conseguia obstruí-la por meio dos congressistas da UDN e do próprio PSD. “A reforma agrária não era tabu naquela conjuntura, pois até mesmo grupos políticos conservadores admitia. No entanto, a questão era como fazê-la? Respeitava ou não o artigo 16 da Constituição? Indenizava ou não os grandes latifundiários?” (FERREIRA, 2019, p. 322).

Assim, cada vez mais se acirrava as disputas internas pelos interesses políticos-econômicos dos diversos atores políticos, levando o presidente João Goulart a ser pressionado pela ala esquerdista, liderada por Leonel Brizola. Este, outrora, foi governador do Rio Grande

do Sul, que lutara veemente contra a possibilidade de golpe militar em 1961 e desapropriou os bens das companhias de telefonia e energia elétrica, ambas subsidiárias de grandes companhias norte-americanas, o que acarretou uma tensão diplomática entre os governos Jango e o norte-americano.

Em 1962, o petebista Leonel Brizola havia sido eleito a deputado federal pelo Rio de Janeiro com 269 mil votos, o que mostrava sua força e influência política entre os reformistas, liderados pelo PTB, e os partidos de esquerda, que influenciavam cada vez mais as instituições de viés reformistas, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Ligas Camponesas, CGT (Comando Geral dos trabalhadores), FPN (Frente Parlamentar Nacionalista, parlamentares que se identificavam com as reformas de base) e FMP (Frente de Mobilização Popular).

Tais instituições, então, abraçavam as reformas de base de natureza radical e materializaram em Brizola, que de fato, conseguia reunir toda esquerda, mesmo sendo estas heterôneas, a pressão política em João Goulart por consolidar as reformas de base, dentre elas, a própria reforma agrária de viés radical, que não considerava o artigo dezesseis do parágrafo cento e quarenta e um da Constituição. Argumentando-se sobre a liderança notável de Leonel Brizola sobre as esquerdas, nota-se que:

Seu prestígio político no campo das esquerdas, nesse momento, era imenso, passando inclusive a rivalizar com o próprio presidente da República no campo nacionalista. De esquerda e no próprio PTB. Brizola unificava as esquerdas e daí sua ousadia no desafio. Seu nome passou a significar o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos heterogêneos e muitas vezes distintos. (FERREIRA, 2019, p. 325).

Por outro lado, forças conservadoras direitistas, materalizadas em grupos políticos, empresariais e militares do alto oficialato, também se organizaram para difundir ideias anticomunistas e antireformistas e sistematicamente, minar o governo Goulart, ao “caricaturizá-lo” de “esquerdista” e que desejava “comunizar” o país.

Para isto, as forças conservadoras direitista, se organizaram e criaram instituições como IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), fundado em 1962 e Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com o intuito de fomentar ideias anticomunistas, antireformistas e anti-governo Goulart, através de intensa propaganda em livretos, jornais e palestras em organizações estudantis e sindicais conservadoras, que valorizavam o capital estrangeiro, inerentes ao capitalismo de ideologia liberal, de livre-mercado e de livre-iniciativa privada.

Ora, a difusão dessas ideias anticomunistas por meio do IPES e IBAD, só serão possível através da injeção de capital estrangeiro naquelas instituições, oriundos de empresas

multinacionais e sobre orientação do governo norte-americano pela CIA (Agência Central de Inteligência). Refletindo-se sobre isso, postula-se que:

Uma ampla campanha baseada no anticomunismo visava convencer parcelas significativas da população formadas por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores, de que Goulart, de fato, teria intenções de comunizar o país. (FERREIRA, 2019, p. 327).

Todavia, mesmo com a intensa propaganda anti-comunista apoiada sistematicamente pelo capital estrangeiro e governo norte-americano, as ideias conservadoras de caráter liberal-direitista, não alcançaram êxito entre os movimentos estudantis, entre as classes ruralistas, entre as classes trabalhadoras industriais e entre as parlamentares nacional-reformistas. Acerca disso, entende-se que:

De setembro de 1961 a 1963, a propaganda anticomunista do Ipes e Ibad, só terão êxito entre as classes sociais que já possuíam convicções ideológicas de extrema direita. A propagação de ideias, então, só terão êxito na sociedade brasileira no final de 1963 até março de 1964”. (FERREIRA, 2019, p. 328).

Refletindo-se sobre essa coalizão golpista “cívico-militar” com a participação de forças estrangeiras, na tentativa de minar o governo Jango e as instituições reformistas, argumenta-se que:

A unidade natural IPES/IBAD age no sentido de desarticular as organizações trabalhadoras urbanas e rurais, apoiar as posições conservadoras da Igreja Católica, dividir o movimento estudantil liderado pela UNE, mobilizar as classes médias e a alta oficialidade no combate ao governo. Com fartos recursos, recebendo contribuições de 297 corporações norte-americanas e da CIA, promove campanha anti-Goulart e anticomunista na grande imprensa e por meio da ação de seus “grupos democráticos”. (CASALECCHI, 2020, p. 102).

Dessa forma, João Goulart, cada vez mais pressionado pelas esquerdas - lideradas por Leonel Brizola e a FMP (Frente Mobilização Popular) - para implementar as reformas de base, principalmente, a reforma agrária, enviou ao Congresso Nacional a sua proposta de reforma agrária, sugerindo que o proprietário de latifúndios recebam como indenização os títulos da dívida pública com correção monetária de 10% ao ano. Imediatamente, a proposta foi rejeitada pelos congressistas, principalmente pelos parlamentares pessedistas e udenistas, já que eles tinham profundas ligações com as elites ruralistas.

Conseqüentemente, com a recusa da proposta de reforma agrária pelo Congresso, as esquerdas lideradas por Brizola pressionaram ferozmente Jango a romper com a chamada “política de conciliação”, pois para elas seria o problema direto que impedia a implementação das reformas de base. Entretanto, Jango sabia muito que romper com o PSD, significaria romper

com os laços que lhe davam estabilidade governamental, já que esse partido era a maioria no Congresso. João Goulart, no entanto, opta por manter a “política de conciliação”, adiando as reformas de bases e a reforma agrária, tão desejadas pelas esquerdas. Contudo, se Jango optou, nessa conjuntura, manter a “política de conciliação” para não perder a sua estabilidade governamental, na prática, isso significou romper com Brizola e as esquerdas que ficaram extremamente irritadas com a “política conciliadora” de Jango.

As consequências da derrota da proposta presidencial foram decisivas para os rumos políticos do país. Primeiro, a estratégia de implementar medidas ortodoxas e estruturalistas com o Plano Trienal foram abandonadas por Goulart. Segundo, a derrota governamental do projeto de reforma agrária deu argumentos para que as esquerdas negassem qualquer possibilidade de implementação das mudanças econômicas e sociais pela via parlamentar. Por fim, tornou visível o rompimento da histórica aliança entre trabalhistas e pessedistas. (FERREIRA, 2019, p. 323).

De fato, a rejeição do projeto de reformas de base, principalmente, a agrária, pelo Congresso, foi um estopim para o isolamento político de Jango, pois além do parlamentares petebistas, que ficaram desgostosos com a rejeição da reforma agrária, por causa da “política de conciliação”, os pessedistas decidiram isolar o presidente Goulart, mesmo este empenhando-se em reconstituir sua base aliada ao se reaproximar da política centrista.

Portanto, sofrendo pressão das esquerdas, estas lideradas pelos trabalhistas do PTB sob a influência de Leonel Brizola, do FMP, do CGT, da Liga Caponesa e das direitas representadas pelo capital multinacional, pelas elites empresarias e rurais, pelas classes médias e alguns jornais, como “O Globo” e “Tribuna da Imprensa” e uma parte dos militares do alto escalão, e agora, não tendo mais a sua base política “PTB-PSD” ao seu lado no Congresso para se implementar as reformas de base, João Goulart não pôde mais sustentar a “política de conciliação”.

Desta maneira, nessa conjuntura de extrema radicalização político-ideológica, coube ao presidente Jango, então, optar por algumas possibilidades restritas que estavam diante dos seus olhos na tentativa de continuar seu governo e acabou por escolher, definitivamente, aliar-se às esquerdas, pois acreditava que elas detinham força política proeminente, partindo assim, para o extremismo político-ideológico. Analisando, as implicações que a aliança de Jango com às esquerdas causou, pela defesa veemente das reformas de base, elenca-se que:

Ao defender a reforma constitucional, Goulart amplia as suas bases de sustentação entre as lideranças democráticas. Ao mesmo tempo em que afronta os grandes proprietários rurais. Para as forças conservadoras que, com muita desenvoltura, haviam apoiado a emenda constitucional para a implantação do parlamentarismo, no caso da reforma agrária consideravam a Constituição intocável. (CASALECCHI, 2020, p. 96).



Falando dessas possibilidades de escolha de Jango pelas esquerdas revolucionárias, afirma-se que:

A opção do presidente se restringia a ele nada fazer até o final do seu governo, o que lhe desmoralizaria diante do seu projeto reformistas; ou ele, se alinhava a política conservadora do “PSD-UDN”, aceitando as condições do FMI, à custa da repressão ao movimento operário que tanto defendera; ou, o presidente optava pela política de “moderada” da chamada Frente Progressista de Tiago Dantas, subordinando os limites da reforma de base impostas pelo PSD; ou, Jango optaria por se alinhar definitivamente às esquerdas lideradas por Brizola. João Goulart, então, opta pela última possibilidade, alinhando-se ao projeto político das esquerdas. (FERREIRA, 2019, p. 351).

Uma vez que o presidente Goulart alinhou-se definitivamente ao projeto político das esquerdas, estas se veem na condição de partir para a “política bélica” contra o Congresso, que eles chamavam de “reacionário” e contras as forças conservadoras. Assim, o aparato das forças políticas de esquerda, preparam um grande comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964, com a participação dos seus principais, dentre eles, Miguel Arraes e Leonel Brizola e o próprio presidente da República, João Goulart, que discursava, veementemente, para aproximadamente duzentas mil pessoas, sobre a necessidade de se implementar as reformas de base de caráter trabalhista e agrária. Quanto ao discurso de Jango na Central do Brasil, elenca-se alguns pontos do seu discurso:

Ele atacou setores da elites que, em nome da democracia, procuravam perpetuar privilégios intoleráveis, criticou a indústria do anticomunismo, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição e lamentou a cegueira de parcelas da sociedade de instução superior que continuavam insensíveis à realidade nacional. No entanto, o governo ao lado do povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e empresários patriotas, e com o seu apoio, prosseguirá na pela emancipação econômica e social do país. (FERREIRA, 2019, p. 354).

Após o discurso de Goulart na Central do Brasil, era de se esperar a reação imediata das elites conservadoras que junto com os militares do alto escalão das Forças Armadas, muitos deles, que desde 1961, já desejavam aplicar um golpe de Estado ao se oporem ao posse de Jango, agora, unidos numa coalização “civil-militar”, com o apoio do governo norte-americano, conspiraram abertamente para depor João Goulart, golpeando as instituições democrática e “rasgando” a Constituição.

Para isto, essa conspiração golpista de extrema-direita era composta pelas elites empresariais e latifundiárias, militares do alto oficialato das três Forças Armadas, os governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, Carlos Lacerda, da Guanabara e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, que conclamaram pela intervenção militar contra o governo Jango.

Acerca da participação dos militares, agora de forma coesa para aplicação do golpe de Estado em 1964, que em 1961 não tivera êxito, devido a falta de coesão interna dentro das Forças Armadas naquele ano, postula-se que:

A maioria dos oficiais das três Forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar. [...] O mais grave, no entanto, é que ampla maioria dos oficiais das três Forças Armadas, afastados dos debates políticos, preocupados apenas em cumprir suas tarefas profissionais e, ao final do dia, retornar para as suas casas, começaram a dar razão à minoria de golpistas históricos, cedendo aos seus argumentos. (FERREIRA, 2019, p. 360-361).

Contudo, as esquerdas, por outro lado, diante da conspiração golpista das elites conservadoras que cooptaram os militares para golpear as instituições democráticas e depôr Jango, não ficaram passivas, ao contrário, surgiram ao presidente Goulart que resistisse até a última instância, nem que para isso fosse necessário às esquerdas pegarem em armas e partirem para o confronto bélico.

Todavia, diante do avanço das tropas do general Mourão Filho, que vinham de Juiz de Fora para a Guanabara, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que liderava o movimento golpista, também sobre a tutela de generais influentes como Castelo Branco e Costa e Silva, Jango decidiu não resistir, temendo uma guerra civil e muitas mortes, conformou-se que o golpe de Estado era iminente. Refletindo-se sobre o golpe “civil-militar” em abril de 1964, argumenta-se que:

Tratou-se, para a oficialidade, de uma questão de sobrevivência da própria instituição. O general Mourão, com aval do governador Magalhães Pinto e apoiado pelo grupo militar golpista mineiro, sem articulação com os outros núcleos conspiradores, desencadeou o golpe de Estado. Como Goulart não reagiu, como não houve manifestações de defesa do governo, as defecções, inicialmente tímidas, avolumaram-se em ritmo crescente em poucas horas. (FERREIRA, 2019, p. 366).

Argumentando, intrigantemente, sobre o golpe “civil-militar” em 31 de março de 1964 e suas implicações, postula-se que:

Encerra-se com o Golpe Militar a nossa República Liberal. O seu início resultou de ampla frente de oposição ao governo ditatorial de Vargas. O seu fim deveu-se à ampla frente conservadora, civil e militar, com a deposição de um governo democraticamente eleito. Da crise da ditadura à imposição da ditadura. No primeiro caso, as classes populares pouco participaram da redemocratização. No segundo, a ditadura acabou por se impor com uma ação preventiva, para impedir a crescente participação das forças populares na defesa dos seus interesses, nada coincidentes com os das classes dominantes. (CASALECCHI, 2020, p. 108).

## 2.2 Sociedade e cultura: cultura brasileira e massificação

Conforme exposto, o período da Terceira República (1945-1964) foi marcado pela consolidação da política econômica “nacional-desenvolvimentista”, iniciada pelo governo Vargas (1951-1954) e consumada nos anos “governo JK” (1956-1960), que fomentou a industrialização da economia brasileira, que outrora, caracterizava-se, dentro dum processo de “longa duração”, por ser especificamente agroexportadora. Assim, com o processo de industrialização nos anos 1950, a sociedade brasileira começa a “inflar” nas zonas urbanas, surgindo, então, uma sociedade muito mais “urbana”, “cosmopolita e “industrial”. Argumentando-se sobre o processo de urbanização da sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960, afirma-se que:

As capitais brasileiras, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo, “inflaram” naqueles anos, em decorrência da intensa migração e industrialização. Para aquele autor, portanto, a migração caracterizou-se pela chegada da população rural, que vinha do interior para a capital e de regiões sertanejas nordestinas, que migravam para a região Centro-Sul em busca de empregos e melhores condições de vida. (NAPOLITANO, 2014, p. 12-13).

Portanto, acertadamente, o autor percebe que a população ruralista e sertaneja, predominantemente de origem nordestina, somada com os descendentes de escravos e ex-escravos, formarão o contingente de mão-de-obra para as indústrias que se instalavam no país. À vista disso, percebe-se que é exatamente para essa “nova sociedade brasileira”, caracterizada agora por ser urbanizada e industrial, que o rádio, o cinema, a arte e a música, servirão como fonte de informação, lazer e manifestações de cunho político e cultural.

O rádio teve um papel fundamental na segunda metade dos anos 1940 e na década 1950 como instrumento de manifestação político-cultural, pois desde a década de 1930, já havia se tornado um fenômeno de massa, expandido a rica cultura musical brasileira e radionovelas (melodramas). No entanto, é na conjuntura do fim do Estado Novo e o posterior anos democráticos que o rádio ganhará “status” de massificação popular, ligado agora as massas urbanas e sua cultura popular, difundindo melodramas (novelas), canções populares heterogêneas, programas de auditório e concursos de “rainhas do rádio”, despertando paixões populares em torno do dele.

A partir de 1945, surge a Rádio Nacional, principal veículo de rádio nos anos democráticos, que popularizará os programas de auditórios e tornará o gosto musical mais simples, tornando cada vez mais apaixonante o rádio entre as camadas populares urbanas e camponesas. Porquanto, já no final dos anos 1950, o rádio estará presente em cada lar brasileiro,

como instrumento de entretenimento, informação política e diversas manifestações culturais. Discutindo-se sobre a massificação do rádio nos anos 1950, entende-se que:

Mas não se pode dizer que o rádio era um fenômeno apenas das classes populares urbanas e que na década de 1950 chegaria aos camponeses com maior intensidade. Até o final dos anos 1950, ele era uma peça obrigatória em quase todos os lares, dos mais ricos aos mais pobres. Fenômeno de massa desde os anos 1930, base da expansão da rica cultura musical brasileira, a radiodifusão sofre um grande processo de massificação a partir do final da Segunda Guerra Mundial. (NAPOLITANO, 2014, p. 13).

Além das novelas de rádio e os seus programas de auditório, podemos notar outras formas de manifestações culturais em meados dos anos 1940 e 1950, como o cinema brasileiro e a música popular. O primeiro, iniciou com uma produção de baixo custo, as chamadas chanchadas, entretanto, mesmo concorrendo com as grandes produções norte-americanas, detinham um espaço significativo na audiência.

Por isso, com grande apreço popular, o cinema de chanchada expressava histórias banais com uma estética carnavalesca de gosto popular, paródias de filmes norte-americanos como “*Sansão e Dalila*” e “*Matar ou Morrer*”, comédias com temáticas carnavalescas e melodramas. Personagens populares como Dercy Gonçalves, Grande Otelo e Mazzaropi dividiam as telas como “galãs” e “mocinhas” e “vilões”. Argumentando-se sobre as características das chanchadas, nota-se que:

Com as suas produções contínuas e apressadas, com baixo padrão técnico, em que se aproveitavam as experiências dos artistas provenientes do circo, do teatro de revista e do rádio, utilizando o anedotário e a cultura popular oral, e tendo como personagens camelôs, barbeiros, donas de pensão, empregadas domésticas, as chanchadas recebem várias críticas. (CASALECCHI, 2020, p. 82).

Para o autor, então, o cinema de chanchada recebe críticas, pois há aqueles que de fato viam nas chanchadas uma verdadeira manifestação dum “cinema vivo”, mesmo em condições precárias, e por outro lado, há aqueles que as consideravam como manifestação da “ignorância” e do “analfabetismo” popular.

Entretanto, no início da década de 1950, surgiu a ideia de competir com as grandes produções de *Hollywood* a partir da criação da paulistana Companhia Cinematográfica Vera Cruz, que passou a lançar filmes ao padrão norte-americano, com conteúdo e alto nível técnico. Entre 1952 e 1954, a Vera Cruz lançou filmes como “*Tico-tico no fubá*” (1952) e “*O cangaceiro*” (1953), que alcançaram maior sucesso, sendo que o último, chegou a ganhar o prêmio de melhor filme de aventura pelo renomado Festival de Cannes. Contudo, acumulando graves prejuízos, em 1954, a Companhia Vera Cruz veio a falência. Quanto ao surgimento do cinema de alta produção técnica da Companhia Vera Cruz, elenca-se que:

Aquela produtora cinematográfica desejava contrapor-se à chanchada por meio de maiores investimentos na produção técnica por meio dum sofisticado estúdio comparado ao padrão dos filmes norte-americanos com o intuito de alcançar o mercado internacional”. (CASALECCHI, 2020, p. 82).

Por outro lado, nem só das chanchadas musicais, sucesso nos anos 1940 e as produções cinematográficas de grande porte, como os da Vera Cruz, no início dos anos 1950, se caracterizou o cinema brasileiro na Terceira República. No final dos anos 1950 e início da década de 1960, antes do golpe cívico-militar, o cinema brasileiro sofreu forte influência da ideologia de esquerda do PCB e da UNE, surgindo, a partir daí, o Centro de Cultura Popular (CPC), que passou a afirmar que as produções cinematográficas brasileiras deveriam representar as desigualdades sociais e os problemas graves na sociedade brasileira gerados pelo capital imperialista.

Dessa forma, surge o chamado “cinema novo” com produções como “*Rio 40 graus*” (1955), que chocou a burguesia carioca por representar os graves problemas sociais das favelas e subúrbios cariocas, retratando os “delinquentes”, os “viciosos” e os “marginais” com os seus dramas pela sobrevivência em meio a uma cidade que ignorava seus problemas sociais. Seguindo essa mesma linha cinematográfica do chamado “cinema novo” com forte influência de esquerda, surge entre os anos 1960 e 1962, um grupo de jovens cineastas, dentre eles, Glauber Rocha, que procuraram representar em suas produções, problemas estruturais na sociedade brasileira, expondo a realidade das periferias das cidades. Refletindo-se sobre o surgimento do “Cinema Novo”, com forte influência ideológica do Centro de Cultura Popular de Cultura, afirma-se que:

Pretendia-se também introduzir uma temática que privilegiasse a realidade nacional e as suas questões sociais; retratar, com toda dureza, a nossa realidade subdesenvolvida, sem, contudo, pôr de lado, o aspecto artístico da produção cinematográfica brasileira. [...] A partir daí, firma-se a convicção de que o cinema poderia ser, ao mesmo tempo, forma, expressão e denúncia das perversas condições sociais do país. (CASALECCHI, 2020, p. 83).

Napolitano (2014, p. 31-32), seguindo esse mesmo fluxo de pensamento sobre a nova proposta do “cinema novo”, postula que “o ‘Cinema Novo’ defendia o mesmo princípio de simplicidade formal, ‘uma ideia na cabeça e uma câmera na mão’, ainda que no plano temático, ao contrário da Bossa Nova, o principal assunto dos filmes não fosse o Brasil moderno, urbano e elegante”.

Por outro lado, havia uma cultura mais “sofisticada”, que já não se resumia apenas a literatura e a música erudita. Surge, então, no final dos anos 1940, no meio da burguesia

paulista, o Teatro Brasileiro de Comédia (TEB) que visava produzir e exportar ao mundo uma cultura brasileira mais aproximada da cultura europeia e norte-americana, reafirmando valores socioideológicos das elites liberais conservadoras com o intuito de “criar” uma identidade brasileira mais voltada para o desenvolvimento, contrapondo-se com as iniciativas da produção cultura de massas. Argumentando-se, intrigantemente, sobre o papel do Teatro Brasileiro de Comédia, nota-se que:

Também fazia parte desse projeto, qual seja, inserir o Brasil (e particularmente São Paulo) no circuito cultural dos países mais desenvolvidos, iniciativas que não faziam parte do campo da cultura de massa, mas que visavam aprimorar o gosto médio da população brasileira”. (NAPOLITANO, 2014, p. 35).

Seguindo esse mesmo fluxo de pensamento, acerca do papel do Teatro Brasileiro de Comédia e para qual público visava alcançar, elenca-se que:

Alternando a representação dos clássicos universais com as comédias norte-americanas e francesas, o TBC contribuiu também para o fortalecimento do teatro nacional, ampliando, gradativamente, a presença do público, constituído essencialmente pela classe média. (CASALECCHI, 2020, p. 88).

Quanto a música popular, a partir da segunda metade dos anos 1940, destacava-se o samba, que desde o período do Estado Novo, já era a típica música popular brasileira. Contudo, no final dos anos 1940, junto com o samba, surge também no gosto popular, o baião e xote, gêneros musicais nordestinos popularizados por Luiz Gonzaga em 1947 que se destacavam pela luta contra a seca nordestina e a dignidade do homem do sertão. Assim, comentando-se sobre as manifestações culturais no final da década de 1940 e anos 1950, postula-se que:

O carnaval, o rádio e o cinema, a partir da segunda metade dos anos 1940, eram os meios culturais pelos quais se consolidava uma nova audiência popular, surgiam as primeiras formas de indústria cultural no Brasil, representando conteúdos culturais vivenciados pelas classes populares, em meio a um processo de urbanização crescente. (NAPOLITANO, 2014, p. 14-15).

Em paralelo com o samba, que desde a década de 1930 se consolidou como música de cultura de massa e o samba-bolero, com suas letras românticas e dramáticas, no início de 1959, surge a “Bossa Nova”, uma nova forma de samba com forte influência do “jazz” norte-americano, que eclodirá no meio da classe média e entre os universitários que haviam se ampliando com a política nacional-desenvolvimentista de JK.

A “Bossa Nova”, preconizada pelos músicos João Gilberto e Antônio Carlos Jobim, também chamada de “samba moderno”, desejaria “reinventar” o gênero musical brasileiro, fugindo das representações sociais do samba clássico de subúrbio e periferias e indo ao encontro

de representações utópicas dum “Brasil moderno” fruto da intensa industrialização. Refletindo sobre a “popularização” da Bossa Nova entre a classe média alta e o seu caráter “anti-popular”, Napolitano (NAPOLITANO, 2014, p. 30) nos diz que “imediatamente, o novo ritmo foi apelidado de Bossa Nova e parecia ir ao encontro do gosto de um segmento moderno da classe média, que havia se ampliado depois da política de industrialização de Juscelino Kubitschek”. Argumentando-se, ainda, sobre a manifestação cultural da Bossa Nova, afirma-se que:

Contrapondo-se à indiscriminada importação da música norte-americana, surge o movimento da Bossa Nova, tido como uma manifestação da classe média alta, sem maior identidade com o povo; apesar disso, buscava-se torná-lo tema obrigatório de suas canções. (CASALECCHI, 2020, p. 90).

Portanto, notamos que as manifestações culturais populares no rádio, no cinema e nos gêneros musicais populares, entre os anos 1945 a 1964, expressavam o imaginário sócio-cultural da coletividade popular brasileira, através de representações dos costumes do cotidiano popular, valores sociais e símbolos puramente ideológicos. Tudo isso, eram vistos na linguagem do senso de humor “natural”, solidariedade com os oprimidos, romantismos, malícia ingênua e conformismo com a ordem social, materializados na produção cultural de massas.

Por outro lado, nesse intenso processo de industrialização que enriqueceu mais ainda as elites empresariais, fazendo eclodir e ampliar uma nova classe média urbanizada, a burguesia nacional passa a se utilizar das manifestações culturais, por meio do Teatro Brasileiro de Comédia (TEB), da arte Concretista, do cinema da Vera Cruz e da Bossa Nova, para se sobrepor sobre a cultura de massa, com o intuito de criar uma “nova identidade brasileira”, caracterizada pelo “moderno e industrial” que deveria ir ao encontro duma cultura “sofisticada” e “intelectual”, que trouxessem representações simbólicas de ascensão social por meio do capital imperialista.

### 3 A LITERATURA DE CORDEL COMO EXPRESSÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO: DESENVOLVIMENTO E CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

#### 3.1 O desenvolvimento do cordel no Brasil

No início do século XVI com as transformações políticas e científicas entrelaçadas com o mercantilismo expansionista, Portugal e Espanha se tornaram pioneiros na missão de “descobrir” o “Novo Mundo”, batizada pelos colonizadores europeus de “América”, com o intuito de dominar pela imposição política e pela expansão dos seus próprios traços culturais. Assim, é nessa conjuntura que literaturas de caráter popular, como o cordel, aportam nas terras americanas com a finalidade de promoverem informação e sociabilidade às camadas populares. Argumentando-se sobre a íntima ligação entre o cordel brasileiro com a literatura popular já existente no medievo europeu, elenca-se que:

Na Europa, no período de transição entre a Idade Média e Moderna, em países como França, Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Holanda, é possível identificar, tanto através da literatura clássica como através de pesquisas em documentos, relatos, museus e coleções particulares, a presença da literatura popular impressa em folhetos. Há vários traços que dão sustentação teórica à hipótese da relação do cordel brasileiro com a literatura popular ou de folhetos no Continente europeu. Um deles é a transposição de personagens fictícios ou reais da Europa Medieval para o Nordeste brasileiro. (NEVES, 2018, p. 17).

Portanto, originária dos países ibéricos, a literatura de cordel, muito difundida e apreciada em Portugal, principalmente pelas camadas populares, se espalha em várias colônias da América Portuguesa, mais precisamente na região “nordeste”, o que levará o cordel a criar raízes definitivamente no imaginário social nordestino criando condições para a sua apreciação pelo mais pobres e sua difusão entre as camadas populares.

Isso facilitou a penetração de manifestações orais, cantorias realizadas por duplas de repentistas que saíam sertão a dentro, cantando de improviso sobre os mais variados temas para plateias sempre atentas. Facilitando, também, a manifestação escrita dos cordéis em versos, que discorriam sobre muitos assuntos, entre eles, as próprias pelejas e discussões dos repentistas, histórias de amor, de cangaceiros, de milagres, mas sempre preocupados em trazerem as últimas notícias. (JUNIOR, 1977 *apud* CAMÊLO, 2000, p. 18-19).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, quanto a origem do cordel brasileiro que tem antecedência e influência direta no medievo ibérico, principalmente em Portugal, Viana elenca que:

O cordel brasileiro herdou do cordel medieval esses predicativos romanescos e, somado à herança trovadoresca dos cantores e poetas ibéricos resultou em textos



poéticos narrativos com a forma e estética que hoje conhecemos. Alguns autores, no intuito de vincular as origens do cordel brasileiro à literatura popular europeia, retroagem ainda mais no tempo ao afirmar que “a poesia popular nordestina [...] é herdeira direta da tradição grega, eivada de influências dos trovadores medievais da Península Ibérica. (VIANA, 2010 *apud* NEVES, 2018, p. 28).

Por outro lado, o pesquisador cordelista Aderado Luciano (2020)<sup>9</sup> crê veementemente na tese que o cordel nordestino é singular, não tendo nenhum vínculo em sua gênese com o medievo ibérico. Para este autor, a literatura de cordel teve sua origem com o poeta cordelista Leandro Gomes de Barros na cidade de Recife, surgindo a partir daí, não apenas como um gênero literário poético tipicamente brasileiro, mas como sistema literário distinto da literatura popular ibérica, porquanto no cordel nordestino tem a presença dum poeta cordelista, dum impressor e dum público leitor.

Destarte, o pesquisador Luciano nessa entrevista, resume os seus argumentos quanto a singularidade do cordel nordestino fazendo alusão ao seu livro “*Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*” (2012), afirmando que o cordel nordestino é tipicamente brasileiro e deve ser tratado como poesia brasileira. Portanto, para aquele autor, sendo o cordel nordestino singular e não tendo sua gênese na “paternidade portuguesa”, os poetas cordelistas devem ser tratados e citados lado a lado com os poetas clássicos e não como uma literatura folclórica-popular de menor expressão, pois o autor critica veementemente em sua obra, o fato da literatura de cordel não ser considerada dentro do cânone literário brasileiro. Quanto a essa obra de Aderado Luciano, o pesquisador cordelista Geraldo Magella Neto<sup>10</sup> resenhando-a, sistematizou os argumentos de Luciano na seguinte afirmação:

O objetivo, segundo Aderaldo Luciano, é o de “conduzir os estudos sobre o cordel norteando-os por sua filiação ao todo poético brasileiro”. Desse modo, o autor almeja que os poetas de cordel sejam “citados lado a lado com os poetas clássicos de nossa literatura”, fazendo uma crítica direta aos “manuais de literatura brasileira” por ignorarem os poetas de cordel, como Leandro Gomes de Barros. O livro não deixa de ser um manifesto em favor dos poetas de cordel, e de protesto às instituições responsáveis em estabelecer o cânone literário brasileiro. (NETO, 2013, p. 221).

Vale ressaltar também que a literatura de cordel tinha como objetivo a difusão de notícias do cotidiano que viesse a informar os mais pobres por meio da oralidade, que se

<sup>9</sup> O pesquisador sugere essa proposta numa entrevista em 2020 sobre a temática “*As origens e as perspectivas da literatura de cordel*” disponível no site: <http://www.revistaconexaoliteratura.com.br/2020/09/as-origens-e-perspectivas-da-literatura.html>: Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>10</sup> Resenha do livro “*LUCIANO, Aderaldo. Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Edições Adaga; Luzeiro, 2012, 96 p.*” por Geraldo Magella em 2013 disponível no site: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/2020/09/artigo.html>: Acesso em: 28 mar. 2022.

reuniam em torno de alguém alfabetizado, que lia o folheto cordelista diante de todos. Entende-se, então, que:

Essa literatura, quanto ao tema, assemelhava-se aos folhetos brasileiros denominados folhetos de acontecido. Esse cordel narra circunstâncias, fatos reais. No Nordeste, esses folhetos de circunstâncias, em uma época que não existia televisão, que era raro uma casa que tivesse rádio e a maioria da população não era alfabetizada, portanto sem acesso a jornal, configurava-se como o principal meio de informação do povo. (NEVES, 2018, p. 25).

Todavia, muito mais que informar acerca dos eventos do cotidiano, os cordéis serviam como forma de entretenimento e lazer que levavam ao agrupamento de pessoas sertanejas em torno de histórias gracejas, romances dramáticos e pelejas entre cantores de cordéis. Portanto, após a leitura dos versos de cordéis, era comum as pessoas interagirem em reflexões acerca das histórias narradas, principalmente os romances dramáticos, fazendo assim, apologias aos personagens, destacando sempre aspectos morais como coragem e heroísmo.

Quanto ao tipo de cordel ficcional cheios de histórias gracejas e românticas, Neves (2018, p. 24) entende que “esses folhetos eram conhecidos pelo povo como ‘folheto de romance’, pois traziam histórias ‘inventadas’, lendas e contos pelo próprio cordelista”. Discutindo-se sobre esses aspectos da literatura de cordel e o seu papel em torno das camadas populares sertanejas, observa-se que:

Lidos à luz dos fífós fumacentos nos alpendres das fazendas, nas bodegas ou nas casas onde alguém está frequentando a escola rural, mais próxima, após um longo dia de trabalho, os folhetos desde que surgiram na região constituíam também o lazer dos que viviam divorciados do progresso e da tecnologia. (MAIOR, 1981 *apud* CAMÊLO, 2000, p. 20).

É importante ressaltarmos que o termo literatura de cordel como definimos atualmente, principalmente para se referir a esse gênero literário específico, não era conhecido em sua gênese nordestina. Ora, o termo literatura de cordel só passou a ser usado na segunda metade do século XX quando pesquisadores desse tipo de gênero literário passaram a usar esse termo ao cordel brasileiro devido a sua ampla similiaridade, quanto a forma, conteúdo e suporte na comercialização, com os cordéis produzidos na Europa, já que nessa região, o termo literatura de cordel já era conhecido. Argumentando-se sobre o termo “folheto de feira” como era conhecida a literatura de cordel na primeira metade do século XX, bem como, o início da sua produção, comercialização e a especificidade do leitor desse gênero literário, afirma-se que:

Como se sabe, a literatura que antes da segunda metade do século XX ficou conhecida como folheto de feira – criada, escrita, impressa, comercializada e lida pelos brasileiros (em especial pelos nordestinos) – teve seu início de produção no país a partir do final do século XIX, tendo sua sistematização ainda no início do século

seguinte, consolidando-se e atingindo o auge, que foi da década de 1930 à de 1950. (SILVA, 2019, p. 40).

Por conseguinte, a literatura de cordel em sua gênese no nordeste brasileiro era apenas conhecida pela população sertaneja através dos termos “folhetos de feira”, ou simplesmente, “versos ou romances”. Assim, o termo “cordel”, outrora, provinha muito mais do suporte na comercialização dos folhetos que da classificação literária, já que os próprios folhetos quando comercializados eram pendurados em “cordão” ou “cordel”.

[...] no Nordeste, especialmente entre a gente do povo, talvez até a década de 50, sempre se chamou o cordel de folheto de feira ou simplesmente folheto. Acerca do termo literatura de cordel, nomenclatura hoje como é amplamente conhecida a poesia popular impressa, esclarece que é “oriunda de Portugal [...] e justifica-se pelo fato de os folhetos serem expostos a venda, em público, montados num cordão ou cordel. (MELO, 1982 *apud* NEVES, 2018, p. 22).

Com o aumento da alfabetização das camadas populares a partir do século XIX, ainda que embrionário, houve a necessidade de maior produção de folhetos de cordéis. Estes primeiros cordéis impressos, portanto, notava-se que os seus títulos estavam relacionados com personagens da realidade européia até porque a origem da literatura de cordel no Brasil provinha do medievo português. Refletindo-se sobre a produção dos cordéis no final do século XIX e os fatores que propiciaram, elenca-se que:

[...] as interções culturais com relação aos primeiros folhetos (ou à futura literatura de cordel brasileira), surgiram por volta do último quartel do século XIX, quando parte do universo poético das cantorias começa a ganhar forma impressa, guardando entretanto fortes marcas da oralidade. (SILVA, 2019, p. 24).

No entanto, com a chegada ao sertão nordestino brasileiro, o cordel amalgama-se com a realidade local, passando a narrar características dos senhores dos engenhos, do cotidiano das camadas populares e dos sujeitos escravizados, destacando a miséria social e a estratificação social com suas implicações hierárquicas. Discutido-se sobre a natureza do cordel no sertão nordestino, mais precisamente com o aumento da produção e difusão dos folhetos, tece-se que:

É curioso observarmos que muitas das personagens, que aparecem nas narrativas em verso dos poetas nordestinos, mantêm os mesmos títulos das personagens da realidade européia, mas suas características são as dos senhores de engenho dos sertões, dos empregados e trabalhadores rurais, retratando, assim a realidade nordestina, a divisão social, a miséria, a exploração. (CAMÊLO, 2000, p. 21).

Outro aspecto notável que podemos observar na literatura de cordel, é que o poeta, seja de forma consciente ou não, colocava-se em oposição aos poderosos através da elaboração dos dramas nos cordéis, que retratavam personagens pobres que com sua bravura casavam-se com

as filhas dos grandes fazendeiros, mostrando que de certa forma, havia uma insatisfação dos cordelistas com aquela realidade social marcada pela exploração e desigualdade social. Quanto a isso, Camêlo (2000, p. 21-22), nos diz que “os cordelistas mesmo não expressando deliberadamente oposição ao dominador, contudo, demonstravam resistência social ao criar história dramáticas de casamentos entre jovens pobres que pela bravura casavam-se com as filhas dos fazendeiros”.

À vista disso, percebemos que as décadas de 1920 à 1950 foram fecundas para a produção e difusão da literatura de cordel em decorrência do surgimento das casas de produção como a folheteria paraense Guarajina e a paulista Luzeiro Editora. Como nos diz Silva (2019, p. 24), “se no último quartel do século XIX, já existia a poesia impressa em folhetos rudimentares, somente a partir do início do século XX surgiram as primeiras tipografias especializadas no assunto – as folheterias nordestinas”.

Portanto, foi nesse universo que os “patriarcas” da primeira geração de cordéis, como Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Baptista e João Martins Athayde se aventuraram na produção dos chamados cordéis clássicos que posteriormente seriam revendidos e reimpressos por tipografias ao longo do período republicano. Sendo assim, esse aumento pela produção e propagação do cordel pode ser explicado pelo uso das tipografias que proporcionará maior difusão dos folhetos de cordéis e pela circulação de poetas e leitores nordestinos que muitas vezes saíam das suas regiões sertanejas, em decorrência da seca, para buscar trabalho nas regiões urbanas do Sudeste e Centro-Oeste. Argumentando-se sobre o processo de migração dos nordestinos para o Sudeste e os seus respectivos fatores, elenca-se que:

Em meados do século XX, uma parte considerável da população nordestina migrou para as principais capitais do Sudeste do país em busca de uma melhor qualidade de vida, uma vez que a região Nordeste apresentava índices inferiores de educação, saúde e oportunidades de trabalhos, além de questões climatológicas como a seca. (MONTENEGRO; FERREIRA, 2020, p. 2).

Acerca dessa migração da literatura de cordel para zonas mais urbanizadas, a partir das décadas de 1920 e 1930, como resultado direto da própria migração sertaneja para essas regiões e como isso afetou a produção de cordéis, a pesquisadora Camêlo (2000, p. 20) ressalta que “muitos levavam seus folhetos de cordéis e devido a paixão por essa literatura e pela sua terra natal, propagavam-na nos locais que agora iriam residir, angariando assim, muitos outros que acabariam se interessando pela literatura de cordel”.

À vista disso, nota-se que ao chegar em outras regiões brasileiras, os migrantes nordestinos entraram em tensões quanto a identidade sociocultural, pois se depararam com

diferenças quanto a cultura e os usos e costumes locais, seja na alimentação, no letramento ou nas artes. Desse modo, diante dessa tensão, os migrantes nordestinos são desafiados a preservarem suas tradições e identidades socioculturais, trazendo consigo seus próprios instrumentos artísticos e culturais.

Percebe-se, então, que não fora diferente em se tratando dos poetas nordestinos de cordéis, que ao se depararem com as diferenças de identidade em seu novo habitat, se utilizaram da literatura de cordel com suas histórias nativas e mitos, tipicamente nordestinos, a fim de preservar a tradição sociocultural do Nordeste.

Além dos conflitos identitários entre os povos, os migrantes ainda tinham o desafio de preservar a tradição nordestina que é carregada de personalidade. Para isso utilizavam instrumentos artísticos e culturais trazidos da região, como a literatura de cordel, que são folhetos com histórias de vivências e mitos locais traduzidos em versos e vendidos a preços baixos nas feiras. Para o poeta de cordel, desenvolver a obra é uma das formas de sustentar as tradições e expressar suas experiências e sentimentos. No caso do leitor, o folheto torna-se uma ferramenta de compreensão das tradições de populações distintas, contribuindo no processo de alteridade (MONTENEGRO; FERREIRA, 2020, p. 2).

Dos “patriarcas” da literatura de cordel, Leandro Gomes de Barros pode ser descrito como o pioneiro na produção de cordéis por meio da arte tipográfica especializada nesse gênero literário. Assim, Leandro Barros em 1907, fundou e instalou em Recife a Typografia Perseverança constituindo um marco histórico na produção de cordel. Vale ressaltar que Recife já era conhecida como a capital do Nordeste com grande referência nos serviços tipográficos, daí o porquê os poetas de cordéis da primeira geração se utilizaram dessas tipografias com o intuito de aperfeiçoar e tornar mais atrativo o suporte dos seus poemas a fim de aumentar a sua produção e comercialização para o seu próprio sustento. Analisando sobre a produção de cordéis, agora, por meio do uso das máquinas tipográficas como meio do sustento econômico do poeta cordelista e sua família, afirmar-se que:

A Typografia Perseverança funcionou provavelmente entre 1907 e 1913, mas acabou se desfazendo tanto por conta das tarefas desempenhadas pelo poeta, que, além de escrever poesias, tinha que viajar, para visitar seus agentes, fechar negócios, fazer a venda direta nas feiras, como também pelo fato de que os filhos pequenos não demonstravam aptidão para o ofício de tipógrafo, justificando-se o porquê da falência da pequena indústria familiar. (VIANNA, 2014 *apud* SILVA, 2019, p. 27).

Percebe-se, como elenca Vianna (2014), que o poeta cordelista além de se tornar um empreendedor ao fundar uma tipografia para produzir seus cordéis em larga escala, além de compô-los, ainda necessitava comercializá-los através de viagens intensas e procurar locais com maior circulação popular, como no caso das próprias feiras, já que a literatura de cordel,

conforme pontuamos, caracterizava-se por ser uma cultura tipicamente popular em seu consumo final. Acerca disso, discutindo-se sobre o brilhantismo dos poetas cordelistas de se apropriarem das máquinas tipográficas, que já eram sucesso na produção de periódicos, livros e jornais, com o intuito de difundirem a cultura cordelista, tornando-a mais atrativa e conseqüentemente, ampliando a demanda dos folhetos aos consumidores dessa cultura popular que acabava sustentando economicamente os próprios cordelistas, elencamos que:

É analisando a história dos grandes nomes dos poetas e editores de folhetos nordestinos que vemos o sucesso deles perante seu público, que culminaram também em sucesso financeiro. Nesse sentido, o que me vem à mente é a exposição da inteligência desses sujeitos, tanto para a criação poética quanto para a criação de condições economicamente viáveis. Quer dizer, eles podem e devem ser considerados como sujeitos com percepções de mundo que vão além das generalizações. (SILVA, 2019, p. 28).

Argumentando, também, sobre o aperfeiçoamento dos poetas cordelistas, que além de se utilizarem das máquinas tipográficas para uma produção em maior escala, também se aperfeiçoaram em informação e conhecimento literário, como a métrica e a rima, tecemos que:

Entendemos aqui que, apesar dos poetas estarem inseridos no mesmo grupo “povo”, ou seja, seu público, eles têm consciência, não apenas de que o sucesso de venda depende das abordagens que são colocadas em seus escritos, mas, eles também se sentem obrigados a aperfeiçoarem cada vez mais a sua poesia, aumentarem seus conhecimentos e manterem-se sempre informados. (CAMÊLO, 2000, p. 35).

Portanto, de certa forma, isso levará a um amalgamento entre a cultura tipicamente popular do cordel, já presente no imaginário social nordestino, por meio dos seus trovadores desde séculos anteriores, e a cultura elitista da literatura clássica, que desde o século XIX, já se utilizavam das tipografias industriais. Contudo, agora, com a ampliação das tipografias no início do século XX e sua apropriação pela cultura popular dos cordéis, fará com que a própria literatura cordelista também seja modernizada com o uso das máquinas tipográficas, emergindo assim, um novo gênero literário para a literatura brasileira.

Desse encontro saiu a poesia impressa em folhetos populares. No entanto, eu definiria tal acontecimento como um exemplo de questionamento à posição daqueles que insistem em acreditar na ingenuidade do poeta que se diz popular, uma vez que foi a ação humana que estabeleceu a interação entre as duas culturas (a poética e a industrial tipográfica), constituindo uma nova cultura a partir daquilo que já existia na oralidade entre os cantadores nordestinos [...]; Isto é, os poetas ditos populares se apropriaram de uma cultura elitista – as tipografias industriais de Recife – para constituir (na contramão da cultura literária) um novo gênero para a literatura brasileira a partir de uma poesia oral já existente. (SILVA, 2019, p. 26).

Além de Leandro Barros, que fora o pioneiro no empreendimento da produção de folhetos de cordéis através do uso de tipografias modernas, o paraibano João Martins Athayde

também se destacou como um grande empreendedor na produção de folhetos, além de ser um notável poeta cordelista. Martins Athayde, após a morte de Leandro Barros, comprou os direitos de produção dos seus poemas que passaram a ser reimpressos e comercializados até no ano 1949 na cidade de Recife por Athayde, quando este revendeu os direitos de impressão a José Bernado da Silva, dono da Tipografia São Francisco, que ficou no empreendimento até a década de 1980. Discutindo-se sobre a origem da Tipografia São Francisco, elenca-se que:

Juazeiro do Norte, destacando como referência nacional na produção de folhetos. Assim, ela foi batizada em 1932 como Tipografia Silva e em 1939 foi rebatizada de Tipografia São Francisco, no qual, comercializava não apenas folhetos de cordéis, também negociava livros de orações para atender os romeiros, cadernos, papéis e matérias escolares (MELO, 2010 *apud* SILVA, 2019, p. 30).

Acerca da importância do poeta cordelista Martins Athayde, no empreendimento de tipografias para a produção em maior escala da literatura de cordel, afirma-se que:

Antes dessa expansão para fora dos limites do que viria ser o atual Nordeste, surgiu o grande nome da editoração de folhetos da história do cordel brasileiro, João Martins de Athayde. O poeta Athayde se tornou um hábil empresário do ramo quando estabeleceu em 1908 sua folhetaria em Recife, no bairro de São José, e administrava sua editora com a mesma astúcia com que escrevia folhetos. (MELO, 2010 *apud* SILVA, 2019, p. 29).

Notamos, portanto, que a visão empresarial de Martins Athayde, de fato, era bastante notável, pois além de trovador cordelista, passou a comprar direitos de publicação de várias obras cordelistas, assim como, o seu antecessor e influenciador, Leandro Barros, tornando-se, assim, editor-proprietário de inúmeras histórias de cordéis.

Vale ressaltar que junto com a Tipografia Perseverança do poeta Leandro Gomes, a Tipografia Livraria Popular Editora, instalada em 1912 na capital da Paraíba (*Parahyba* do Norte – atual João Pessoa) pelo poeta Francisco das Chagas Baptista, também se destacou na produção e comercialização de folhetos de cordéis, consolidando o cordel brasileiro nas primeiras décadas do século XX, o que fez com que essa literatura se tornasse cada vez mais apreciada entre as camadas mais populares. Discutido sobre o surgimento dos primeiros cordéis impressos pelas tipografias nas primeiras décadas do século XX, que criaram e consolidaram o cordel brasileiro, postula-se que:

[...] Francisco das Chagas Baptista, apontado pelos pesquisadores como um dos responsáveis pela criação e consolidação do cordel brasileiro, transitou muito bem entre a criação e a editoração de folhetos, instalando, por volta de 1912, na capital da Paraíba (*Parahyba* do Norte – a atual João Pessoa) a Tipografia Livraria Popular Editora, que se tornaria, juntamente com a Tipografia Perseverança dirigida por Leandro Gomes de Barros, uma das primeiras a especializar-se na edição de folhetos e atuou como precursora deste empreendimento como atividade comercial. (MELO, 2010 *apud* SILVA, 2019, p. 29).

Conseqüentemente, notamos que com a ampliação e consolidação do cordel brasileiro, em decorrência do surgimento das primeiras tipografias cordelistas, instauradas nos estados nordestinos de Pernambuco e Paraíba, o campo tipográfico cordelista amplia-se além fronteiras nordestinas, chegando em 1914 até a região norte com a Editora Guarajina, mais precisamente em Belém do Pará. Contudo, o cordel não perde suas raízes nordestinas, já que a Guarajina foi fundada pelo pernambucano Francisco Rodrigues Lopes. A Editora Guarajina funcionou até 1949, entrando em crise econômica após a morte de seu fundador. Refletindo sobre a origem, o tempo de duração e a forma como a Guarajina produzia suas literaturas, dentre elas, os folhetos de cordéis, tece-se pontos interessantes como:

A editora Guajarina, de Belém do Pará, fundada pelo pernambucano Francisco Lopes, também utilizou talentosos desenhistas como o maranhense Ângelo Abreu do Nascimento, conhecido como Mestre Angelus. A Guajarina, empreendimento que durou mais de trinta anos, entre as décadas de 1910 e 1940, além de folhetos de cordel, publicava livros populares e canções com um tratamento gráfico diferenciado para os padrões da época. (HAURÉLIO, 2013, p. 52).

Logo, conforme já elencamos, podemos verificar que o ambiente era propício para a instauração da Editora Guarajina em Belém do Pará, mostrando que o cordel brasileiro estava consolidado como literatura popular, por causa da circulação migratória dos próprios autores cordelistas e o uso da tipografia por eles. Quanto a isso, o pesquisador Geraldo Magella Neto, especialista nos estudos daquela editora, em sua tese de dissertação, elenca-se pontos notáveis como:

O fato de Francisco Lopes ter investido na atividade de produção de folhetos de cordel pode estar relacionado à sua experiência quanto a operário gráfico. O que deve ter contribuído para o seu conhecimento acerca do processo de produção dos impressos. O contexto também era propício para a edição regular de folhetos, que se deu também por razões de ordem econômica e técnica na virada do século XIX para o XX. O rápido processo de modernização da impressão de jornais “possibilitou o sucateamento das velhas máquinas tipográficas, quando puderam ser adquiridas por pequenos empreendedores. Desse modo, em 1914, Francisco Lopes teve condições de adquirir uma máquina tipográfica e abrir o seu próprio negócio, iniciando assim as atividades da Editora Guajarina. (NETO, 2012, p. 52).

Outra tipografia cordelista de destaque foi a Folhetaria São Joaquim de propriedade de Joaquim Batista de Sena, fundada em 1939 na cidade de Guarabira. Transferiu-se para Fortaleza, no Ceará, em 1955, sendo rebatizada de Folhetaria Graças Fátima. Discutindo sobre isso, Silva (2019, p. 30) nos diz que “o sucesso dessa tipografia foi notável que ela permaneceu até 1973 quando Joaquim Batista de Sena negociou os direitos de suas obras ao importante Manoel Caboclo e Silva”.



Podemos perceber que o maior polo de tipografias de cordéis se concentrava no Ceará e Paraíba, mais precisamente nas cidades Guarabira, na Paraíba e Juzeiro do Norte, no Ceará. Em Guarabira destacava-se a Tipografia e Folhetaria Santos de propriedade do renomado editor e cordelista, Manoel Camilo dos Santos, fundada em 1942. Em 1953, porém, ela foi transferida para Campina Grande, na Paraíba, sendo denominada de Estrela da Poesia.

[...] a popularidade do cordelista Manoel Camilo dos Santos e da sua editora foi tão notável, que o levou a tentar a candidatura a deputado estadual tendo como suporte o investimento vindo da sua própria sua própria editora. Contudo, isso afetou a comercialização dos seus folhetos levando a venda de sua tipografia em 1965. (CIPRIANO, 2013 *apud* SILVA, 2019, p. 30).

Contudo, as tipografias e editoras de produção de folhetos cordelistas, como já exemplificamos, ao falarmos da Editora Guarajina, que se estabeleceu na cidade de Belém do Pará, a produção e comercialização de folhetos não se limitaram a região nordestina, pois como já elencamos, a produção de cordéis também se estenderam para além das fronteiras do nordeste devido a circulação migratória dos poetas cordelistas e seus respectivos leitores em busca de oportunidade de trabalho na região sudeste.

Assim, vemos isso, com o surgimento da Editora Prelúdio, fundada em São Paulo em 1952, que será uma concorrente direta da Tipografia São Francisco na produção e comercialização de cordéis, abastecendo, também a região nordeste com folhetos. Refletindo sobre a importância da Editora Prelúdio na produção e comercialização de folhetos cordelistas, elenca-se que:

Editora Prelúdio, que mais tarde iria concorrer diretamente com a Tipografia São Francisco abastecendo o Norte e o Nordeste com folhetos, tendo o apoio de alguns poetas, surgiu em São Paulo sob a influência das tradições e características de editoração do cordel português. (HAURÉLIO, 2010 *apud* SILVA, 2019, p. 31).

Conforme já elencamos, o uso da tipografia na produção de cordéis buscou ampliar a produção e comercialização dos seus folhetos, o que fará com que a literatura de cordel, se torne cada vez mais, uma cultura popular massificada, principalmente, entre os sertanejos nordestinos. Dessa forma, como também já pontuamos, com o uso da máquina tipográfica, se abriu espaço para a eclosão de muitas tipografias especializadas na comercialização de cordéis, o que de certa forma, trouxe uma competitividade pelo mercado de folhetos.

Por isso, dentro desse mundo de competição pelo mercado de cordel, as casas de produção de folhetos buscaram intensificar as imagens e ilustrações nos folhetos com o intuito de torná-los mais atrativos aos consumidores dessa cultura poética, valendo-se de clichês, desenhos e xilogravuras. Contudo, como nos pontua Haurélio (2013, p. 52), “a xilogravura só

será utilizada a partir da década de 1950 em Juazeiro do Norte”. Acerca da definição de xilogravura, Camêlo (2000, p. 28-29) afirma que “se tratava duma ‘técnica de talhar imagem em madeira, feita por um gravador’ [...]”.

Contudo, notamos que entre as décadas 1920 a 1940, os folhetos de cordéis eram ilustrados por meio de “capas vinhetadas” e clichês em forma de desenhos, não existindo ainda a técnica do uso da xilogravura nos cordéis. Refletindo, então, sobre as primeiras formas ilustrativas dos cordéis impressos em máquinas tipográficas antes da década de 1950, afirmar-se que:

Os folhetos de Leandro Gomes eram vestidos por “capas cegas” ou se utilizavam de vinhetas e adornos. Por outro lado, com a entrada de Martins Athayde no empreendimento de produção e comercialização de folhetos, desenhos ilustrativos em forma de clichês passaram a ser usados com frequência, caindo definitivamente no “gosto popular”. (HAURÉLIO, 2013, p. 52).

Entretanto, como afirmamos, a partir da década de 1950, com a maior modernização das máquinas tipográficas, a xilogravura passou a ser utilizada com frequência, substituindo assim, os antigos e já depreciados clichês do espólio de Martins Athayde. Sobre o uso da xilogravura como imposição cultural na literatura de cordel, entende-se que:

[...] esse feito se dará com o alagoano José Bernardo da Silva e do seu neto Stenio Diniz, proprietários da Tipografia São Francisco, que fizeram a xilogravura tornar-se uma opção mais viável na busca de tornar os folhetos de cordéis mais atrativos e vendáveis. Assim, eles utilizaram xilogravuras em cordéis clássicos como Proezas de João Grilo, Pedrinho e Julinha, A chegada de Lampião no Inferno e História da Donzela Teodora. (HAURÉLIO, 2013, p. 52).

Argumentando, também, sobre o uso das xilogravuras como uma das formas de tornar os cordéis mais atrativos ao público, elenca-se que:

Eis aí mais uma evidência de que o poeta procura atender a seu público. Aqueles que defendem a qualidade da Literatura de Cordel, entre eles, Manuel Camilo e Gonçalo Ferreira, dizem que a xilogravura é uma marca que identifica essa manifestação. Mas nem por isso Gonçalo Ferreira deixa de oferecer a seu público folhetos com todos os tipos de capas, para atender o gosto do freguês. (CAMÊLO, 2000, p. 29).

Com a modernização das máquinas tipográficas devido as inovações tecnológicas, vale ressaltarmos também, que além do uso da xilogravura na produção de cordéis a partir dos anos 1950, folhetos em capas coloridas policromadas surgem com a Editora Luzeiro de São Paulo no ano de 1952. Todavia, é só a partir da década de 1970, período esse conhecido com o auge do cordel brasileiro, que as capas coloridas policromadas ganham popularidade na produção de cordéis com a Editora Prelúdio de São Paulo, tornando-os mais atrativos ao gosto popular.

Discutindo sobre uso de capas coloridas na produção de cordéis e sua apreciação ao público cordelista tradicional, postula-se que:

Importante para entender o confronto velado entre uma concepção equivocada de tradição e as inovações tecnológicas possibilitadas pela evolução gráfica é o emprego da capa policromada nos folhetos e livretos de cordel. Utilizada, a partir de 1952, pela editora Prelúdio de São Paulo, a capa colorida foi sempre combatida pelos patrulheiros da autenticidade. Em 1973, Arlindo Pinto de Souza, proprietário da Prelúdio, decreta falência, e a editora ressurgiu com o nome Luzeiro, ampliando o catálogo de cordel, mantendo as capas coloridas que, afinal, tornaram-se as favoritas do “leitor tradicional”. (HAURÉLIO, 2013, p. 53).

À vista disso, podemos notar dois pontos que fez com que a literatura de cordel se consolidasse cada vez mais como literatura popular sertaneja ao longo do século XX. Primeiro, destacamos que com a virada do século XIX para o século XX, mais precisamente, a partir da década de 1920, a produção de folhetos de cordéis se intensificou devido a migração dos poetas cordelistas e o seu público que passaram a residir em outras regiões do Brasil, dentre elas, o sudeste e centro-oeste, seja em busca de trabalho ou fugindo da seca, “espalhando” a literatura de cordel além das fronteiras nordestinas.

Segundo, destacamos a apropriação de máquinas tipográficas pelos primeiros empreendedores cordelistas que criaram as primeiras tipografias especializadas na produção de folhetos de cordéis, que farão aumentar a demanda da produção e comercialização dos folhetos e sua competitividade ao longo da segunda metade do século XX, tornando-os mais atrativos e, conseqüentemente, mais vendável, caindo assim, definitivamente, no gosto popular, principalmente do sertanejo nordestino, seja em sua própria terra natal ou fora dela, fazendo com que as décadas de 1960 e 1970 se tornem o auge da produção da literatura de cordel.

### **3.2 Cordel: classificações temáticas e estrutura literária**

Acerca da classificação da literatura de cordel, adotamos em nossa pesquisa, a classificação elaborada pela Casa Rui Barbosa<sup>11</sup> que desenvolveu sua classificação por temas, baseando-se no pesquisador Cavalcanti Proença, conforme nos afirma o pesquisador Júnior (JÚNIOR, 1986 *apud* CAMÊLO, 2000, p. 40). Assim, segundo esses autores, os cordéis podem ser classificados pelos temas “heroísmo” (humano, animal, sobrenatural e metamorfoseado), “natureza”, “religiões”, “ética” (sátira e humorismo), “pelejas”, “ciclos” (Carlos Magno, Antonio Silvino, Padre Cicero, Getúlio Vargas, Lampião, Valentes, Anti-heróis e boi e cavalo) e Miscelânea (lírica, guerras, crônicas).

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

Portanto, exemplificaremos alguns cordéis que se classificam dentro dessa abordagem de classificação temática, identificando alguns elementos presentes no imaginário social cordelista. Com exemplo de cordéis de “heroísmo”, destacamos “*Herói da Meia-Noite*”<sup>12</sup> de Manuel D’Almeida Filho que narra a estória do herói Gabriel que salvou um reino ao lutar contra “caboclos” que vinham a meia-noite roubar alimentos das pessoas e desencantar uma princesa amaldiçoada por uma fada. Notemos alguns trechos desse cordel que nos mostra esse heroísmo humano:

*Matando todos os caboclos  
Foi muito recompensado  
Pelo monarca e o povo  
E foi cognominado  
O Herói da meia-noite  
Por todo mundo aclamado  
(...)  
Assim que o punhal entra  
Logo o encanto destrói  
Desencanta-se a princesa  
E abraça o grande herói  
Dá-lhe um beijo e depois diz:  
Pancada de amor não dói*

O cordel “*Os horrores do Inverno de 60, o clamor do povo do nordeste*”<sup>13</sup> do poeta Francisco das Chagas Batista é um bom exemplo de cordel que entrelaça os temas “natureza”, “religião” e “ética” (moralismo). Nesse cordel percebemos o poeta narrando o período chuvoso do ano de 1960, citando algumas cidades dos estados nordestinos como Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco que sofreram catástrofes em decorrência das intensas chuvas, levando o poeta atrelar o fenômeno a falta de religiosidade e ética do povo. Observemos, portanto, alguns trechos dessa poesia que destacam tais temas:

*Vinde Jesus do império  
Socorrer a humanidade  
Que está sofrendo na terra  
Tamanha temeridade  
Fenômenos da natureza  
Que faz causar a piedade  
Hoje o povo só abraça  
Ódio, crime e maldade  
Futebol, banho de praia  
Grandiosa iniquidade  
Carnaval, escândalo e moda  
Tudo contra a divindade  
(...)  
Hoje fala em praça pública  
Da sempre Virgem Maria  
Com lábias contra Deus  
Contra santa Eucaristia*

<sup>12</sup> Disponível em: <http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

*Agora chegou o tempo  
De cumprir-se a profecia  
(...)  
Deixou grande prejuízo  
Em Juazeiro da Baía  
Carregou fazenda inteira  
Com curral de vacaria  
Tem quatrocentas pessoas  
Pedindo o pão todo dia  
(...)  
De Amazona a Belém  
Do Piauí ao Pará  
São Luís do Maranhão  
Teresina e Paraná  
Pernambuco e João Pessoa  
Quase acaba o Ceará*

Destacamos, também, cordéis que trazem a temática “pelejas”, muito presente na literatura de cordel e bastante apreciada pelo público cordelista, porquanto eram cantadas e declamadas por muitos trovadores em forma de “repente de viola” em muitas rodas sertanejas sob o gosto popular sertanejo. Sobre os cordéis com a temática “peleja” e o seu apreço pelos seus leitores e ouvintes, afirma-se que:

Assim, essa construção que privilegia a versificação rimada, muitas vezes construída sob a forma de diálogos – como no caso dos desafios ou pelejas –, mecanismo facilitador da memorização, atingiu uma parcela significativa da população. A narrativa, mesmo quando apresentada nos folhetos escritos conservava o estilo da linguagem oral e, talvez por isso mesmo caiu no gosto dos brasileiros que faziam rodas para escutarem as histórias. (BARROSO, 2013, p. 169-170).

Portanto, dentro duma variedade de folhetos de pelejas, citamos o cordel “*Peleja de Zé Andorinha com João Cabeludo*”<sup>14</sup> do poeta Minelvino Francisco Silva como exemplo de peleja cordelista. Assim, vejamos alguns trechos desse cordel:

*Zé Andorinha sabendo  
A fama desse durão  
Que morava em São Luís  
Estado do Maranhão  
Disse ele: eu vou pegar  
Esse malvadão  
(...)  
Vou dar-lhe uma boa surra  
Para resfriar o seu calor  
Rebento a viola dele  
Para acabar o seu furor  
Ele tem que conhecer  
Eu como superior  
(...)  
José da Silva Andorinha  
Pegou um avião  
Direto pra São Luís*

<sup>14</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

*Estado do Maranhão  
Atrás de João Cabeludo  
Para propor a discussão*

Como exemplo de cordéis da temática “ciclos”, propomos alguns que trazem duas figuras míticas, muito presente no imaginário cordelista – são eles, Getúlio Vargas e Lampião. Para Getúlio Vargas, citamos o cordel “*ABC de Getúlio Vargas*”<sup>15</sup> do poeta Rodolfo Coelho Cavalcante, provavelmente escrito um pouco antes das eleições presidenciais de 1950 e o cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas (1954)*”<sup>16</sup> de Manuel D’Almeida Filho.

Assim, no cordel de Rodolfo Cavalcante, notamos que Getúlio Vargas é visto como “o presidente do povo”, por isso, o cordelista clama pelo retorno dele à presidência da República, levando-o a clamar pela candidatura de Vargas, com a certeza que sua eleição já está garantida, afirmando que aqueles que são contra sua candidatura pertencem a classe “burguesa”. Observemos, então, alguns trechos que destacam tais posições:

*De que serve uma eleição  
Sem Getúlio meu leitor?  
Um Presidente do povo  
Realmente de valor  
O povo diz com orgulho  
Só queremos Getúlio  
O nosso governador  
(...)  
Este negócio de acordo  
Com tanta democracia  
Não é a vontade do povo  
Porém sim da burguesia  
Que querem fazer embrulho  
Para difamar Getúlio  
E a sua simpatia*

Seguindo esse mesmo fluxo de argumentação que coloca a imagem de Getúlio nos poemas de cordel como “o presidente do povo” ou “o presidente dos trabalhadores”, notamos que no poema de Manuel D’Almeida Filho, o suicídio de Vargas é visto no imaginário cordelista como sendo a “remissão” dos trabalhadores. Portanto, nesse poema, o poeta compara o suicídio de Getúlio Vargas com os martírios de Tiradentes e Jesus Cristo, fazendo de Vargas, um verdadeiro mártir para libertar os trabalhadores da opressão dos burgueses. Consideremos alguns trechos desse cordel que expõe esse imaginário cordelista:

*Tiradentes foi um mártir  
No Brasil foi o primeiro  
Morreu pela liberdade*

<sup>15</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruiarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruiarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

*Do seu solo brasileiro  
 Depois o nosso Brasil  
 Foi salvo do cativoiro  
 (...)  
 Getúlio foi o segundo  
 A passar as mesmas dores  
 Pra salvar os operários  
 Dos seus escravizadores  
 Porém já deixou libertos  
 Os homens trabalhadores  
 (...)  
 O sangue de Jesus Cristo  
 Remiu os pecadores  
 Getúlio Vargas também  
 Passou pelas mesmas dores  
 Remiu com o seu próprio sangue  
 Os pobres trabalhadores*

Para a figura “mítica” de Lampião, muito presente no imaginário cordelista, diante duma extensa literatura de cordel que narram as aventuras do maior líder do cangaço, destacamos dois folhetos de cordéis de José Pacheco<sup>17</sup>, “*A chegada de Lampião no inferno*” (1949) e “*A chegada de Lampião no céu*” (1973). No primeiro cordel, a imagem de Lampião é relatada como homem valente que não só aterrorizava os sertões, mas chegou a amedrontar o próprio inferno e a “Satanás”, a tal ponto que Lampião é expulso do inferno após a sua morte, desconhecendo-se para onde sua alma foi parar no “outro mundo”, pois nem o inferno e nem o céu o quis receber. Observemos, então, alguns trechos que nos mostra o imaginário de Lampião e o cangaço na literatura de cordel:

*E foi quem trouxe a notícia  
 Que viu Lampião chegar  
 O inferno nesse dia  
 Faltou pouco pra virar  
 Incendiou-se o mercado  
 Morreu tanto cão queimado  
 Que faz pena até contar  
 (...)  
 O vigia foi e disse  
 A Satanás no salão  
 Saiba vossa senhoria  
 Que aqui chegou Lampião  
 Dizendo que quer entrar  
 E eu vim lhe perguntar  
 Se dou o ingresso ou não  
 (...)  
 Não senho; Satanás disse  
 Vá dizer que vá embora  
 Só me chega gente ruim  
 Eu ando muito caipora  
 Eu já estou com vontade  
 De botar mais da metade  
 Dos que tenho aqui pra fora*

<sup>17</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

Portanto, acerca do imaginário cordelista sobre a figura de Lampião no inferno afirma-se que:

Ele é tido como homem valente que aterrorizava os sertões nordestinos com muita euforia e valentia, trazendo muitas mortes e fazendo o inferno estremecer, contudo, o movimento poderia ser combatido por aqueles que tem coragem de enfrentá-lo com valentia. (ALVES, 2017, p. 50)

Destarte, deduzimos a partir do cordel “*A chegada de Lampião no inferno*” (1949) que o líder do cangaço era visto como uma figura que causava “assombração”, medo e terror na população sertaneja até mesmo depois da sua morte. No segundo cordel, “*A chegada de Lampião no céu*” (1973), também vemos figura “mítica” de Lampião como homem valente que não só amedrontou os sertanejos e o inferno, contudo também causou pânico no reino celestial. Logo, analisando o cordel “*A chegada de Lampião no céu*”, comenta-se que:

Lampião discute bravamente com São Pedro, sem medir suas palavras e se importar com a proeminência de São Pedro, que sendo o porteiro celestial, responsável pela entrada no céu, não permite a entrada de cangaceiro por ser bandido e ter causado muito terror nas terras sertanejas. (ALVES, 2017, p. 65-66).

Notemos alguns versos desse folheto que nos mostra esse imaginário cordelista acerca de Lampião e o cangaço:

*É certo que fui bandido  
Perverso, estrompa e voraz  
Porém quem foi não é mais  
É mesmo que não ter sido  
Mesmo eu sou garantido  
Por um provérbio que tenho  
Escrito sobre um desenho  
Por pessoas elevadas  
O qual diz: “águas passadas  
Dão volta a meu engenho”  
(...)  
- Não quero articulação  
Você aqui nada tem!  
- É como você também;  
Lhe respondeu Lampião;  
É porque do seu patrão  
Você transmite o mandado  
Eu tenho visto empregado  
Sair de trabalho expulso  
Sem direção sem recurso  
Por qualquer trabalho errado*

Conforme já elencamos, a literatura de cordel é classificada como um gênero poético contendo estruturas literárias presentes em poesias clássicas como as estrofes, rimas, acrósticos e métricas que são construídas sobre formas literárias de sextilhas, setilhas, “dez pés” ou



“martelo agalopado” e entre tantas outras modalidades. Assim, discutiremos e exemplificaremos algumas dessas características literárias em sequência.

Em sua gênese, o cordel brasileiro era construído em forma de quadra como era em Portugal. Contudo, com o passar dos anos, os cordelistas adotaram o uso das sextilhas, sendo essa a base da poesia cordelista. Refletindo sobre isso, Barroso (2013, p. 39) postula que “o uso das sextilhas foram adotadas pela literatura de cordel por ser aquela que mais se aproximava da comunicação oral”.

Também discutindo sobre a forma literária do cordel, instigantemente, o pesquisador Curran nos diz que “quanto à forma, a maioria dos folhetos apresentam estrofes de seis versos ou linhas, sextilhas; de sete, septilhas; e décimas de dez versos. Quase sempre os versos são de sete sílabas cada um, para dá cadência à narrativas”. (CURRAN, 1987 *apud* CAMÊLO, 2000, p. 27). Vejamos, então, um exemplo de estrofes de sextilhas no cordel “*ABC da Dança*” (1946) de Rodolfo Cavalcante<sup>18</sup>:

*A dança não é vantagem (a)<sup>19</sup>  
Para uma moça donzela (b)  
Pois toda moça que dança (c)  
Por muito que seja bela (d)  
O seu corpo é conhecido (e)  
Não tem essa nem aquela (f)*

Nota-se, então, que nessa estrutura de sextilhas, os versos “*b d f*” rimam-se, enquanto os versos “*a c e*” não se encontram numa relação rimada, mostrando-nos que os versos rimados se alternam com os versos não rimados. Quanto ao uso da rima de forma alternada afirma-se que:

A composição em versos rimados, as repetições, refrões e o uso de motes também se constituem em fórmulas apropriadas pelos cordelistas tanto por se mostrarem capazes de imprimir um ritmo de cantilena quanto de propiciar o processo mnemônico. A narrativa em verso cria um padrão rítmico que facilita a recitação a memorização. (BARROSO, 2013, p.42)

Acerca do tipo de rima no cordel brasileiro, Neves (2018, p. 38) elenca que “a rima soante ou consoante é a mais utilizada por ser considerada perfeita devido a identidade fonêmica após a última vogal tônica”. Assim, notamos que na literatura de cordel pode-se encontrar “rima rica”, “pobre” ou “esdrúxula”. “As ‘rimas ricas’ são aquelas em que as combinações dos vocábulos rimados são de classes gramaticais diferentes, enquanto nas rimas pobres os

<sup>18</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

<sup>19</sup> Vale ressaltar que, nessa pesquisa, as letras foram colocadas nos versos para facilitar a identificação das rimas, não contendo assim nos manuscritos originais.

vocábulos rimados são das mesmas classes gramaticas”. (AZEVEDO, 1997 *apud* NEVES, 2018 p. 38).

Como exemplo de “rima rica” podemos citar as expressões “*altar (substantivo)/ cantar (verbo)*” e na rima pobre teríamos “*janela (substantivo)/ Rafaela (substantivo)*”. Todavia, como nos diz Barroso (2013, p. 42) “apesar dessa diferenciação entre rima rica e pobre, ambas são rimas perfeitas soantes e não empobrecem a poética no cordel”. Logo, no cordel que citamos, “*ABC da Dança*” de Rodolfo Cavalcante, onde encontramos a rima “*donzela/bela/aquela*” seria um bom exemplo de rima rica. Por outro lado, podemos encontrar cordel que são estruturados em forma de setilha. Um bom exemplo dessa forma literária seria o cordel “*ABC da Carestia*” (1947), também, do poeta Rodolfo Cavalcante. Notemos, então, a segunda estrofe desse cordel como exemplo:

*Bacalhau não tem tabela (a)*  
*Vende lá como quiser (b)*  
*De dezoito a vinte e cinco (c)*  
*Come ele quem puder (d)*  
*O pobre vive chorando (e)*  
*O rico sempre zombando (f)*  
*Isso mesmo é que ele quer (g)*

Observa-se nesse cordel em forma de setilha, os versos rimados são “*b d g*” e os versos “*e f*”, enquanto os versos “*a c*” não são rimados e percebemos que a rima se caracteriza por ser “rima pobre”, já que as palavras rimadas “*quiser/puder/quer*” e “*chorando/zombando*” são da mesma classe gramatical. Como exemplo de cordel em forma de “dez pés” ou “décima” temos “*O sofrimento do nosso Senhor Jesus Cristo*” do poeta José Pacheco. Notemos a primeira estrofe como exemplo dessa característica literária:

*Oh! Jesus meu Redentor (a)*  
*Dos altos céus infinitos (b)*  
*Abençoa os meus escritos (c)*  
*Por vosso divino amor (d)*  
*Leciona a um trovador (e)*  
*Com divina inspiração (f)*  
*Para que vossa paixão (g)*  
*Seja descrita em clamores (h)*  
*Desde o princípio das dores (i)*  
*Até a ressurreição (j)*

Percebe-se nesse cordel que todos versos são rimados, não existindo nenhum verso “solto”, sem que rime com outro. Logo, os versos “*a d e*” são rimados pelas expressões “*redentor/amor/trovador*”, os versos “*b c*” pelas palavras “*infinitos/escritos*”, os versos “*f g j*” pelos vocábulo “*inspiração/paixão/ressurreição*” e os versos “*h i*” com as expressões “*clamores/dores*”. Nesse cordel, também, podemos notar o tão famoso “martelo agalopado”

que não era tão comum entre os cordelistas, porquanto era muito mais usado nas cantorias de poetas repentistas e eram raros na literatura de cordel. Acerca das características e do uso do cordel em forma de “décima” e suas particularidades literárias entende-se que:

A décima ou dez pés, é uma composição muito rica em musicalidade, no entanto é pouca usual devido sua complexidade de composição, já que ocorre rima em todos os versos. Existem diversas alternâncias no esquema de rima dessa modalidade, no entanto a mais usual é a que era de maior uso de Leandro Gomes de Barros, que tem o mesmo esquema de rima do martelo. (NEVES, 2018, p. 37).

Quanto à forma literária “martelo agalopado” afirma-se que:

Agora, um exemplo de “**martelo agalopado**” era a estrofe de dez versos de dez sílabas poéticas onde os versos são marcados por acentuação tônica nas terceiras, sexta e décima sílabas. Lembramos que essa modalidade é mais comum nas cantorias de poetas repentistas e são poucos os cordelistas que exploram essa seara. (HAURÉLIO, 2013, p. 72)

Podemos também notar o uso do “acróstico” na literatura de cordel, muito comum entre os cordelistas da primeira e segunda geração, principalmente no tempo dos cordelistas Leandro de Barros e José Bernardo. No entanto, atualmente não é mais usado essa forma literária entre os cordelistas, devido os mesmos já conhecerem mais seus direitos autorais. Contudo, no passado, para se evitar fraudes e a comercialização indevida dos cordéis, sem que os seus autores originais fossem indenizados, alguns finalizavam os seus poemas usando o próprio nome. A isso, então, denominou-se “acróstico”. Sobre o recurso do acróstico no cordel entende-se que:

Um recurso quase sempre utilizado no final dos poemas e romances de cordel é o acróstico. A princípio, o acróstico era um recurso para proteger a autoria, dado o alto número de contrafações e apropriações indébitas. Leandro Gomes de Barros, que ainda em vida teve boa parte de sua obra pirateada, sempre assinava com o primeiro nome [...] (HAURÉLIO, 2013, p. 74)

Vejamos um exemplo de acróstico no cordel “*Os cabras de Lampião*”<sup>20</sup> do poeta Manoel D’Almeida Filho:

*Aos meus admiradores  
Levo uma história concreta  
Manipulada com fatos  
Em cada fonte correta  
Inserida no sertão  
Dos cabras de Lampião  
A narração mais completa*

<sup>20</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

À vista disso, diante de tudo que tecemos acerca das classificações temáticas da literatura cordelista e a dinâmica quanto as características literárias que transmitiam o imaginário do poeta de folhetos que amalgamava-se com o imaginário sociocultural dos seus próprios leitores e ouvintes, já que o próprio cordelista não estava a margem do estrato social dos seus interlocutores, refletimos que isso tudo fez com que o cordel brasileiro, além de se consolidar como literatura popular, se tornasse um gênero poético a ser apreciado e estudado dentre outros que já existem. Acerca do cordel como gênero poético que se consolidou na primeira metade do período republicano, comenta-se que:

É preciso, portanto, reconhecer que o cordel é um gênero poético e, como tal, pode, como vem ocorrendo, ser lançado em outros formatos, inclusive como livros infantis, em antologias e — por que não? — em formatos digitais. E, independentemente da ilustração empregada, deve ser valorizado pelo que é: um gênero poético. (HAURÉLIO, 2013, p. 53)

Portanto, sendo a literatura de cordel um gênero literário poético com suas especificidades, conforme elencamos acima, contendo temáticas diversas que expressam o imaginário sociocultural sertanejo como os gracejos, os romances dramáticos e apaixonantes, as histórias míticas como as lendas e os contos, além das características literárias como a métrica, a rima e as estrofes, o cordel brasileiro torna-se extremamente atrativo e significativo aos seus leitores. Por causa disso, não é difícil propormos que o próprio cordel é uma excelente ferramenta didática que o professor poderá usar em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem, se valendo da própria dimensão lúdica que a literatura de cordel proporciona. Quanto a isso, podemos afirmar que:

O cordel permite aos professores trabalharem novas habilidades e fortalecer alguns saberes sintonizados com as novas demandas educacionais (...). O texto em versos possui uma dimensão lúdica e um componente de musicalidade ainda mais forte do que os textos em prosa. Além disso, a rima, a métrica e a sonoridade transformam o poema em um instrumento facilitador da memorização, auxiliando o aluno a reter o texto lido ou ouvido. (LIMA, 2013, *apud* NEVES, 2018, p. 49).

Desse modo, entendemos que ao ser usada como ferramenta didática, a literatura de cordel poderá auxiliar os educadores a levar os educandos a ter contato com a riquíssima cultura popular nordestina, buscando interagir com ela, possibilitando extrair do cordel elementos culturais de memória e identidade no processo de ensino-aprendizagem. Sobre o uso da literatura de cordel como uma excelente ferramenta educacional, elenca-se que:

Essa reflexão sobre a potencialidade pedagógica do cordel parte da análise da riqueza da literatura popular brasileira e sua estética artística, como argumentam os autores acima citados. Esse é também o entendimento presente em Documentos Oficiais, tais como os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, que, nos seus princípios e fundamentos,

orientam que a escola deverá atuar na perspectiva de uma construção cidadã, tendo, dessa forma, a necessidade de que sejam assumidas, em contexto de aprendizagens escolar, práticas que permitam a comunidade se reconhecer culturalmente. (NEVES, 2018, p. 49).

## 4 POEMAS DE CORDEL NA TERCEIRA REPÚBLICA: Tradições inventadas no imaginário cordelista

### 4.1 Cordel e as tradições de injustiça e desigualdade social

Nos poemas “*Quem acaba com a Carestia?*” (1945), “*ABC da Carestia*” (1947) de Rodolfo Cavalcante e “*Sufrimento do povo no facão da carestia*” (1952) de Manoel D’Almeida Filho, notamos a angústia do cordelistas pela inflação que estava correndo o salário do trabalhador diariamente, levando-o a não ter poder de compra para a sua própria subsistência. Os poetas, então, denunciam que os produtos básicos para a alimentação dos mais pobres como açúcar, carne bovina, farinha, arroz, feijão, leite e pão se tornaram inacessíveis ao povo, levando-o a pobreza e a fome, mostrando-nos em tais cordéis, a tradição de opressão social em que vive o trabalhador no imaginário cordelista. Podemos vê isso, na primeira estrofe do cordel “*Quem acaba com a carestia?* (1945):

*Valha-me Deus  
O’ que dor amargurada  
Da pobreza encacerada  
Neste vale de agonia  
Não tem açúcar  
E a tal carne de gado  
O seu preço no mercado  
Vai subindo dia á dia*

Na sexta estrofe do cordel “*ABC da Carestia*” (1947) essa tradição de opressão social se repete. Vejamos:

*O feijão a seis cruzeiros  
Em qualquer mercearia  
Farinha de dois cruzeiros  
Mais aumenta dia a dia  
Da forma que a coisa vai  
O pobre na rua cai  
De fome aqui na Bahia*

No poema “*Sufrimento do povo no facão da carestia*” (1952), vemos que essa mesma tradição de opressão social se repete, porquanto o cordelista Manoel D’Almeida Filho também atrela a altíssima inflação como a causa primária da fome que os nordestinos estavam experimentando nesse tempo, trazendo injustiça social ao sertanejo, que já não tinha mais poder de compra para adquirir os suprimentos básicos de sua alimentação.

Portanto, notamos que no imaginário cordelista, a situação do povo estava tão caótica que nem mesmo o governo Vargas com a sua política econômica foi capaz de minimizar o sofrimento que a inflação causara aos pobres, aos operários e aos pequenos agricultores

sertanejos. Daí o porquê o cordelista em sua bela estrutura rímica, repete sempre no final das trinta e uma estrofes do seu cordel, a expressão “*no facão da carestia*”. Notemos um exemplo desse tema na vigésima primeira estrofe desse cordel:

*Chora quem compra farinha  
Chora quem compra galinha  
Chora até que compra linha  
E quem compra melancia  
Chora quem compra carneiro  
Chora quem compra tempero  
Porque passa o seu dinheiro  
No facão da carestia*

Percebe-se, então, que na tradição do imaginário do cordelista, a pobreza extrema estava diretamente relacionada a carestia dos produtos alimentícios básicos, fazendo-o questionar aquilo que poeta chama de “sistema” e o próprio governo, que para tradição do cordelista, seriam os responsáveis direto pela opressão social que povo vivenciara com a altíssima inflação. Nota-se isso nas seguintes estrofes do poema “*Quem acaba com a carestia?*” (1945):

*Não é o Governo  
O culpado disto tudo?  
É preciso um grande estudo  
Por parte da maioria  
O Governo dá ao povo  
Proteção e liberdade  
Porém não perversidade  
Por exemplo: A CARESTIA  
(...)  
Desta maneira  
Hoje a coisa está mudada  
Dinheiro não vale nada  
Valor tem mercadoria  
É um mistério  
Neste profundo sistema  
A razão deste problema  
Quem acaba A CARESTIA!*

Percebemos também nesse cordel de Rodolfo Cavalcante, que em suas oito estrofes, o poeta faz questão de afirmar que o povo estava sofrendo a injustiça duma política inflacionária, que nesse período da Terceira República havia se tornado incontrolável pelo governo federal, levando ao que o cordelista chama de “pobreza encarcerada”. Portanto, é exatamente por isso que o poeta deseja ao povo “paz e harmonia”, se identificando com o estrato social dos menos favorecidos, pois ele mesmo, sendo parte integrante do povo, sofre a espoliação do seu trabalho por parte daqueles que se apropriaram do “sistema” e do governo, levando o próprio cordelista também, junto com o povo, a não ter poder aquisitivo para adquirir os suprimentos básicos.

Conseqüentemente, na tradição do cordelista, esses que se apropriaram das estruturas de poder que oprimem o povo com a política inflacionária levando-o a miséria social são

aqueles que o poeta chama no seu cordel “*ABC da Carestia*” (1947) de “ricos”, “burguesia”, “capitalistas”, “exploradores” e “donos da terra”. Notemos, então, as expressões “burguesia” e “capitalistas”, termos que o poeta se utiliza para denominar aqueles que oprimem os pobres, extraíndo-os tais expressões da tradição teórica marxista para se referir aos donos dos meios de produção que oprimem injustamente os trabalhadores. Vejamos esses termos nas estrofes respectivamente:

*Diária de qualquer hotel  
É vinte, trinta em diante  
Seja ela um pobrezinho  
Que cave a vida ambulante  
Ou seja um capitalista  
A tabela está a vista  
Não quiser vá adiante  
(...)  
Moradores do Estica  
Corta Braço e o Japão  
Fizeram suas casinhas  
Para não viverem em vão  
Estão sujeito perderem  
Pois a burguesia querem  
Levarem os pobres em questão*

Ora, os termos “ricos”, “burguesia”, “capitalistas”, “exploradores” e “donos da terra”, referem-se na tradição do imaginário cordelista as elites brasileiras que nesse período despojavam os pobres por meio da política de exploração inflacionária, sendo responsáveis direto pela fome e pela falta de moradia e educação. Portanto, o que restava ao poeta cordelista era denunciar a opressão social que povo estava vivendo. Nota-se isso, na seguinte estrofe do cordel “*ABC da Carestia*” (1947):

*Jamais vimos meus leitores  
Aqui dentro da Bahia  
Como em todo interior  
Tão horrível carestia  
Os pobres vivem coitados  
“Oprimidos e cansados”  
Tudo sobe hoje em dia*

Portanto, na tradição dos cordéis “*Quem acaba com a carestia*” (1945) e “*ABC da Carestia*” (1947), o poeta Rodolfo Cavalcante não vê solução naquilo que denomina de “sistema” e no próprio governo, pois oprimem o povo com a política inflacionária, ou seja, o poeta não enxerga que “de cima para baixo” virá o bem-estar social ao povo, porquanto as estruturas de poder foram apropriadas pelos ricos, pelos burgueses e pelos “donos da terra” que não se interessavam pelas demandas sociais dos menos favorecidos. Consequentemente, isso leva o cordelista a se deleitar em sua fé na religião cristã como único alento diante das injustiças sociais que o povo sofre.



Portanto, podemos vê essa tradição inventada pelo cordelista na penúltima estrofe do cordel “*Quem acaba com a carestia?*” (1945) e na décima oitava estrofe do cordel “*ABC da Carestia*” (1947) respectivamente:

*Vamos rogar  
A nosso Senhor do Bomfim  
Para que o povo enfim  
Tenha paz tenha harmonia  
Se não por Ele  
Nosso Santo Padroeiro  
Eu pergunto até janeiro  
Quem acaba a carestia?  
(...)  
Senhor! Senhor! Apelo  
Teu amor infinito  
Abençoe todo pobre  
Que vive coitado aflito  
“Oprimidos e cansados”  
Milhares de flagelados  
Sem Moisés por este Egito*

Essa tradição inventada pelos cordelistas que não enxergam solução nas estruturas de poder para o sofrimento do povo em decorrência da altíssima inflação que causava fome aos nordestinos, também é aludido no cordel “*Sufrimento do povo no facão da carestia*” (1952) de Manoel D’Almeida Filho, que também transfere a solução das demandas sociais do povo àquilo que considera numinoso, evidenciado em sua espiritualidade cristã.

Portanto, vemos que no imaginário desse cordelista, nem mesmo a política econômica do popular Vargas foi capaz de resolver a opressão social que o povo experimentara com a carestia, restando ao poeta, então, apelar a “Nossa Senhora” e a “Jesus” a fim de que resolvam os problemas sociais do povo. Por isso, vemos que figuras da tradição religiosa cristã são apropriadas e ressignificadas pelo imaginário cordelista para criar a sua própria tradição que somente o que ele considera numinoso pode socorrer as demandas sociais dos menos favorecidos. Podemos, portanto, vê tais temas nas estrofes abaixo:

*O nobre Getulio Vargas  
Com suas ideias largas  
Lutas em horas amargas  
Nessa grande travessia  
Já criou projetos mil  
Para não ver o Brasil  
Passar a morte sutil  
No facão da carestia  
(...)  
Valei-me Nossa Senhora  
Não aparece melhora  
Só aumenta toda hora  
Se Jesus não socorrer  
Vai muita gente morrer  
Sem tem pra onde correr  
No facão da carestia*

No cordel “*A vida do sertanejo*” (1946) do poeta Rodolfo Cavalcante, notamos as tradições de opressão social, a espoliação dos pequenos agricultores nordestinos pelas elites agrárias e as condições precárias de vida deles. O cordelista do começo ao fim do seu poema exalta o trabalho árduo das famílias sertanejas na agricultura a ponto de afirmar que a economia do Brasil depende delas. Assim, o poeta cria essa tradição na vigésima sexta estrofe:

*Que injustiça meu Deus  
Que falta de sentimento  
Aquele que não proteje  
E não faz acatamento  
Os humildes agricultores  
Pois são eles lavradores  
Que ao Brasil da rendimento*

Por outro lado, o cordelista também denuncia o sofrimento dos pequenos agricultores sertanejos que não tem as suas demandas satisfeitas por nenhuma política pública que proteja as suas plantações das catástrofes naturais que devastavam as suas pequenas lavouras, como as enchentes e as infestações de lagartas. Portanto, o cordelista expõe toda opressão social que o sertanejo sofre ao ser espoliado pelos seus “patrões”, termo usado pelo poeta para se referir àqueles que emprestam dinheiro a juros aos sertanejos e aos que lhes vendem produtos fiados, necessários para o seu cotidiano. Assim, o pobre agricultor, fica totalmente vulnerável aos que lhe despojam, porquanto não há quem o defenda. Nota-se essa tradição de opressão social nas estrofes seguintes:

*Com pouco chega o patrão  
No seu cavalo montado  
Vai chegando e vai dizendo  
O prazo está terminado  
Vim buscar meu dinheiro  
Seu matuto lambanceiro  
Porque compraste fiado!  
(...)  
O matuto aí se aperta  
Para pagar o seu patrão  
Dá quatro ou cinco carneiro  
E mais outras criação  
Caso ele tenha dá jeito  
Mas não tendo o seu conceito  
Não tem valor no sertão*

Quanto ao sofrimento do pobre nordestino diante das catástrofes naturais que o expõe a uma vida de vulnerabilidade social em decorrência de não ter suas demandas atendidas pelo governo federal, o cordel “*Inundação do Rio São Francisco*” (1946), também de Rodolfo Cavalcante, mostra-nos a narrativa da experiência do cordelista diante dum quadro de enchente do Rio São Francisco na cidade de Joazeiro na Bahia que ocorrera em 1946, onde o poeta expõe todo sofrimento do pobre nordestino causado pela inundação dessa cidade nordestina, expondo

o pobre juazeirense as condições mais desumanas de vida e ao descaso do governo federal diante do sofrimento nordestino.

Dessa forma, só resta ao poeta se sensibilizar com sofrimento da pobre família sertaneja diante dessas catástrofes naturais e apelar para que o governo federal aplique políticas de infraestrutura a fim de minimizar o sofrimento dela. Vejamos, então, na tradição do imaginário cordelista, a vulnerabilidade social duma pobre família nordestina diante das inundações e o apelo do poeta ao governo federal para que se sensibilize com o sofrimento dela nas estrofes a seguir:

*Volto de novo leitores  
Sobre a cheta comentar  
O pobre pai de família  
Sem ter casa para morar  
Quando desaba o casebre  
Sai correndo que só lebre  
Com receio de se afogar  
(...)  
A mulhersinha coitada  
Sai triste acompanhando  
O marido com um filhinho  
Ainda dando de mamando  
O esposo leva seis  
Fora leitores mais três  
Que vão na frente chorando  
(...)  
Se o governo federal  
Não tomar uma providência  
Auxiliando leitores  
Esta terra com urgência  
Vivendo sempre inundado  
O Joazeiro coitado  
Termina na indigência*

Percebemos também, no cordel “A vida do sertanejo” (1946) que o pobre sertanejo é denominado como “matuto” e “ignorante” pelas elites agrárias por não ter acesso à educação. Por causa disso, os pequenos agricultores desconhecem os seus direitos e acabam não tendo outra fonte de renda que possa suprir as perdas dos seus produtos agrícolas em decorrência das catástrofes naturais, como as próprias inundações. Portanto, isso faz com que as famílias sertanejas sofram opressão social por parte das elites agrárias. Vemos, então, essa tradição de desigualdade social no sertão, exposta pela falta de acesso à educação por parte das famílias sertanejas, como fator determinante de vulnerabilidade social. Notamos isso na estrofe seguinte:

*Escola? Quem foi que disse  
Existe sim na cidade  
Mais ou menos quatro léguas  
Por isso com realidade  
O pobre lavrador  
Sofre tão grande maldade*

Ora, essa mesma tradição de inacessibilidade dos pobres sertanejos à educação se repete também no cordel “*A vida do pobre hoje em dia*” (1946), de Rodolfo Cavalcante, percebe-se isso na décima quarta estrofe desse cordel:

*Os sertanejos não podem  
Dar aos filhos educação  
Primeiro não existe lei  
Que eles tenham obrigação  
De sua prole educarem  
Faz com isto ignorarem  
Toda civilização*

Portanto, diante de tal tradição de desigualdade social no sertão, notada nos cordéis “*A vida do sertanejo*” (1946) e “*A vida do pobre hoje em dia*” (1946), como resultado da inacessibilidade das famílias sertanejas a educação por falta de escolas nas zonas rurais, mostramos que no imaginário social do cordelista Rodolfo Cavalcante, a vida das famílias sertanejas se encontram em extrema vulnerabilidade social, não apenas diante dos que ricos lhes exploram, mas também diante das condições precárias de moradia. Nota-se isso na vigésima nona estrofe do poema “*A vida do sertanejo*” (1946):

*A casa do sertanejo  
Pobre com realeza  
É um mucambo sinistro  
Onde só habita impureza  
Os filhos vivem opilados  
Rotos sujos esmulambados  
Na mais completa pobreza*

No cordel “*A vida do pobre hoje em dia*” (1946), os temas de opressão social e condições precárias de vida do pobre também são vistos no imaginário cordelista. Nesse poema, o cordelista denuncia a vida de sofrimento do pobre, também nas capitais nordestinas, que sofre opressão social pela inflação que corroí o seu salário, levando-o a insegurança alimentar. Vemos também nesse imaginário cordelista, a inacessibilidade do pobre à educação que o leva a não ter uma vida digna. Pelo contrário, além de não ter acesso aos alimentos adequados, ainda sofre por causa das condições precárias de moradia, inclusive sanitárias, fazendo com que na tradição do imaginário cordelista, a moradia do pobre na cidade seja comparada com uma cela penitenciária. Vejamos tais temas nas estrofes desse cordel:

*De manhã coitado o pobre  
Devido a falta de pão  
Toma café com batata  
Podendo come pirão  
Mas se não pode, há mandu  
A mulher faz beiju  
Que é de cortar o coração  
(...)  
A casa que o pobre mora*

*Falta água, luz e ar  
Sem banheiro e sem sentina  
É mais cela do que lar  
Pode me crer leitores  
É um labirinto de dores  
Sem jeito nenhum a dar*

No cordel “*O homem que nasceu para não ter nada*” (1950) do poeta João Martins Athayde, notamos também que no imaginário desse cordelista existe uma inflexibilidade de ascensão social no sertão nordestino. Para esse poeta, conforme narrado em seu cordel, o sertanejo está aprisionado ao seu destino de ser pobre, como uma espécie de “carma”, ainda que se torne rico por alguma ironia do destino, no fim da sua vida, voltará a ser pobre.

Percebemos, então, que no imaginário desse cordel, o pobre sertanejo não deve esperar ascender socialmente, nem mesmo desejá-lo e não deve esperar dos ricos nenhum tipo de ajuda para melhorar sua a vida. Isso nos mostra que na tradição desse poeta, existe um abismo intransponível entre as classes sociais no sertão, restando ao pobre sertanejo apenas o contentamento pelo seu destino. Vejamos essa tradição criada no imaginário cordelista de impossibilidade de ascensão social no sertão, na trigésima estrofe desse poema, através do diálogo entre o rico e o pobre sertanejo:

*Aí o rico contou-lhe  
Toda maneira passada  
O senhor nasceu no mundo  
Para não possuir nada  
Quem o quiser proteger  
Faz da crise camarada*

No cordel “*Jesus Cristo e São Pedro na casa dos pobres*” (1957) do poeta Manuel D’Almeida Filho, notamos as tradições de opressão social, espoliação dos pobres agricultores pelos ricos fazendeiros e desigualdade social, mostrando-nos que no imaginário desse cordelista há também, um abismo intransponível entre as classes sociais no campo. Nesse cordel, portanto, vemos a imagem do rico fazendeiro agropecuarista que vive uma vida abastada num palacete, tendo à sua disposição vários trabalhadores camponeses. Vejamos, portanto, essa imagem do rico opressor nas estrofes abaixo:

*São Pedro disse: qual nada  
Lá, vamos ao palacete  
E seremos recebidos  
Com um bonito banquete  
Jesus disse: só se for  
De palmatória e cacete  
(...)  
Assim, conversando, foram  
Aproximando-se mais  
Viram grandes armazéns  
Repletos de cereais*

*E muitas vacas leiteiras  
Em quatro ou cinco currais*

Por outro lado, notamos também a imagem dos pobres agricultores sertanejos, que na tradição cordelista, vivem num estado social degradante, sem quase ter o que comer e residindo em moradias com condições precárias, mostrando-nos a plena desigualdade social no sertão. Nota-se tal tradição de pobreza, fome e precariedade de moradia nas seguintes estrofes:

*Assim, numa travessia  
Morava Antônio Simão  
Em uma choupana pobre  
Mas, por ter bom coração  
Sempre hospedava Jesus  
Com dormida e refeição  
(...)  
Como era muito pobre  
Só vivia em quebradeira  
Não tinha cama e nem rede  
Só possuía uma esteira  
Onde Jesus dormitava  
Com São Pedro a noite inteira  
(...)  
A comida sempre era  
Algum resto de feijão  
Com que Jesus e São Pedro  
Faziam a comparação  
Com muito gosto, por ser  
Dada de bom coração*

Portanto, percebemos a partir dessas estrofes, que para o cordelista, o único alento dos pobres sertanejos, que vivem em condições precárias no campo, é a sua fé na religião cristã. Notamos que para o poeta Manuel D’Almeida Filho, se os sertanejos são desprovidos de bem-estar social, não tendo uma alimentação saudável e moradia digna, o que lhes restam, então, é se contentarem em ter a presença daquilo que lhes é numinoso como forma de consolo ao seu sofrimento.

À vista disso, o cordelista se apropria das figuras sacralizadas pela tradição religiosa cristã, como Jesus e São Pedro, para criar a tradição que os identificam com o sofrimento dos pobres sertanejos. Por isso, na tradição desse cordel, os objetos de veneração da fé cristã, identificam-se diretamente com o sofrimento dos sertanejos, a ponto de visitá-los pessoalmente, como forma de alento a opressão social que eles enfrentam.

Outra tradição presente no imaginário do cordel “*Jesus Cristo e São Pedro na casa dos pobres*” (1957) é a espoliação dos trabalhadores do sertão pelos ricos agropecuaristas por meio da exploração da mão-de-obra dos sertanejos. Desse modo, o poeta denuncia que o aumento da

riqueza da elite agropecuarista provém diretamente da exploração do trabalho do sertanejo. Percebe-se, então, essa tradição de opressão social no imaginário cordelista nas estrofes abaixo:

*Jesus respondeu: estamos  
A sua ordem patrão  
Ele disse: vocês vejam  
E prestem bem atenção  
A estes armazéns cheios  
De milho, arroz e feijão  
(...)  
Vocês pagando a dormida  
Terão que ajudar a mim  
Do contrário apanharão  
Uma surra tão ruim  
Que verão bem o principio  
Porém não verão o fim  
(...)  
Vinte litros de feijão  
Terão que bater os dois  
E vinte litros de milhos  
Para debulhar depois  
E terão que descascar  
Trinta quilos de arroz*

Essa mesma tradição presente no imaginário cordelista de espoliação do trabalho do sertanejo pelas elites agrárias, que se enriquecem às custas da exploração da mão-de-obra do sertanejo e sua prole, aparece também no cordel “*O retirante*” (1946) do poeta João Martins Athayde. Nesse poema, então, o cordelista narra a experiência duma grande família sertaneja que migra para a região Sul em busca de trabalho e melhores condições de vida.

No entanto, ao chegar à região Sul do Brasil, logo percebe o estado de vulnerabilidade social que se encontra diante das elites agrárias, sujeitando-se, assim, a qualquer tipo de exploração do seu trabalho. Vejamos, então, a tradição de espoliação do trabalho das famílias sertanejas pelas elites agrárias no imaginário cordelista nas estrofes a seguir:

*Diz o velho: minhas filhas  
Não era meu desejo  
Eu ir degredar vocês  
Na terra dos caranguejos  
O Sul presta para tudo  
Menos para o sertanejo  
(...)  
E chega a ranchada  
Ao senhor de engenho  
Diz o velho: eu tenho  
Esta filharada  
Família pesada  
E não tem jeito  
Preciso e aceito  
Qualquer sacrifício  
Não tenho um ofício  
Vou cair no eito  
(...)*

*E lá vai aquela prole  
 Sujeitar-se ao cativoiro  
 Limpar cana o dia inteiro  
 Por diminuto dinheiro  
 Fazendo dez mil promessas  
 Ao padre de Joazeiro*

No cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1954) do cordelista Manoel D’Almeida Filho, a tradição de espoliação do trabalho operário pelas elites se repete. Nesse poema, o cordelista denuncia que as elites tramaram contra o governo Vargas a fim de derrubá-lo por ter aumentado os salários mínimos dos trabalhadores e por ter lutado em favor da classe trabalhista. Nesse cordel, o poeta denuncia que as elites ingressaram com um processo judiciário para barrar o aumento considerável do salário mínimo concedido por Vargas à classe trabalhista. Contudo, ele venceu o processo no judiciário e manteve o aumento do salário mínimo aos trabalhadores.

Mesmo o governo democrático de Vargas, que no imaginário cordelista, lutava pela classe trabalhista, o poeta denuncia a exploração da mão-de-obra operária pelas elites, mostrando-nos que no cotidiano, os direitos trabalhistas dos operários estavam sendo usurpados pela “alta burguesia”. Vejamos, assim, a presença da luta de classes no imaginário cordelista e a presença da tradição que Getúlio Vargas é o defensor da classe operária e a tradição de exploração da mão-de-obra dos trabalhadores pelas elites liberais conservadoras nas estrofes abaixo:

*Que vendo os trabalhadores  
 Nos estados mais precários  
 Passando fome e nudez  
 Precisava com urgência  
 Melhoria de salários  
 (...)  
 Foi a primeiro de maio  
 Que o Presidente assinou  
 Novos salários mínimos  
 Como prometeu, provou  
 Mas a alta burguesia  
 Desse ato não gostou  
 (...)  
 Assim a grande maioria  
 De burgueses por vingança  
 Pra não pagarem o salário  
 Fizeram uma aliança  
 Impetrando ao Tribunal  
 Mandato de segurança  
 (...)  
 Assim mesmo esse mandato  
 O Presidente ganhou  
 Os novos salários mínimos  
 O Tribunal aprovou  
 Mas existe algum burguês  
 Que ainda não pagou*



(...)
   
*E foi por isto que muitos*
  
*Burgueses capitalistas*
  
*Inimigos de Getúlio*
  
*E das classes trabalhistas*
  
*Tramaram sua renúncia*
  
*Para arrancar-lhe as conquistas*

Nota-se também essa mesma tradição de exploração do trabalho das pobres famílias sertanejas pelas elites que se enriquecem cada vez mais as custas da mão-de-obra sertaneja, no cordel “*O que Jânio Quadros está fazendo pelo Brasil*” (1962) de Rodolfo Cavalcante. Em seu poema, ele exalta a política anti-corrupção de Jânio Quadros, utilizando-se do seu “slogan” de campanha eleitoral, “*Varre, varre a vassourinha*”, no qual, o cordelista repete seis vezes nas trinta e duas estrofes do seu poema para afirmar que a solução para a corrupção desenfreada que se instalou em todas as estruturas de poder, inclusive na relação “patrão-empregado”, se encontra nas mãos do presidente Jânio.

Desse modo, o poeta deposita toda sua confiança no governo Jânio para acabar com a corrupção no Brasil e a altíssima inflação que corroía os salários dos trabalhadores, e também, denuncia a corrupção por parte das elites que burlavam os direitos trabalhistas do trabalhador sertanejo, espoliando seu trabalho. Portanto, nas últimas estrofes do seu cordel, Rodolfo Cavalcante mostra-nos a presença da tradição de exploração da mão-de-obra do pobre sertanejo pelas elites brasileiras no imaginário cordelista. Vejamos isso nas estrofes abaixo:

*Existe em nosso Nordeste*
  
*A maior calamidade*
  
*Donos de usinas que pagam*
  
*Apenas pela metade*
  
*Secenta mil reis por dia*
  
*E ainda por tirania*
  
*Faz tudo que tem vontade*
  
 (...)
   
*Obriga o trabalhador*
  
*Fazer uma declaração*
  
*Que recebe o ordenado*
  
*Conforme a Lei da Nação*
  
*E se ele sonegar*
  
*Não poderá trabalhar*
  
*Para ganhar seu pão*
  
 (...)
   
*Isto não é só nas usinas*
  
*É nas fazendas também*
  
*É na loja, é na farmácia*
  
*É aqui e mais além*
  
*Por isso que o nordestino*
  
*Só vive no desatino*
  
*Pra séculos, séculos, amém.*

No cordel “*O nordeste está morrendo*” (1959) de Rodolfo Cavalcante, o poeta “viaja” em sua narrativa poética pelas regiões Norte-Nordeste, expondo as tradições de desigualdade social entre as regiões Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste. Assim, no imaginário cordelista, o povo nordestino sofre com a falta de saúde, comida e água potável, demonstrando-nos mais uma vez, que na tradição cordelista, existe a presença de condições precárias de vida do pobre nordestino denunciadas em seu cordel. Vejamos, então, tais tradições de desigualdade social e condições precárias de vida do pobre nordestino nas estrofes a seguir:

*O pobre não tem direito  
De comer nem mais feijão  
Peixe nem se fala mais  
Grita o povo com razão  
Da forma que o pobre vive  
É a pior escravidão  
(...)  
E assim o nordestino  
É um povo abandonado  
É muito raro o nortista  
Progredir no seu Estado  
Se dana...vai para o Sul  
Que é lugar adiantado*

Verificamos nessas estrofes, que na tradição do imaginário cordelista, o povo nordestino era “abandonado” pelo governo federal em detrimento das regiões Sul-Sudeste, onde o poeta chama de “adiantado” e por causa disso, só resta ao pobre nordestino diante das condições precárias de vida na sua terra natal, onde ele é pessimista quanto ao seu progresso no próprio Nordeste, migrar para a região Sul em busca de melhores condições de vida.

Destarte, notamos que na conjuntura do governo JK, através da sua política-econômica conhecida como nacional-desenvolvimentista, que escancarou o Brasil ao capital estrangeiro para investimentos que viessem a acelerar o progresso brasileiro e a mega construção de Brasília, prometia desde a sua campanha eleitoral à presidência da República, um projeto de “Brasil cinquenta anos em cinco”.

Contudo, para o imaginário cordelista, o nordeste foi abandonado pelo governo JK, mostrando-nos que o seu governo para o pobre nordestino foi muito mais “cinquenta anos de atraso em cinco anos de governo”. Notemos essa extrema desigualdade social de índices socioeconômicos entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste presente na tradição cordelista durante o governo JK, nas estrofes abaixo:

*O Brasil por esta forma  
Perante o Rio de Janeiro:  
O sulista é nacional  
Só o nortista é estrangeiro  
Entretanto, numa guerra  
O nortista é brasileiro*

(...)  
*Até o salário*  
*No nordeste é por esmola*  
*Por isso mesmo o nortista*  
*Há tempo fez escola*  
*De andar perambulando*  
*No mundo pedindo esmola*  
 (...)  
*O nordeste está morrendo*  
*É a expressão da verdade*  
*O Brasil está dividido*  
*Pode crer mais da metade*  
*E o tal nacionalismo*  
*Foje à nacionalidade*  
 (...)  
*Equanto o nosso governo*  
*Não olhar para agricultura*  
*Reinará essa desordem*  
*Pois não pode haver fartura*  
*Só se constrói edifícios*  
*Que é fonte mais segura*

Essa mesma tradição de desigualdade social entre as regiões do Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste e a recém construída Brasília, também se repete no poema “*As belezas de Brasília e as misérias do Nordeste*” (1960), de Rodolfo Cavalcante. Nesse poema, durante o governo JK, o cordelista expõe um radical paradoxo, ao observar a mega construção de Brasília e toda sua pomposidade, mostrando-nos um radical contraste entre o desenvolvimento sócioeconômico dos estados das regiões Sul-Sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande Sul, Paraná e os estados nordestinos da Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, citados no poema, que cada vez mais sucumbem em suas misérias sociais, como a seca, a fome e o analfabetismo, em detrimento do progresso sócioeconômico dos estados das regiões Sul-Sudeste.

Assim, na tradição do cordelista, a região Nordeste é atrasada em todos os índices de desenvolvimento humano em decorrência do pleno descaso do governo federal às precariedades dos nordestinos, mostrando-nos que a política econômica nacional-desenvolvimentista de JK materializada na mega construção de Brasília, não foi capaz de satisfazer as misérias do povo nordestino que continuava no “atraso” da fome, da seca e do analfabetismo, totalmente “esquecido” pelo governo federal. Nota-se isso, nas seguintes estrofes abaixo:

*A grandeza de Brasília*  
*Nos alegra o coração*  
*Uma obra admirável*  
*Para orgulho da Nação*  
*Enquanto o Norte e o Nordeste*  
*Seca, inverno, fome e peste*  
*Têm o maior galhardão*  
 (...)

*Edifícios gigantescos  
Obras arquiteturais  
Não solucionam a crise  
Que aumenta mais e mais  
Assim a crise perdura  
Só porque em agricultura  
O governo nada faz  
(...)*

*Em São Paulo as estatísticas  
Fizeram um levantamento  
Que apenas de analfabetos  
Existem cinco por cento  
No Nordeste se apresenta  
De sessenta pra setenta  
Afirmamos sem aumento*

## 4.2 Cordel e as tradições de resistência social

Nos cordéis “*A vida de Carlos Prestes*” (1948), “*O que Getúlio fez pelo Brasil*” (1955) de Rodolfo Cavalcante e “*A vitória getulista nas eleições*” (1954) e “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1954) de Manuel D’Almeida Filho, vemos que atores políticos, como Carlos Prestes e Getúlio Vargas, estão presente no imaginário cordelista como símbolos “messiânicos” do povo brasileiro na conjuntura da Terceira República. Nesses cordéis, os poetas criam tradições de “mitos messiânicos” fazendo analogia entre atores políticos com a figura histórica de Jesus como o “messias” que morre para redimir os fiéis da cristandade.

Os cordelistas, então, apropriam-se da tradição religiosa cristã, no qual eles e os seus leitores abraçavam, com o intuito de criarem a tradição de atores políticos como os “salvadores” da pátria brasileira como forma de resistência social às injustiças e desigualdades sociais que eles experimentavam juntamente com os seus leitores. Acerca da criação de “mitos messiânicos” tão propício na conjuntura da Terceira República, podemos afirmar que:

A miséria em que vegetava grande parte da população, o analfabetismo e o atraso cultural presentes no Brasil e, principalmente, a tradicional marginalização de numerosos setores populares de uma participação política efetiva na definição dos destinos da nação – aspecto para o qual a repressão policial desempenhou sempre papel importante – condicionariam, em grande medida, o aparecimento de lideranças messiânicas e/ou de “salvadores da pátria”. (PRESTES, 2007, p. 90).

No cordel “*A vida de Carlos Prestes*” (1948), o cordelista Rodolfo Cavalcante exalta brevemente a biografia e os feitos de Carlos Prestes, desde a revolução tenentista contra o governo Arthur Bernades em 1924, passando pela vitória da “Coluna Prestes” em 1927, que desemborcou no desmoranamento da República Velha. Desse modo, o cordelista exalta a

liderança militar de Prestes nessas revoluções, criando a tradição de “guerreiro libertador” do povo brasileiro do regime opressor da República Oligárquica. Notemos isso nas estrofes abaixo:

*Em fim por certo regime  
Que oprimia o povo inteiro  
Prestes entra na luta  
Salva o povo brasileiro  
Lhe tirando do abismo  
Nas armas do guerreiro  
(...)  
Daí exilou-se  
Com diversos camaradas  
Nenhum morreu de fome  
Em florestas e chapadas  
Planícies e taboleiros  
Centenas de brasileiros  
De ideias denodadas  
(...)  
Prestes era o soldado  
Capitão de toda tropa  
Até o final da luta  
Depois viaja a Europa  
Anda quase mundo inteiro  
Finalmente brasileiro  
É o homem que tudo topa*

Conforme vimos no primeiro capítulo, governo Dutra (1946-1951) fo marcado pela altíssima inflação que cada vez mais oprimia o trabalhador brasileiro, trazendo-lhe fome e condições precárias de vida. Os cordéis “*Quem acaba com a Carestia?*” (1945), “*A vida do sertanejo*” (1946) e “*ABC da Carestia*” (1947) de Rodolfo Cavalcante denunciavam exatamente a política econômica inflacionária, durante o governo Dutra, como a força motriz que estava levando a classe operária e o sertanejo nordestino a padecer por falta de gêneros alimentícios básicos e pelas condições precárias de vida.

À vista disso, conforme elenca Oliveira (2020), o PCB lançou um manifesto em 1950, conhecido como “Manifesto de Agosto”, atribuído ao líder comunista Carlos Prestes, no qual, criticava o governo Dutra, como a maior humilhação imposta à nação e por ser um governo de traição nacional que entregou a nação brasileira à exploração total dos grandes bancos trustes e monopólios anglo-americanos. Sendo isso, o motivo principal da carestia dos alimentos e produtos básicos para a subsistência do povo brasileiro. Acerca disso, postula-se que:

É dessa maneira que o tema da carestia de vida apareceria nas diretrizes do partido, apesar de não ser desenvolvido de maneira abrangente. Denunciava-se a situação econômica e social em que país se encontrava com destaque para as supostas contradições encontradas nessa realidade, na qual uma pequena parcela do empresariado via seus ganhos aumentarem à custa da maioria trabalhadora. (OLIVEIRA, 2020, p. 3).

Portanto, percebemos que no imaginário cordelista, Carlos Prestes também é visto como aquele que teve durante a sua infância, uma vida de muito sofrimento e pobreza. Por causa disso, o poeta cria a tradição de imbricamento entre a infância sofredora de Prestes com a vida do povo brasileiro que também é de sofrimento e pobreza em decorrência da política inflacionária do presidente Dutra. Convocando assim, o povo brasileiro a resistir politicamente junto com a vida de luta política de Carlos Prestes.

O poeta cordelista Rodolfo Cavalcante faz isso se apropriando da vida de luta de Carlos Prestes durante a República Velha, através das revoluções “tenentista” e “Coluna Prestes” entre os anos de 1924 a 1927, perpassando pela sua liderança política frente a Aliança Nacional Libertadora, no qual, tentara resisitir e derrubar a ditadura do Estado Novo. Por causa disso, durante os primeiros anos do governo Dutra, o cordelista exalta a luta política de Carlos Prestes na liderança do PCB contra a opressão social do povo brasileiro imposta pelas elites dominantes. Notemos, então, nas estrofes abaixo, a tradição de luta política de Carlos Prestes, presente no imaginário cordelista, como forma de resistência político-social diante das condições indignas do trabalhadores brasileiros durante o governo Dutra:

*Comuta querida  
Querida comuta  
Na vida e na luta  
Na luta e na vida  
(...)  
Prestes a glória  
Da tua história  
Tens a vitória  
Como memória  
Do teu ideal  
É onipotente  
Nesta tangente  
Que tens na frente  
O oriente  
Fundamental*

Conseqüentemente, o cordelista faz com que a ideologia política de Prestes e do seu partido político, o PCB - partido que o elegeu ao senado em 1945 e que futuramente o tornaria secretário-geral e líder proeminente até a sua cassação em 1947 - fossem pelo povo e para o povo. Carlos Prestes, então, junto com o PCB, na tradição do imaginário cordelista são vistos como símbolos que darão proteção e liberdade ao povo brasileiro, ainda que, o cordelista não se posicione declaradamente como comunista, e nem faz questão disso, devido a conjuntura de perseguição política ao PCB e aos seus correligionários durante o governo Dutra. Notemos isso nas estrofes abaixo:

*Caso o partido de Prestes  
Não seja mesmo estrangeiro*

*Quero dizer se ele vive  
Neste lema verdadeiro  
Vivendo do próprio povo  
Se é do povo para o povo  
Realmente é brasileiro  
(...)  
Se a ideia é de Lenine  
De Max outro qualquer  
Isto não quer dizer nada  
O povo somente quer  
O amparo, a proteção  
Lhe livrando da opressão  
Enquanto vida tiver*

Como vimos nas estrofes do cordel acima, se o povo brasileiro estava vivendo na opressão social durante o governo Dutra sob a sua política inflacionária que deteriorava o salário do trabalhador, levando-lhe a fome e condições desumanas de vida, o cordelista vê a figura de Carlos Prestes e o PCB como forças políticas de resistência social, levando-o a criar a tradição “messiânica” de Carlos Prestes como o “cristo” terreno do povo brasileiro. Para isso, o cordelista apropria-se da tradição cristã, na figura sacralizada do Jesus histórico, para de forma análoga comparar o seu “messianismo” religioso com o “messianismo” político de Carlos Prestes. Nota-se, a tradição “messiânica” de Carlos Prestes como o “salvador” do povo brasileiro das amarras da opressão social nas seguintes estrofes:

*Carlos Prestes já disseram  
Tem história do Messias  
Tem Pedros tem os Paulos  
Tem os Judas as Marias  
Também tem os seus Pilatos  
Tem também os seus maltratos  
Tem as suas profecias  
(...)  
Não é Cristo porque Cristo  
Foi aquele Nazareno  
Que morreu para salvar  
Numa cruz calmo e sereno  
Mas Prestes nos nossos dias  
Também ele é um Messias  
Não divino mas terreno*

Essa mesma tradição de “mitos messiânicos” presente no imaginário cordelista também é vista nos cordéis “*O que Getúlio fez pelo Brasil*” (1948) de Rodolfo Cavalcante, “*A vitória getulista nas eleições*” (1954) e “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955) de Manuel D’Almeida Filho. Nesses cordéis, os poetas criam a tradição de “Getúlio, o messias”, que derramou o seu sangue para redimir os trabalhadores da “escravidão” imposta pelas elites dominantes a eles e a tradição de “Getúlio, o mártir”, que morre para garantir os direitos trabalhistas deles.

O cordel “*O que Getúlio fez pelo Brasil*” (1948), vemos que no imaginário cordelista, Getúlio Vargas é símbolo de garantia dos direitos dos trabalhadores e dos oprimidos socialmente. Como já pontuamos, o governo Dutra é marcado pela altíssima inflação que empobrecia cada vez mais os trabalhadores trazendo fome, condições precárias de vida e pobreza para os vulneráveis socialmente. Por outro lado, vimos também que as elites dominantes cada vez mais se enriqueciam às custas da espoliação da mão-de-obra operária, que tinha os seus salários deteriorados pela política inflacionária.

Portanto, é nessa conjuntura de espoliação do trabalho operário e opressão social, vistos na fome, na pobreza e nas condições precárias de vida, que o cordelista resgata a história política de Vargas, desde a implantação do Estado Novo, como aquele que lutou contra as elites oligárquicas da República Velha que oprimiam o povo brasileiro. Desse modo, na tradição desse cordel, Vargas derruba a República Oligárquica e implanta o Estado Novo para proteger os oprimidos socialmente como os orfãos, as viúvas e as famílias desamparadas, beneficiando também o nordestino diante da seca. Vejamos isso na estrofe abaixo:

*Protegeu orfãos, viúvas  
Famílias desamparadas  
Melhorou as classes armadas  
Beneficou o nordeste  
Combateu a seca e a peste  
E todas as suas camadas*

O cordelista também exalta a política trabalhista de Vargas durante o Estado Novo, como a aposentadoria e a criação do Ministério do Trabalho, que levou os trabalhadores a alcançar os seus direitos trabalhistas. Assim, como forma de resitência social diante dum quadro onde os trabalhadores estavam tendo a sua mão-de-obra espoliada pelas elites liberais conservadoras, distantes de usufruírem de melhoria salarial, devido a política inflacionária de Dutra, o poeta resgata os feitos de Vargas em benefício do trabalhador a fim de levá-lo a apoiar Vargas politicamente, pois enxergavam nele a “libertação” dos operários das “amarras” da opressão social imposta pelas elites liberais conservadoras. Portanto, vemos que no imaginário cordelista, a política trabalhista varguista é a única forma de trazer benfeitorias sociais aos menos favorecidos num tempo de opressão social e exploração do trabalho operário por parte da classe dominante. Vejamos isso nas estrofes abaixo:

*Qual foi o chefe leitores  
Que deu aposentadoria  
Ministério do Trabalho  
Para a nossa garantia?  
Por isso estamos cientes  
Foi só ele o presidente  
Dentro da democracia  
(...)*



*Por isto caro leitores  
Getúlio Vargas merece  
O apoio deste povo  
Que francamente conhece  
Seu prestígio universal  
Os brasileiros em geral  
Quem é nobre obedece*

Nota-se nesse trecho do cordel que o poeta chama o povo para apoiar politicamente Vargas diante dos seus feitos em favor do trabalhador. Sabemos que no final do governo Dutra, como elencamos no primeiro capítulo, as elites liberais conservadoras articulavam politicamente com uma parcela da alta cúpula militar para derrotarem Vargas no pleito presidencial dos anos de 1951 à 1955, pois lutariam veementemente para que a política econômica nacional-desenvolvimentista e a ampliação dos direitos trabalhistas não retornassem ao cenário nacional com o retorno de Vargas ao poder.

Portanto, o cordelista se posiciona politicamente em favor de Vargas e da sua posterior candidatura ao pleito de 1951 à 1955, pois projetava na política trabalhista varguista a única forma do trabalho ser livre da opressão social em que se encontrava. Destarte, para o imaginário cordelista, alguém que se posiciona politicamente contra Vargas é visto como ingrato e traidor diante de tantos benefícios sociais que recebeu pela política trabalhista varguista. Observemos isso nas estrofes abaixo:

*Vejo algumas criaturas  
Por vaidade e ambição  
Tendo nos lábios sorrisos  
Porém no peito traição  
Criticando o ex-Presidente  
Com o desejo somente  
De provar sua ingratidão  
(...)  
Porque não existe leitores  
Do Brasil um só habitante  
Que não recebeu favores  
Do ex-chefe retumbante  
Quem não afirma está mentindo  
Pois até mesmo dormindo  
Recebeu favor bastante  
(...)  
No tempo que agora passa  
De confusão e chalaça  
Mostremos brasilidade  
Demonstremos firmemente  
Junto ao grande ex-Presidente  
Nossa solidariedade*

Logo, diante da política trabalhista de Vargas e os seus feitos em favor da classe operária e dos oprimidos socialmente, notamos no imaginário cordelista, a presença da tradição “messiânica” de Vargas, sendo ele uma espécie de emissário divino que veio para proteger a

nação brasileira e o pobre trabalhador contra a opressão social imposta pelas elites liberais conservadoras. A estrofe a seguir nos mostra isso:

*Getulio Vargas é um astro  
Bastantissimo luminoso  
Que desceu do firmamento  
Por ordem do Poderoso  
Para que na grande guerra  
Protegesse a nossa nação  
Como um chefe glorioso*

Essa mesma tradição de Vargas como uma espécie de “messias” do trabalhador brasileiro é visto também nos cordéis “A vitória getulista na eleição de 50” (1954) e “A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas” (1955) do poeta Manuel D’Almeida Filho. Esses dois cordéis, escritos após o suicídio de Vargas, exaltam a sua política trabalhista durante o seu governo democrático. Dessa maneira, vemos a imagem de Getúlio Vargas nesses cordéis como o “protetor” da classe operária contra a opressão social imposta por aqueles que o poeta chama de “burgueses capitalistas” e “alta burguesia”. Vejamos isso nas estrofes abaixo:

*Deixou mais um Instituto<sup>21</sup>  
Para o fucionário  
Só não gostou o burguês  
Porque são muito uzusário  
Getúlio Vargas morreu  
O Brasil entristeceu  
Vai sofrer o operário  
(...)  
Que vendo os trabalhadores<sup>22</sup>  
Nos estados mais precários  
Passando fome e nudez  
Acho que os operários  
Precisavam de urgência  
Melhoria de salário  
(...)  
Foi primeiro de maio  
Que o presidente assinou  
Novos Níveis de salários  
Como prometeu provou  
Mas a alta burguesia  
Desse ato não gostou  
(...)  
E foi por isto que muitos  
Burgueses capitalistas  
Tramaram sua renúncia  
Para arracar-lhe as conquistas*

Conforme analisamos, o governo democrático de Vargas (1951-1954) foi marcado pela ampliação dos direitos trabalhistas e isto está bem presente no imaginário cordelista segundo

<sup>21</sup> Estrofe do cordel “A vitória de Getúlio Vargas nas eleições” (1954)

<sup>22</sup> Estrofes do cordel e “A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas” (1955)

observamos nas estrofes acima. Desde as disputas eleitorais em 1950, Vargas retomou o discurso trabalhista construído desde os últimos anos do Estado Novo, causando uma crise político-institucional com as elites liberais conservadoras. O cordelista, então, ao afirmar nos seus versos a expressão “*novos níveis de salários como prometeu provou*”, alude ao aumento em 100% do salário mínimo proposto pelo ministro do trabalho de Vargas, João Goulart, em primeiro de maio de 1954. Assim, notamos que na tradição do imaginário cordelista, existe a presença da forte implementação do trabalhismo varguista durante o seu governo democrático.

Por outro lado, vemos presente também no imaginário do poeta, a luta das elites liberais conservadoras - a quem o poeta denomina de “burgueses capitalistas” e “alta burguesia” - que se opõem radicalmente a política trabalhista de Vargas. Portanto, notamos claramente a existência da luta entre classes sociais presente na tradição cordelista. Logo, o poeta cria a imagem de Getúlio Vargas como o verdadeiro amigo do povo brasileiro e da classe operária, que luta a tal ponto de entregar a sua própria vida em favor dos benefícios trabalhistas.

Vemos, portanto, que o cordelista faz isso ao comparar a morte de Tiradentes - que no discurso poético é visto como um mártir que morre para libertar o Brasil do domínio português - com o suicídio de Vargas, que também morre como um mártir para garantir os direitos trabalhistas da classe operária. Desse modo, vejamos essa tradição de Getúlio Vargas como um mártir para o trabalho presente no imaginário cordelista nas estrofes do cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955):

*Assim foi como morreu  
O maior dos presidentes  
Que defendeu o Brasil  
Com ideia autocratas  
Salvando os trabalhadores  
Dos lobos escravocratas  
(...)  
Tiradentes foi um mártir  
No Brasil foi o primeiro  
Morreu pela liberdade  
Do seu solo brasileiro  
Depois o nosso Brasil  
Foi salvo do cativo*

Devido a forte implementação do trabalhismo no seu governo democrático, as elites liberais conservadoras articularam a deposição de Vargas, seja por meio de sua renúncia ou ato golpista. Portanto, diante dum evento fatídico em que dois adversários políticos de Vargas sofreram um atentado - Carlos Lacerda e o major da aeronáutica, Rubem Vaz, que acabou morrendo - as elites liberais conservadoras, depois duma investigação, acusaram o presidente Getúlio Vargas de estar envolvido no crime, causando uma instabilidade político-institucional

incontrolável que acarretou no afastamento dele da presidência da República e em seguida no seu suicídio.

No imaginário cordelista, então, esse evento fatídico que levou a morte do major Rubem Vaz, e posteriormente, as acusações contra Vargas pelos seus adversários políticos, é visto como uma trama política das elites por estarem insatisfeitas com a ampliação dos direitos trabalhistas durante o governo democrático getulista. Portanto, no cordel “*A vitória getulista nas eleições de 1950*” (1954), o poeta cria a tradição de inocência de Vargas diante da morte do major, repetindo em três estrofes seguidas a expressão “*Getúlio estava inocente*”. Vejamos isso na estrofe seguinte:

*O senhor Getúlio Vargas  
Morreu instantaneamente  
E do brutal suicídio  
Todo brasileiro sente  
Digo a todo pessoal  
Do crime do oficial  
Getúlio estava inocente*

Assim, como forma de resistência social, diante da articulação das elites que atrelaram o crime a Getúlio Vargas para depô-lo do cargo presidencial, o cordelista afirma impetuosamente que a morte de Vargas trará sofrimento a classe operária. Nota-se nas estrofes abaixo do cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955):

*E foi por isto que muitos  
Burgueses capitalistas  
Inimigos de Getúlio  
E das classes trabalhistas  
Tramaram a sua renúncia  
Para arrancar-lhe as conquistas  
(...)  
Fizeram todos os meios  
Sem resultado afinal  
Porém sendo assassinado  
Um herói nacional  
Foi o caso atribuído  
A ato presidencial*

Portanto, com o suicídio de Vargas e diante dum quadro de intensas disputas pelo poder por parte das elites, o cordelista só enxergava sofrimento ao operário após a morte de Vargas. Ele repete a expressão “*vai sofrer o operário*” em cinco estrofes seguidas, três vezes a expressão “*acabou-se que mais no mundo protegia a pobreza*” e oito vezes a expressão “*acabou a proteção*” em oito estrofes seguidas, pois no imaginário cordelista não se via em mais ninguém, além de Vargas, o papel de luta e defesa dos direitos trabalhistas da classe operária contra a política das elites dominantes, a quem o cordelista denomina de “*escravizadores*” da classe trabalhista. Nota-se isso nas estrofes do cordel “*A vitória getulista na eleição de 50*” (1954):

*Getúlio amava a pobreza  
 Sempre foi humanitário  
 Foi um reto presidente  
 Como as contas do rosário  
 Getúlio Vargas morreu  
 O Brasil entristeceu  
 Vai sofrer o operário  
 (...)  
 Foi o vulto no Brasil  
 De mais consideração  
 Dezoito anos completo  
 Governou a nação  
 Fez tudo a bem da pobreza  
 Posso dizer concerteza  
 Acabou-se a proteção*

Por isso, diante da tradição cordelista, que cria as imagens de Getúlio Vargas como o protetor da classe operária na sua luta contra as elites e o mártir que tira sua própria vida para garantir os direitos trabalhistas da classe operária, surge na tradição desses cordéis, o imaginário messiânico getulista como forma também de resistência social dos operários. O cordelista apropria-se da tradição da religião cristã, que vê a morte do Jesus histórico como “redentora” para os “pecadores” e a compara com a morte de Getúlio que derrama o seu sangue, ao suicidar-se, para remir os trabalhadores garantindo-lhes os direitos trabalhistas. Nota-se essa tradição messiânica getulista na estrofe do cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955):

*O sangue de Jesus Cristo  
 Remiu aos pecadores  
 Getúlio Vargas também  
 Passou pelas mesmas dores  
 Remiu com o seu próprio sangue  
 (...)  
 Os pobres trabalhadores  
 Operários brasileiros  
 Precisamos de lutar  
 Para que os inimigos  
 Não nos possam mais tomar  
 Os direitos que Getúlio  
 Morreu para nos legar*

Notamos assim, que a criação dessa tradição messiânica getulista tão presente nesses cordéis, não necessariamente está relacionada com intensa propaganda getulista propagada pelas rádios desde o período do Estado Novo. Desse modo, conforme elenca Ferreira (2019), o “mito” Vargas não é resultado apenas dessa propaganda ideológica varguista, pois tal retórica não se sustentaria no imaginário dos trabalhadores sem que eles não se beneficiassem materialmente da política varguista.

Logo, como nos diz Prestes (2007), diante dum tempo de miséria, analfabetismo, inflação altíssima que gerava pobreza e fome à classe operária e a marginalização do povo brasileiro do processo político, as condições eram propícias para a criação de mitos messiânicos como forma de resistência social perante a opressão social imposta pelas elites. Portanto, o cordelista apropria-se dessa tradição messiânica de Vargas, não como repetição retórica inconsciente, mas com o intuito de levar o povo a lutar politicamente através do voto ideologicamente consciente, que fosse ao encontro dos interesses trabalhistas como forma de resistência às injustiças e desigualdades sociais. Observamos essa tradição do voto ideologicamente consciente no imaginário cordelista nas estrofes do cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955):

*E a arma de brigar  
Não me faz nem ficar rubro  
É o voto, a grande espada  
Com que agora eu me cubro  
Fazendo a vigança justa  
No dia três de outubro  
(...)  
O grande Getúlio Vargas  
Deixou para os getulistas  
A gloriosa legenda  
PARTIDO dos TRABALHISTAS  
Por onde os trabalhadores  
Arrazam os capitalistas  
(...)  
Vamos votar no PARTIDO  
TRABALHISTA BRASILEIRO  
Porque os seus candidatos  
Não se vendem por dinheiro  
Nos defendem para que  
Jamais volte ao cativo*

Nesse capítulo, portanto, analisamos os cordéis selecionados na Terceira República a partir das “tradições inventadas” pelos poetas cordelistas Rodolfo Cavalcante, Manuel D’Almeida Filho e João Martins Athayde, que nos revelaram o imaginário sócio-cultural dos pobres, operários e sertanejos nordestinos. Consequentemente, ao identificarmos essas “tradições inventadas” nos poemas de cordel, notamos que os cordelistas se identificam veementemente com as angústias das camadas populares. Ao fazerem isso, então, eles criam também a tradição de serem “porta-vozes” dos menos favorecidos, pois utilizam-se dos seus cordéis para darem voz ao sofrimento dos oprimidos socialmente. Notamos isso na primeira estrofe do cordel “*A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas*” (1955) de Manuel D’Almeida Filho, vejamos:

*Com os olhos razos d’água  
E o coração entre dores  
Pego a minha rude pena*

*Para escrever os clamores  
Dos pobres e operários  
Humildes trabalhos*

Assim, afirmamos que temas como opressão social que revelam a espolição dos pobres pelas elites, desigualdade social, que nos mostram as misérias no sertão e nas cidades nordestinas, e as condições precárias dos pobres, além dos salários corroídos pela inflação, extraídos da literatura de cordel na Terceira República, denotam a denúncia e a inconformidade dos poetas cordelistas com a situação de injustiça e desigualdade social nesse período da história republicana.

Por outro lado, indentificamos também que as tradições dos cordelistas nos mostram que eles não são meramente sujeitos passivos diante das injustiças sociais. Contudo, são atores políticos que se indentificam com ideologias políticas, que vão ao encontro dos interesses sociais dos menos favorecidos, criando assim, tradições de resistência social, como a presença do imaginário “messiânico” em analogia com a tradição da cristandade, com o intuito de convocar os oprimidos socialmente ao ativismo político como forma de resistência social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutimos, o período que abrange os anos de 1945 a 1964, conhecido pela historiografia como a “Terceira República”, foi marcado por intensas disputas de natureza político-ideológica devido a distintos projetos de nação. Vimos que desde o início da redemocratização, as elites liberais conservadoras intimamente ligadas com uma considerável parcela das Forças Armadas, lutaram incansavelmente para destruir o projeto político-econômico varguista, que se caracterizava pela implementação da política nacional-desenvolvimentista e a ampliação dos direitos trabalhistas, que visava a transformação socioeconômica da nação brasileira.

À vista disso, notamos que os anos que marcam as intensas disputas político-institucionais na Terceira República, se dá pela forte radicalização político-ideológica em torno do getulismo, que fomentou em vários momentos desse período republicano, tentativas de golpes por parte das elites liberais conservadoras até culminar no desmoronamento do período democrático em 1964, com o golpeamento fatal das instituições democráticas outorgado pelos militares.

Portanto, identificamos em nossa discursão bibliográfica, que as tensões de natureza político-institucional na Terceira República é concebida pelo simples fato das elites brasileiras, representadas pelos udenistas e alguns militares, não terem se conformado com a possibilidade das classes trabalhistas usufruírem de melhores condições de salários e trabalho, marcas hasteadas pela política trabalhista varguista durante o seu governo democrático, que de alguma forma levaram a instabilidade político-institucional em 1954, ao suicídio de Vargas e as tentativas de articulação conspiratória pelas elites e alguns militares a fim de não deixarem JK assumir o posto presidencial posteriormente.

Como vimos também, o fracasso golpista em 1956 alcançou êxito em 1964 quando as elites liberais conservadoras juntamente com o apoio total das Forças Armadas e do capital norte-americano, já não suportando mais a eminente possibilidade de reformas sociais de base e a consolidação da ampliação dos direitos trabalhistas, golpearam a democracia liberal ao depor Jango, com o intuito claramente de interromper a ascendente participação popular na defesa dos seus interesses que não se harmonizavam com os da classe dominante.

Portanto, após a nossa hermenêutica dos cordéis que selecionamos para a nossa reflexão historiográfica, percebemos que nesse tempo de acirradas disputas políticas em torno do projeto trabalhista varguista e a eminente possibilidade de reformas de base liderada por Jango e as esquerdas, os cordelistas também movimentaram a política nesse período, mostrando-nos que



não são sujeitos passivos diante das disputas pelo poder. Pelo contrário, os poetas de cordéis, sendo de origem socialmente humilde, optam claramente pelas forças políticas que ideologicamente aplicam políticas que beneficiam os trabalhadores e os pobres sertanejos.

Notamos isso através de duas perspectivas: em primeiro lugar, quando os cordelistas exaltam as figuras de Carlos Prestes, como líder revolucionário de esquerda e Getúlio Vargas, devido a implementação do seu forte trabalhismo, criando a tradição que aqueles atores políticos são “mitos messiânicos”, criações tão propícias em tempos de pobreza, fome e marginalização política, como forma de resistirem politicamente as tentativas golpistas das elites liberais conservadoras e os seus desejos de manterem o “status quo” de espoliação do trabalho operário, desigualdade e opressão social, tanto no campo quanto na cidade.

Em segundo lugar, os cordelistas optam ideologicamente pela política do PCB e o PTB, nesse caso ficou evidente que nesse período, eles se inclinavam mais a ideologia política de esquerda, pois esses partidos lutavam pelos interesses das classes operárias e dos pequenos agricultores sertanejos através da luta incessante pelas reformas de bases, como a reforma agrária e a ampliação e consolidação dos direitos trabalhistas no campo. Isto nos mostra que os poetas de cordéis possuíam reflexão crítica de luta classes a ponto de convocar as camadas populares a votarem politicamente com essa mesma consciência política.

Outro aspecto notável que extraímos da interpretação dos cordéis que analisamos, são os elementos de desigualdade e injustiça social que os cordelistas denunciam em seus poemas num tempo de forte injeção de capital nacional, estrangeiro e privado que pretendiam trazer o progresso a nação brasileira em todos os índices socioeconômicos, mostrando-nos o paradoxo socioeconômico que foi a Terceira República, pois se alguns se beneficiaram com o progresso da política nacional-desenvolvimentista apropriando-se das riquezas da nação, outros, a maioria, os oprimidos socialmente, as camadas populares, são excluídos desse progresso.

Isso fica muito evidente nas tradições de opressão social presente nos cordéis que narram o sofrimento do pobre agricultor no sertão que não tem apoio político das estruturas de poder para melhorar sua pequena agricultura e muito menos para ter acesso a uma maior parcela de terras para aumentar sua produção, lhes deixando numa condição de vulnerabilidade social perante as elites agrárias, que lhes despojam, e diante das forças da natureza que destroem suas plantações trazendo-lhes angústia social.

Porquanto, como vimos na tradição cordelista, os grandes latifúndios estão nas mãos das elites agropecuárias que se beneficiaram com a política nacional-desenvolvimentista de JK, ao contrário do pobre sertanejo, que continuavam num estado de opressão social. Daí o motivo, então, que leva os cordelistas a criar tradições que transferem os problemas sociais ao que eles

e o seu público consideraram numinoso, apropriando-se dos objetos sacros da tradição cristã, como forma de pessimismo quanto a solução desses dilemas pelas estruturas de poder, pois para os poetas cordelistas, elas foram apropriadas pelas elites dominantes que não têm nenhum interesse no bem-estar social das camadas populares.

É exatamente, por isso, que os cordelistas expõem em seus versos, que o sertão nordestino continuava no pleno atraso em todos os índices socioeconômicos em contraste com os investimentos maciços de capitais nacionais e estrangeiros na construção de Brasília e no progresso das regiões Sul-Sudeste, porquanto as estruturas de poder mostravam descaso para com o investimento na agricultura sertaneja, na sua alimentação e na educação do pobre sertanejo. Concebendo, assim, toda espécie de injustiça social experimentada pelo sertanejo como a fome, a exploração do trabalho, a inacessibilidade a educação e as circunstâncias precárias de habitação, tanto no campo quanto na cidade, trazendo vulnerabilidade social e insegurança alimentar as camadas populares.

Destarte, ao expor a desigualdade social em seus cordéis revelando a espoliação do trabalho operário e sertanejo, a fome e as condições precárias que o nordestino vivia, o poeta manifesta a angústia dos seus leitores que sofrem a opressão social por não experimentarem as promessas de progresso que a política nacional-desenvolvimentista deveria lhes beneficiar.

Portanto, perante tudo isso, devemos olhar para o imaginário cordelista no período da Terceira República, que trazem as marcas das injustiças e resistências sociais diante das inquietudes dos menos favorecidos e nos angustiar também com a opressão social dos vulneráveis socialmente, tão marcante em nosso tempo, que sofrem com a fome, inflação, espoliação do trabalho, desemprego, inacessibilidade a educação de qualidade e marginalização social.

À vista disso, devemos denunciar tais injustiças sociais em nossos espaços sociais, despertando mentes para o voto ideologicamente consciente a fim de resistirmos veementemente toda forma de injustiça e desigualdade social. Portanto, diante da riqueza do imaginário cordelista que criticavam, denunciavam e resistiam toda forma de opressão social, não devemos de maneira nenhuma, sermos sujeitos meramente passivos e conformados com toda forma de injustiça social tão presente nos nossos dias. Essa é a beleza das tradições cordelistas que nos desperta!

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Gliverton Almeida. **Na terra, no céu e no inferno: o cangaço na literatura de cordel (1905-2001)**. 2017. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4638/3/GLIVERTON%20ALMEIDA%20ALVES%20-%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%C3%93RIA%202017.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- ARAÚJO, Francimar Braz de. **Literatura de cordel: informação e conscientização**. 2014. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9103>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: os paradigmas revolucionários**. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARROSO, Maria Helenice. **No palco das reminiscências: as cores do cordel no Brasil e em Portugal**. 2013. 258f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13869>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CABRAL, Geovanni Gomes. **As representações de poder nos corpus de folhetos de 1945 a 1954: leitura da “Era Vargas”**, 2008, 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7649>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- CAMÊLO, Julia Constança Pereira. **Os poetas populares de cordel e seu público: na trajetória da poesia do nordeste ao rio de janeiro (1960 – 1990)**, 2000. 105f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.
- CAMILLOTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina. **História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. História: Questões & Debates**, Curitiba, n.50, p. 15-49, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/15670/10411>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- CARDOZO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CASALLECHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao golpe militar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil: 1954: Prenúncios de 1964. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 484-503, jul. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a13.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Entre Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais do Encontro Nacional de História**, 2003. Disponível em: [https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544\\_9f2a1d18b68b8f96ecd55e44c4d3aed5.pdf](https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_9f2a1d18b68b8f96ecd55e44c4d3aed5.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

DIAS, Karcia Lúcia O.; ALBURQUERQUE, Maria Elizabeth B. C. de. Aconteceu virou Cordel: análise de folhetos de cordel sobre a morte de Getúlio Vargas à luz da verossimilhança. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Santa Catarina, v. 19, n. 41, p. 1-22. out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p1/28288>. Acesso em: 23 dez. 2022.

FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. cap. 1, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. cap. 13, p. 318-378.

FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla (org). **A república no Brasil: trajetórias de vidas entre a democracia e a ditadura**. Niterói: Eduff, 2019.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. cap. 5, p. 107-129.

GOMES, Ângela de Castro (org). **História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Vol. 10. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: Uma Democracia Representativa em consolidação. **Locus: Revista De História**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-

275, mai. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2018.v24.20880>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GOMES, Wagner Ivan de Alencar; OLIVEIRA, Solange Gomes Toscano; BRITO, Eduardo Neves Rocha de. A importância da literatura de cordel como preservação da cultura nordestina: um estudo no acervo da biblioteca central Zila Mamede. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 133-147, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1148>. Acesso em: 25 abr. 2022.

HAURÉLIO, Marco. **Literatura de Cordel: do sertão à sala de aula**. São Paulo: Paulus, 2013.

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER Terence (org). **A invenção das tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

LUCA, Tani Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

LUCENA, Kallil Gibran Melo de. História e Literatura: o folheto de cordel em territórios de fronteiras. **Cadernos do Tempo Presente**, Sergipe, n. 22, p. 57-69, dez. 2015/jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.33662/ctp.v0i22.5302>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Anais da Universidade Estadual de Maringá**, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Por uma história do livro e da leitura no Pará: o caso da Guajarina, editora de folhetos de cordel (1922-1949)**. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4570>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Questionamentos à historiografia do cordel brasileiro. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 220-225, dez. 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/595/422>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A literatura de cordel como patrimônio cultural. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 72, p. 225-244, abr. 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i72p225-244>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MONTENEGRO, Tatiana Martins; FERREIRA, Rogério de Sousa Sérgio. O nordestino migrante em território virtual: possibilidade de alteridade pela presença da literatura de cordel nas plataformas digitais. **DARANDINA Revista Eletrônica**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.ufjf.br/darandina/files/2020/12/Artigo-2-O-nordestino-migrante.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. cap. 5, p. 155-194.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado do Novo**. São Paulo: Contexto, 2020.

NASCIMENTO, João Bosco Dumont; SANTOS, Francisca Pereira dos. A literatura de cordel como fonte de informação: um olhar historiográfico e conceitual. **Revista de Biblioteconomia e Ciências da Informação**, Cariri, v. 1, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2015. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53070>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NEMER, Sylvia. Memórias do Cordel. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais da Associação Nacional de História**, 2010. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276616070\\_ARQUIVO\\_Memoriasdocordel.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276616070_ARQUIVO_Memoriasdocordel.pdf). Acesso em: 25 abr. 2022.

NEVES, Francisco Paiva das. **Literatura de cordel: origens e perspectivas educacionais**. 2018. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40537/1/2018\\_tcc\\_fpneves.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40537/1/2018_tcc_fpneves.pdf). Acesso em: 28 abr. 2022.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 167-203.

NOGUEIRA, Ângela Maciel. **Origem e características da literatura de cordel**, Ariquemes, 2009. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/busca/Origem%20e%20caracter%EDsticas%20da%20literatura%20de%20cordel/1>. Acesso em: 27 abr. 2022.

OLIVEIRA, Rodrigo Loureiro. Luta vermelha contra a carestia de vida (1951-1954). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 19., 2020, Rio de Janeiro. **Revista História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica**, 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600182443\\_ARQUIVO\\_770bad8e77bb9099dfa398c393244800.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600182443_ARQUIVO_770bad8e77bb9099dfa398c393244800.pdf). Acesso em: 20 mai. 2022.

PRESTES, Anita Leocádia. Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 25, p.74-94, 2007. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo143artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo143artigo4.pdf). Acesso em: 20 mai. 2022.

QUELER, Jefferson José. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. cap. 12, p. 299-315.

SANTANA, Marcos Vinicius; AQUINO, Iago; MORENDE, Vinicius. Cordel: métrica e compasso na narrativa de causos brasileiros. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20., 2018, Juazeiro. **Anais Intercom**, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1088-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SILVA, Paulo Gracino da. **Folhetarias, poetas resistentes e cordel biográfico**, 2019, 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17127>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SILVA, Tatiane Cléria da. **Literatura de Cordel e a relação com a leitura: contribuições para o processo de aprendizagem**. 2017. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3840/1/TCS07022018.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SOARES, Felipe Paiva. Eric Hobsbawm (*in memoriam*): notas para leitura dos movimentos sociais pré-políticos. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 5, n. 9, p. 211-227, jul. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29086/16179>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SOUZA, Maria das Dores de; LIMA, Celia Maria; PENHA, Gisela Maria. A literatura de Cordel e suas contribuições para o ensino da leitura em sala de aula. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**. Acre, v. 6, n. 2, p. 1-6. dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1221>. Acesso em: 22 abr. 2022.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – CORDÉIS SELECIONADOS COMO FONTE HISTÓRICA

CORDELISTA	POEMAS	TEMAS	ANO DE PRODUÇÃO
<sup>23</sup> JOÃO MARTINS DE ATHAYDE	➤ “O retirante”	. Opressão social, desigualdade social e inflexibilidade de ascensão social	1946
	➤ “O homem que nasceu para não ter nada”		1946
<sup>24</sup> MANUEL D’ALMEIDA FILHO	➤ “O Sofrimento do povo no facão da carestia”	. Política, opressão social, desigualdade social, espoliação do trabalho, inflação, pobreza, religião e resistência social	1952
	➤ “A morte do maior presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dorneles Vargas”		1954
	➤ “A vitória getulista nas eleições”		1954
	➤ “Jesus Cristo e São Pedro na casa dos pobres”		1957
<sup>25</sup> RODOLFO COELHO CAVALCANTE	➤ “Quem acaba a carestia”	. Política, desigualdade social, pobreza, fome, inflação, opressão social e espoliação do trabalho	1945
	➤ “Inundação do Rio São Francisco”		1946
	➤ “A vida do sertanejo”		1946
	➤ “A vida do pobre hoje em dia”		1946
	➤ “ABC da Carestia”		1947
	➤ “A vida de Carlos Prestes”		1948
	➤ “O que Getúlio fez pelo Brasil		1955
	➤ “O Nordeste está morrendo”		1959
	➤ “As belezas de Brasília e as misérias do Nordeste”		1960
➤ “O que Jânio Quadros está fazendo no Brasil”	1962		

<sup>23</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/JoaoMartins/joaoMartinsdeAtaide.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

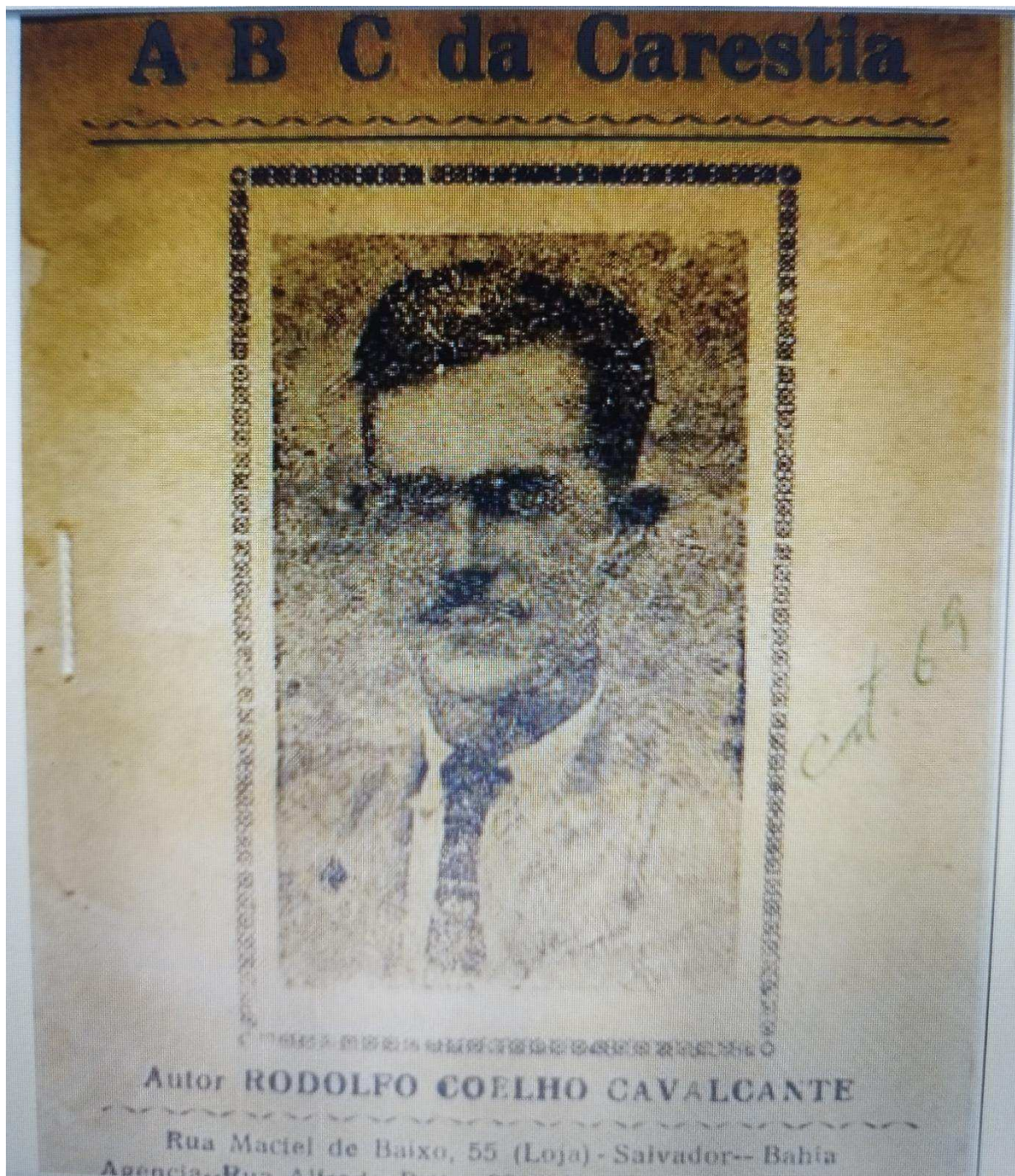
<sup>24</sup> Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/ManuelDalmeida/manuelDalmeida.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

<sup>25</sup> Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho\\_acervo.html](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho_acervo.html). Acesso em: 05 jan. 2022.



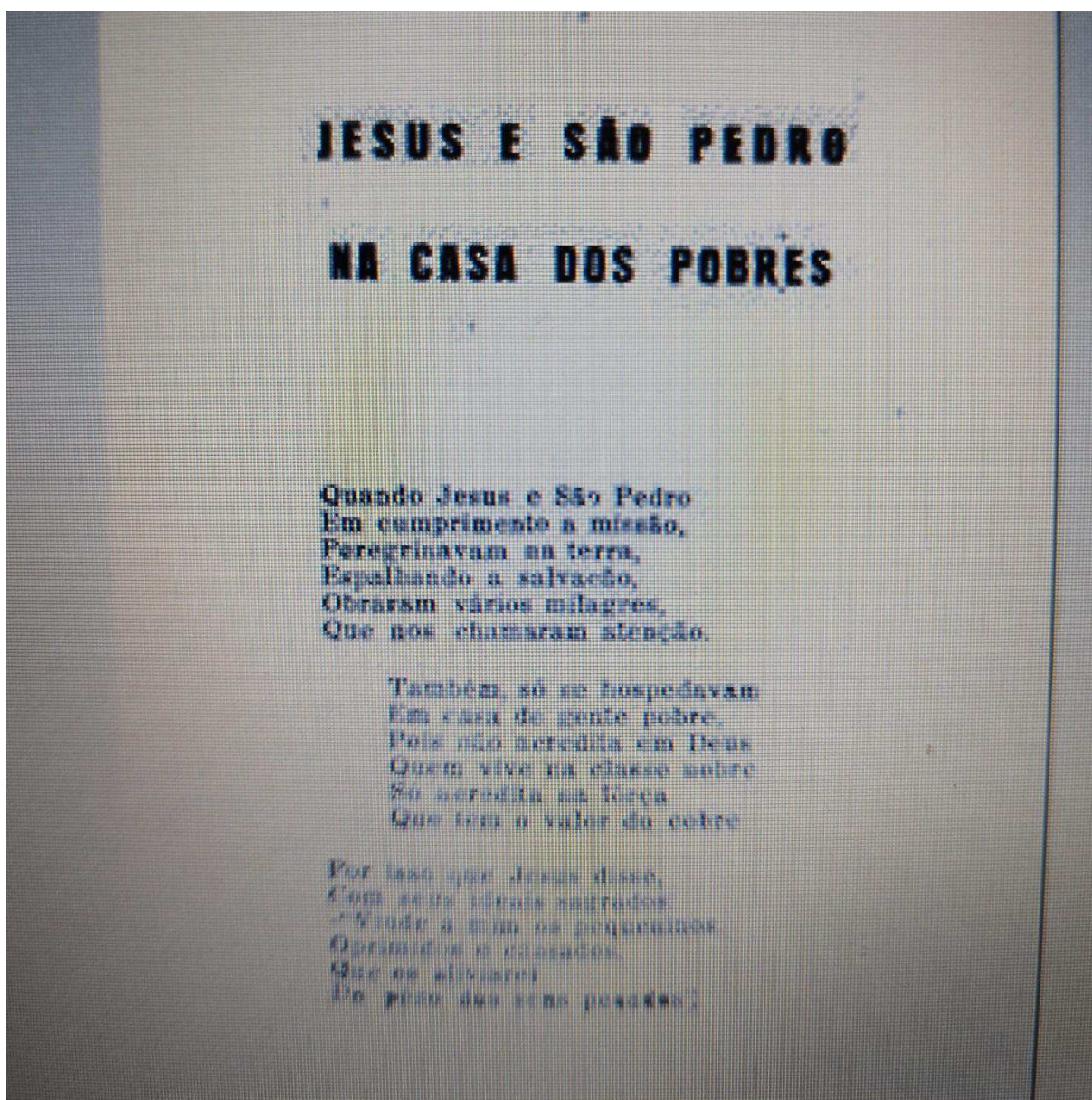
**ANEXOS**

**ANEXO A – IMAGEM DIGITALIZADA DA CAPA DE ABERTURA DUM CORDEL IMPRESSO EM TIPOGRAFIA (ABC DA CARESTIA – 1946 DE RODOLFO CAVALCANTE)**



Fonte: [http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho\\_acervo.html](http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho_acervo.html). Acesso em: 05 jan. 2022.

**ANEXO B – IMAGEM DIGITALIZADA DOS VERSOS DUM CORDEL IMPRESSO  
(JESUS CRISTO E SÃO PEDRO NA CASA DOS POBRES – 1957 DE MANUEL  
D'ALMEIDA FILHO)**



Fonte: <http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/cordel/ManuelDalmeida/manuelDalmeida.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ANEXO C – IMAGEM DIGITALIZADA DA PARTE FINAL DUM CORDEL IMPRESSO EM TIPOGRAFIA (ABC DA CARESTIA – 1946 DE RODOLFO CAVALCANTE)

Lêla e propague:

**MODINHA-REVISTA**

Uma Revista de Modinhas!

Sempre com os Sucessos do momento

—

Variadíssimo estoque em Livros de Histórias  
à Venda na

**TIPOGRAFIA E LIVRARIA BAHIANA**

Serviços Tipográficos e  
Artigos Escolares em Geral

Praça José de Alencar, 19 (Pelourinho) —  
Tel. 3-5848 — Salvador-Bahia

—

Já estão à venda as Coleções de:

Orlando Dias — Waldik Soriano —  
Oswaldo Faal — Roberto Carlos —  
Altemar Dutra — Agnaldo Timóteo  
— Jerry Adriani — José Augusto  
— Wanderley Cardoso — Wander-  
leia — etc.

DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES

Fonte: [http://antigo.casaruiarbarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho\\_acervo.html](http://antigo.casaruiarbarbosa.gov.br/cordel/RodolfoCoelho/rodolfoCoelho_acervo.html). Acesso em: 05 jan. 2022.